



Rumo S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	11
Demonstrações do resultado abrangente	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Demonstrações do valor adicionado	17
Notas explicativas às demonstrações financeirasb	18

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Rumo S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rumo S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Capitalização de ativos relacionados a infraestrutura da concessão

Conforme divulgado nas notas explicativa 5.12.2 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui registrado em seu ativo imobilizado determinados ativos diretamente relacionados à infraestrutura da concessão da Companhia, incluindo vagões, locomotivas, via permanente, obras em andamento e infraestrutura ferroviária, que somam R\$17.049.188 mil. Os montantes aplicados nos ativos relacionados à infraestrutura da concessão são significativos e essenciais para manutenção da infraestrutura utilizada na prestação do serviço de transporte. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu R\$2.900.369 mil de adições de custos nesses ativos de infraestrutura da concessão.

Consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria devido ao montante envolvido, relevância das adições no período, e risco de que tais ativos sejam indevidamente capitalizados.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, i) entendimento geral do ambiente de controles internos incluindo os critérios adotados para determinar a aplicabilidade da capitalização; ii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados; iii) testes extensivos por amostragem dos materiais e serviços aplicados às obras; iv) acompanhamento do andamento das obras por meio de inspeções físicas in loco; v) avaliação das políticas estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes; vi) a capitalização de juros, quando aplicável; e vii) utilização de procedimentos analíticos substantivos para avaliar as adições no ativo imobilizado.

Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de baixa de determinada capitalização realizada no ativo imobilizado, sendo este ajuste não registrado pela Administração tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os critérios e políticas de capitalização desses ativos de infraestrutura de concessão preparados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 5.12.2, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Realização de saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme divulgado nas notas explicativa 5.14 às demonstrações financeiras, os ativos fiscais diferidos referem-se a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. A estimativa do provável lucro tributável futuro é baseada em julgamentos subjetivos sobre premissas prospectivas, tais como volume transportado, custos operacionais, despesas



Building a better
working world

administrativas; sendo o imposto de renda diferido registrado na medida em que a Companhia considera provável a geração de lucros tributáveis futuros contra os quais os ativos fiscais diferidos serão realizados.

O valor recuperável do ativo fiscal diferido reconhecido pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas de projeção dos lucros tributáveis futuros e na capacidade de utilização de prejuízos fiscais, o que pode impactar o valor do ativo fiscal diferido reconhecido nas demonstrações financeiras.

Devido à magnitude dos montantes envolvidos, complexidade do processo de mensuração das projeções de recuperabilidade dos tributos futuros, os quais se baseiam em estimativas e premissas cuja realização pode ser afetada por condições de mercado e cenários econômicos incertos, assim como, pela complexidade da legislação tributária brasileira, esse tema foi considerado como um assunto importante em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros: (i) o entendimento geral do ambiente de controles internos relacionados a preparação e revisão da projeção de lucros tributáveis futuros; (ii) envolvimento de especialistas em impostos para nos auxiliar a avaliar os impactos fiscais envolvidos; (iii) revisão das principais premissas utilizadas para suportar a projeção de lucros tributáveis futuros, incluindo; (iii.i) expectativa de crescimento do volume de transportes relacionados à produção de açúcar, grãos, combustíveis e outros; (iii.ii) expectativa em relação aos preços de fretes rodoviários futuros; (iii.iii) disponibilidade de capacidade de transporte e portuária; (iii.iv) realização de stress testing com cenários alternativos de redução dos lucros tributáveis futuros e (iii.v) projeções independentes dos lucros tributáveis futuros ponderando premissas de mercado e outras condições macroeconômicas disponíveis na data base da avaliação. Revisamos ainda, as divulgações na nota explicativa 5.14, efetuadas pela Companhia a origem dos impostos registrados, as premissas utilizadas com relação às estimativas de rentabilidade futura e de realização de tais tributos diferidos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que o valor do imposto de renda e contribuição social diferidos e as respectivas divulgações na nota 5.14 são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das



Building a better
working world

demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP - 034519/O

Leonardo Lucas Heron Rebelo da Silva
Contador CRC PR - 057007/O

Balancos patrimoniais
(Em milhares de Reais – R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	2.169.335	791.802	7.385.421	9.448.193
Títulos e valores mobiliários	5.3	88.934	109.664	840.061	1.425.897
Contas a receber de clientes	5.4	52.644	16.850	561.641	482.112
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	-	47.527	17.545	48.813
Estoques	5.10	1.606	1.576	225.813	228.923
Recebíveis de partes relacionadas	4.1	125.978	140.082	49.995	36.697
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	4.957	195.436	177.652
Outros tributos a recuperar	5.9	21.230	35.570	363.416	421.156
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber		921	682	1.057	42
Outros ativos		13.570	12.318	114.510	111.759
Ativo circulante		2.474.218	1.161.028	9.754.895	12.381.244
Contas a receber de clientes	5.4	-	-	16.682	21.204
Caixa restrito	5.3	79	87	92.770	27.809
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		152.857	85.004	309.237	285.931
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.14	-	-	1.869.764	1.662.572
Recebíveis de partes relacionadas	4.1	1.003.326	1.010.045	96.658	112.222
Outros tributos a recuperar	5.9	-	-	741.367	764.987
Depósitos judiciais	5.15	61.124	31.330	237.167	304.033
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	384.224	327.341	857.298	1.626.008
Outros ativos		1.755	2.877	38.660	39.552
Investimentos em controladas e coligadas	5.11	18.721.831	19.470.074	381.469	57.844
Propriedades para investimentos	5.12.1	174.422	180.534	-	-
Imobilizado	5.12.2	153.295	152.280	17.049.188	15.974.562
Intangíveis	5.12.3	270.748	308.515	6.774.306	7.131.645
Direito de uso	5.12.4	48.103	-	7.732.284	7.784.941
Ativo não circulante		20.971.764	21.568.087	36.196.850	35.793.310
Total do ativo		23.445.982	22.729.115	45.951.745	48.174.554

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Balancos patrimoniais
(Em milhares de Reais – R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	99.769	251.255	1.357.026	1.222.674
Passivos de arrendamento	5.6	11.597	-	483.397	382.836
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	391.938	294.571	1.020.726	576.749
Fornecedores	5.7	64.155	63.429	746.430	618.658
Ordenados e salários a pagar		4.490	9.595	296.833	255.963
Imposto de renda e contribuição social correntes		146	197	6.710	40.430
Outros tributos a pagar	5.13	16.645	1.728	50.080	56.046
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		127.569	41.003	132.044	43.780
Arrendamentos e concessões em litígio e parcelados	5.16	-	-	256.759	160.771
Pagáveis a partes relacionadas	4.1	62.184	60.627	297.791	201.660
Receitas diferidas		2.802	2.802	5.400	6.560
Outros passivos financeiros	5.1	76	-	787.884	576.786
Outras contas a pagar		70.699	35.317	249.341	298.079
Passivo circulante		852.070	760.524	5.690.421	4.440.992
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	4.893.120	4.948.212	15.401.062	19.956.074
Passivos de arrendamento	5.6	38.067	-	2.770.613	2.724.044
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	-	-	392.219	-
Outros tributos a pagar	5.13	-	-	169	396
Provisão para demandas judiciais	5.15	93.605	103.119	724.622	681.079
Arrendamentos e concessões em litígio e parcelados	5.16	-	-	3.094.651	2.893.477
Provisão para passivo a descoberto	5.11	2.204.666	1.986.962	-	-
Pagáveis a partes relacionadas	4.1	37.344	39.611	-	-
Outros passivos financeiros	5.1	-	-	29.985	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.14	113.247	66.351	2.368.137	2.359.665
Receitas diferidas		10.507	13.308	32.200	36.440
Outras contas a pagar		12.187	15.607	37.216	63.824
Passivo não circulante		7.402.743	7.173.170	24.850.874	28.714.999
Total do passivo		8.254.813	7.933.694	30.541.295	33.155.991
Patrimônio líquido					
Capital social	5.17	12.547.842	12.547.842	12.547.842	12.547.842
Ações em tesouraria		(30.186)	(15.995)	(30.186)	(15.995)
Reserva de capital		2.604.262	2.223.031	2.604.262	2.223.031
Ajustes de avaliação patrimonial		35.977	33.016	35.977	33.016
Reservas de lucros		33.274	7.527	33.274	7.527
		15.191.169	14.795.421	15.191.169	14.795.421
Patrimônio líquido atribuível aos:					
Acionistas controladores		15.191.169	14.795.421	15.191.169	14.795.421
Acionistas não controladores	5.11	-	-	219.281	223.142
Total do patrimônio líquido		15.191.169	14.795.421	15.410.450	15.018.563
Total do passivo e patrimônio líquido		23.445.982	22.729.115	45.951.745	48.174.554

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados do exercício

(Em milhares de Reais – R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	6.1	984.597	772.714	9.841.508	7.439.632
Custos dos serviços prestados	6.2	(803.005)	(666.587)	(6.695.148)	(5.352.040)
Lucro bruto		181.592	106.127	3.146.360	2.087.592
Despesas comerciais	6.2	416	60	(30.619)	(38.959)
Despesas gerais e administrativas	6.2	(23.266)	(38.106)	(468.574)	(472.739)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6.3	549.623	278	348.543	(69.017)
Despesas operacionais		526.773	(37.768)	(150.650)	(580.715)
Resultado antes da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social		708.365	68.359	2.995.710	1.506.877
Equivalência patrimonial	5.11	437.953	370.437	40.462	12.857
Resultado de equivalência patrimonial		437.953	370.437	40.462	12.857
Resultado antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social		1.146.318	438.796	3.036.172	1.519.734
Despesas financeiras		(731.235)	(785.260)	(2.906.092)	(2.712.877)
Receitas financeiras		294.805	209.165	1.108.620	399.134
Variação cambial, líquida		10.033	(42.910)	374.859	(489.952)
Derivativos e valor justo		(86.757)	378.448	(906.422)	1.443.755
Resultado financeiro líquido	6.4	(513.154)	(240.557)	(2.329.035)	(1.359.940)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		633.164	198.239	707.137	159.794
Imposto de renda e contribuição social	5.14				
Corrente		(71.328)	-	(411.436)	(550.528)
Diferido		(46.896)	(47.701)	218.320	546.475
		(118.224)	(47.701)	(193.116)	(4.053)
Resultado do exercício		514.940	150.538	514.021	155.741
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores		514.940	150.538	514.940	150.538
Acionistas não controladores		-	-	(919)	5.203
Resultado por ação:	6.6				
Básico				R\$,27800	R\$,08124
Diluído				R\$,27724	R\$,08104

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações de outros resultados abrangentes

(Em milhares de Reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Resultado do exercício	514.940	150.538	514.021	155.741
Itens que não serão subsequentemente reclassificados para o resultado				
Ganhos atuariais com plano de pensão	863	960	862	1.032
Tributos sobre (ganhos) atuariais	(36)	-	(36)	(72)
	827	960	826	960
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Resultado com <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	445	(445)	445	(445)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	1.689	2.925	1.689	2.925
	2.134	2.480	2.134	2.480
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	2.961	3.440	2.960	3.440
Resultado abrangente total	517.901	153.978	516.981	159.181
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	517.901	153.978	517.901	153.978
Acionistas não controladores	-	-	(920)	5.203

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas da Companhia						Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido	
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Resultados acumulados			Total
Saldo em 01 de janeiro de 2022	12.547.842	(15.995)	2.223.031	7.527	33.016	-	14.795.421	223.142	15.018.563
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	514.940	514.940	(919)	514.021
Outros resultados abrangentes:									
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-	1.689	-	1.689	-	1.689
Ganhos atuariais com plano de pensão	-	-	-	-	827	-	827	(1)	826
Resultado com <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	-	-	-	-	445	-	445	-	445
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-	-	2.961	514.940	517.901	(920)	516.981
Contribuição e distribuições para os acionistas									
Transações com pagamento baseado em ações	-	-	35.852	-	-	-	35.852	596	36.448
Exercício de opção de ações	-	10.893	(18.566)	-	-	-	(7.673)	-	(7.673)
Constituição de reserva de capital	-	-	366.895	-	-	(366.895)	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	25.747	-	(25.747)	-	-	-
Efeito de distribuição de dividendos para não controladores	-	-	(111)	-	-	-	(111)	111	-
Ações próprias adquiridas	-	(25.084)	-	-	-	-	(25.084)	-	(25.084)
Dividendos	-	-	-	-	-	(122.298)	(122.298)	(4.070)	(126.368)
Total das transações com e para acionistas	-	(14.191)	384.070	25.747	-	(514.940)	(119.314)	(3.363)	(122.677)
Transações com os acionistas									
Aporte (redução) de não controlador em controlada	-	-	-	-	-	-	-	(2.204)	(2.204)
Aquisição de participação societária em controlada por não controlador	-	-	(2.839)	-	-	-	(2.839)	2.626	(213)
Total das transações com os acionistas	-	-	(2.839)	-	-	-	(2.839)	422	(2.417)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	12.547.842	(30.186)	2.604.262	33.274	35.977	-	15.191.169	219.281	15.410.450

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas da Companhia						Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados			
Saldo em 01 de janeiro de 2021	16.054.906	(10.005)	2.416.193	253.599	29.576	(3.760.663)	14.983.606	312.721	15.296.327
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	150.538	150.538	5.203	155.741
Outros resultados abrangentes:									
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-	2.925	-	2.925	-	2.925
Ganhos atuariais com plano de pensão	-	-	-	-	960	-	960	-	960
Resultado com hedge accounting de fluxo de caixa	-	-	-	-	(445)	-	(445)	-	(445)
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-	-	3.440	150.538	153.978	5.203	159.181
Contribuição e distribuições para os acionistas									
Transações com pagamento baseado em ações	-	-	34.119	-	-	-	34.119	579	34.698
Exercício de opção de ações	-	23.761	(33.936)	-	-	-	(10.175)	-	(10.175)
Redução de capital	(3.507.064)	-	-	(253.599)	-	3.760.663	-	-	-
Constituição de reserva de capital	-	-	107.258	-	-	(107.258)	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	7.527	-	(7.527)	-	-	-
Efeito de distribuição de dividendos para não controladores	-	-	(120)	-	-	-	(120)	120	-
Ações próprias adquiridas	-	(29.751)	-	-	-	-	(29.751)	-	(29.751)
Dividendos	-	-	-	-	-	(35.753)	(35.753)	(7.156)	(42.909)
Total das transações com e para acionistas	(3.507.064)	(5.990)	107.321	(246.072)	-	3.610.125	(41.680)	(6.457)	(48.137)
Transações com os acionistas									
Aquisição de participação societária em controlada com redução de participação de não controlador	-	-	(300.483)	-	-	-	(300.483)	(88.325)	(388.808)
Total das transações com os acionistas	-	-	(300.483)	-	-	-	(300.483)	(88.325)	(388.808)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	12.547.842	(15.995)	2.223.031	7.527	33.016	-	14.795.421	223.142	15.018.563

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
(Em milhares de Reais – R\$)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	633.164	198.239	707.137	159.794
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	105.089	105.041	1.966.945	1.830.683
Equivalência patrimonial em controladas e associadas	5.11 (437.953)	(370.437)	(40.462)	(12.857)
Provisão para participações nos resultados e bônus	(4.463)	12.207	175.299	180.899
Resultado nas alienações de ativo imobilizado e intangível	6.3 990	63	1.906	(30.325)
Provisão de demandas judiciais	6.3 21.387	36.632	238.703	152.185
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(416)	(60)	(245)	(159)
Transações com pagamento baseado em ações	26.141	22.632	28.775	24.522
Resultado na venda de investimento	6.3 (955.584)	-	(955.584)	-
Créditos fiscais extemporâneos	6.3 910	(988)	(97.765)	(49.894)
Provisão de <i>take or pay</i>	-	-	26.692	(53.858)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	612.523	269.762	3.099.768	1.589.342
Outros	341.414	(2.802)	342.416	(4.412)
	343.202	270.289	5.493.585	3.785.920
Variação em:				
Contas a receber de clientes	(35.726)	4.291	(84.120)	8.266
Partes relacionadas, líquidas	(11.360)	(203.641)	72.085	(6.672)
Outros tributos, líquidos	(119.728)	(89.633)	(322.828)	(254.425)
Estoques	(30)	(474)	6.686	(5.348)
Ordenados e salários a pagar	(478)	2.122	(115.980)	(54.717)
Fornecedores	(3.623)	(11.667)	6.841	(22.743)
Arrendamentos e concessões em litígio e parcelados a pagar	-	-	(110.577)	(52.160)
Provisão para demandas judiciais	(52.546)	(15.788)	(219.012)	(102.826)
Outros passivos financeiros	(8)	-	103.913	47.216
Outros ativos e passivos, líquidos	(25.181)	23.399	400	(2.496)
	(248.680)	(291.391)	(662.592)	(445.905)
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) nas atividades de operacionais	94.522	(21.102)	4.830.993	3.340.015
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aumento de capital em controlada	5.11 (92.820)	(2.385.529)	-	-
Redução de capital em controlada	10.200	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	35.556	(26.136)	535.012	29.517
Caixa restrito	9	(8)	(66.054)	57.494
Dividendos recebidos de controladas e associadas	1.046.869	1.034.402	153.011	8.052
Adições ao imobilizado e intangível	(9.922)	(253.682)	(2.717.745)	(3.453.407)
Recebimento de juros de mútuos concedidos	134.138	161.075	-	-
Caixa líquido na alienação de investimentos	1.394.669	-	1.208.463	-
Caixa recebido de venda de outros ativos permanentes	-	-	1.000	3.090
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de investimento	2.518.699	(1.469.878)	(886.313)	(3.355.254)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5 -	2.137.343	693.086	7.891.131
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5 (588.695)	(1.036.835)	(4.106.479)	(6.631.342)
Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5 (267.656)	(416.787)	(1.189.903)	(1.106.024)
Amortização de principal de arrendamento mercantil	5.6 (2.383)	-	(353.373)	(443.096)
Pagamento de juros de arrendamento mercantil	5.6 (3.905)	-	(195.080)	(156.372)
Aquisição de participação de não controlador	(151)	-	(151)	(388.739)
Integralização (redução) de capital, líquido de custos de emissão de ações	-	-	(8.824)	-
Custos de liquidação de empréstimos e financiamentos	-	-	(94.196)	-
Compra de ações em tesouraria	(25.084)	(29.751)	(25.084)	(29.751)
Pagamento instrumentos financeiros derivativos	(345.593)	(914)	(709.450)	(507.514)
Recebimento instrumentos financeiros derivativos	33.512	61.059	45.053	2.676.669
Dividendos pagos	(35.733)	-	(39.321)	(7.084)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(1.235.688)	714.115	(5.983.722)	1.297.878
Impacto da variação cambial nos saldos de caixa e equivalente de caixa	-	-	(23.730)	386.948
(Decréscimo) Acréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa	1.377.533	(776.865)	(2.062.772)	1.669.587
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	791.802	1.568.667	9.448.193	7.778.606
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.169.335	791.802	7.385.421	9.448.193
Informação suplementar:				
Imposto de renda e contribuição social pagos	87.292	640	137.433	73.649

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa (Em milhares de Reais – R\$)

- **Transações que não envolveram caixa**

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa da controladora e consolidado:

- (i) Registro de direitos de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento no montante de R\$ 228.196 (R\$ 57.507 em 31 de dezembro de 2021), relativo a novos contratos enquadrados na norma de arrendamento mercantil (Nota 5.12.4).
- (ii) Aquisição de ativos imobilizados com pagamento a prazo no montante de R\$ 185.229 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 115.069 em 31 de dezembro de 2021).
- (iii) No período findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou aumento de capital em controladas no total de R\$ 47.906 (Nota 5.11) dos quais R\$ 42.820 foram realizados via caixa e R\$ 5.086 por meio de investimento em imobilizado. No período anterior, R\$ 2.385.529 foram totalmente realizados via caixa.

- **Apresentação de juros e dividendos**

A Companhia classifica os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos como fluxo de caixa das atividades de investimento, com o objetivo de evitar distorções nos seus fluxos de caixa operacionais em função do caixa proveniente destas operações.

Os juros, recebidos ou pagos são classificados como fluxo de caixa nas atividades de financiamento, pois são considerados os custos de obtenção de recursos financeiros para aplicação em ativos imobilizados e intangíveis.

Demonstrações do valor adicionado
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas				
Vendas de produtos e serviços líquidas de devoluções	1.048.879	826.317	10.417.807	7.900.613
Outras receitas operacionais, líquidas	959.653	1.028	1.022.519	115.349
Ganho por redução ao valor recuperável de contas a receber	416	60	12.164	159
	2.008.948	827.405	11.452.490	8.016.121
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados	(673.901)	(523.373)	(3.467.726)	(2.832.634)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(420.116)	(78.058)	(1.127.611)	(629.102)
	(1.094.017)	(601.431)	(4.595.337)	(3.461.736)
Valor adicionado bruto	914.931	225.974	6.857.153	4.554.385
Retenções				
Depreciação e amortização	(105.089)	(105.041)	(1.966.945)	(1.830.683)
	(105.089)	(105.041)	(1.966.945)	(1.830.683)
Valor adicionado líquido produzido	809.842	120.933	4.890.208	2.723.702
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial em controladas e associadas	437.953	370.437	40.462	12.857
Aluguéis recebidos	21.479	39.202	479	-
Receitas financeiras	294.805	209.165	1.108.620	399.134
	754.237	618.804	1.149.561	411.991
Valor adicionado total a distribuir	1.564.079	739.737	6.039.769	3.135.693
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	50.783	77.450	1.044.674	1.029.430
Remuneração direta	41.738	68.686	776.997	758.716
Benefícios	8.635	8.186	235.042	234.337
FGTS	410	578	32.635	36.377
Impostos, taxas e contribuições	188.735	60.485	900.660	52.686
Federais	185.225	56.679	637.785	194.858
Estaduais	1.698	1.685	200.373	(196.924)
Municipais	1.812	2.121	62.502	54.752
Remuneração de capitais de terceiros	809.621	451.264	3.580.414	1.897.836
Juros	807.959	449.722	3.437.655	1.759.074
Aluguéis e arrendamentos do contrato de concessão	1.662	1.542	142.759	138.762
Remuneração de capitais próprios	514.940	150.538	514.021	155.741
Dividendos	122.298	35.753	122.298	35.753
Participação dos acionistas não-controladores	-	-	(919)	5.203
Resultado do exercício	392.642	114.785	392.642	114.785
	1.564.079	739.737	6.039.769	3.135.693

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

1 Informações da Companhia e do Grupo

1.1 Contexto operacional

A Rumo S.A. (“Companhia” ou “Rumo S.A.”), é uma companhia de capital aberto com ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob o código RAIL3, e tem sua sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil.

A Companhia é prestadora de serviços no setor de logística (transporte ferroviário e multimodal), principalmente destinados à exportação de *commodities*, oferecendo uma solução integrada de transporte, movimentação, armazenagem e embarque desde os centros produtores até os principais portos do sul e sudeste do Brasil, além de participar em outras sociedades e empreendimentos, cujos objetos são relacionados com logística.

A Companhia opera no segmento de transporte ferroviário na região Sul do Brasil, por meio da controlada Rumo Malha Sul S.A. (“Rumo Malha Sul”), e na região Centro-Oeste e Estado de São Paulo por meio da Companhia, das controladas Rumo Malha Paulista S.A. (“Rumo Malha Paulista”), Rumo Malha Norte S.A. (“Rumo Malha Norte”), Rumo Malha Oeste S.A. (“Rumo Malha Oeste”) e Rumo Malha Central S.A. (“Rumo Malha Central”) por meio da qual alcançou os estados de Goiás e Tocantins. Além disso, a controlada Brado Logística e Participações S.A. (“Brado”) opera no segmento de contêineres.

Em 14 de novembro de 2022 a Companhia deixou de deter o controle da Elevações Portuárias S.A., devido a alienação de 80% de participação societária, conforme demonstra a nota 4.7.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

1.2 Concessões de operações ferroviárias e terminais portuários

A Companhia detém, por meio de subsidiárias ou coligadas, a concessão de serviços de ferrovia e terminais portuários, cuja abrangência e término estão descritos a seguir:

Empresas	Término da concessão	Área de abrangência
Rumo S.A.	Setembro de 2066	Mato Grosso
Controladas		
Rumo Malha Paulista S.A.	Dezembro de 2058	Estado de São Paulo
Rumo Malha Sul S.A.	Fevereiro de 2027	Sul do Brasil e Estado de São Paulo
Rumo Malha Oeste S.A.	Junho de 2026	Centro-Oeste e Estado de São Paulo
Rumo Malha Norte S.A.	Maior de 2079	Centro-Oeste
Rumo Malha Central S.A.	Julho de 2049	Norte, Centro-Oeste e Estado de São Paulo
Portofer Ltda.	Junho de 2025	Porto de Santos-SP
Coligadas		
Elevações Portuárias S.A.	Março de 2036	Porto de Santos-SP
Terminal XXXIX S.A.	Outubro de 2050	Porto de Santos-SP
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	Agosto de 2027	Porto de Santos-SP
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	Agosto de 2027	Porto de Santos-SP

As controladas e coligadas acima estão sujeitas ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão das malhas ferroviárias e terminais portuários. Na medida em que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço e não há controle substantivo de preço, a ICPC 01(R1) / IFRIC 12 – Contratos de concessão não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos e CPC 27 / IAS 16 – Ativo Imobilizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

1.3 Informações sobre o Grupo

a) Subsidiárias:

As demonstrações financeiras Consolidadas da Companhia Incluem:

Controladas	Participação direta e indireta	
	31/12/2022	31/12/2021
Logispot Armazéns Gerais S.A.	51,00%	51,00%
Elevações Portuárias S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	20,00%	100,00%
Rumo Luxembourg Sarl	100,00%	100,00%
Rumo Intermodal S.A.	100,00%	100,00%
Rumo Malha Oeste S.A.	100,00%	100,00%
Rumo Malha Paulista S.A.	100,00%	100,00%
Rumo Malha Sul S.A.	100,00%	100,00%
Rumo Malha Norte S.A.	99,74%	99,74%
Rumo Malha Central S.A.	100,00%	100,00%
Boswells S.A.	100,00%	100,00%
ALL Argentina S.A.	100,00%	100,00%
Paranaguá S.A.	100,00%	100,00%
ALL Armazéns Gerais Ltda.	100,00%	100,00%
Portofer Transporte Ferroviário Ltda.	100,00%	100,00%
Brado Logística e Participações S.A. ⁽ⁱ⁾	77,14%	77,65%
Brado Logística S.A. ⁽ⁱ⁾	77,14%	77,65%
ALL Mesopotâmica S.A.	70,56%	70,56%
Terminal São Simão S.A.	51,00%	51,00%
ALL Central S.A.	73,55%	73,55%
Servicios de Inversión Logística Integrales S.A	100,00%	100,00%
Rumo Energia ⁽ⁱⁱ⁾	100,00%	-

- (i) Redução de participação de 105.820 ações ordinárias totalmente integralizadas a favor do acionista Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS, com expressa concordância e renúncia dos demais acionistas.
- (ii) Empresa criada em 02 de agosto de 2022 destinada a atuar no setor de geração de energia solar.
- (iii) Em 14 de novembro de 2022 a Companhia alienou 80% da participação da Elevações Portuárias, deixando essa de ser uma subsidiária e passando a ser uma associada (Nota 4.7).

b) Associadas:

A Companhia possui participação de 30% na Rhall Terminais Ltda. (30% em 2021), 19,85% na Termag S.A. (19,85% em 2021), 9,92% na TGG S.A. (9,92% em 2021), 49,62% no Terminal XXXIX S.A. (49,62% em 2021) e 20% na Elevações Portuárias S.A. após alienação de 80% de participação. A Administração entende que existe influência significativa decorrente: (i) dos percentuais de participação detidos; (ii) da participação de representante da Companhia no conselho da coligada; e ou (iii) da relevância dos serviços de logística prestados pela Companhia às Associadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Controle do Grupo:

Companhia é controlada direta da Cosan S.A. (“Cosan”), que detém 30,34% do seu capital, incluindo ações em tesouraria, listada na B3 e Bolsa de Nova York, ou “NYSE” (ticker — CSAN).

2 Bases de preparação e políticas contábeis gerais

Essa seção fornece informações sobre bases gerais de preparação, que a Administração julga úteis e relevantes para o entendimento destas demonstrações financeiras:

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Os IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelos IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 15 de fevereiro de 2023.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2.2 Políticas contábeis gerais

As políticas contábeis específicas estão incluídas nas notas explicativas, enquanto práticas gerais estão descritas abaixo:

a) Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas individuais.

Julgamentos:

Os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que no entendimento da Administração têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.1 – Outros passivos financeiros:** O fluxo de liquidação do saldo de créditos cedidos por fornecedores à agentes financeiros é classificado na Demonstração de fluxos de caixa em atividades operacionais ou de investimentos, de acordo com a classificação do objeto da compra, por melhor representar o dispêndio de caixa sob a ótica da operação da Companhia.
- **Nota 5.6 – Passivos de arrendamento:** Na avaliação do prazo do arrendamento se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação;
- **Nota 5.12.1 – Propriedade para investimento:** Na classificação do arrendamento da propriedade da controladora como arrendadora.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Incertezas sobre premissas e estimativas:

As incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.4 – Contas a receber de clientes:** Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda esperada;
- **Nota 5.6 – Passivos de arrendamento:** Na estimativa da taxa incremental sobre empréstimos, elaborada usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considerando nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o *rating* de crédito);
- **Notas 5.12.2 e 5.12.3 – Imobilizado e intangível:** Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota 5.14 – Imposto de renda e contribuição social:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 5.15 – Provisão para demandas e depósitos judiciais:** Avaliação de demandas judiciais e o reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota 6.5 - Pagamentos com base em ações:** Estimativa de perda de instrumentos durante o período de “*vesting*”;
- **Nota 2.3 – Mensuração do valor justo:** Mensuração dos valores justos de ativos e passivos financeiros com base em dados observáveis em mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas subsidiárias, localizadas no Brasil, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual elas operam, geram e consomem recursos. As principais moedas funcionais das subsidiárias localizadas fora do Brasil são o dólar americano e o peso argentino.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais de cada subsidiária, utilizando as taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio apurada na data de apresentação.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

As diferenças de moeda estrangeira são reconhecidas e apresentadas em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. No entanto, se a operação no exterior for uma subsidiária não integral, então a proporção relevante da diferença de conversão é alocada para os interesses de não controladores. Quando uma operação no exterior é alienada ou ocorre perda de controle, o valor acumulado na reserva de conversão relacionada àquela operação no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na alienação.

As taxas de câmbio do Real (R\$) para as moedas funcionais de suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são:

Moeda	31/12/2022	31/12/2021
Dólar americano (USD)	5,2177	5,5805
Peso argentino (ARS)	0,0296	0,0544

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2.3 Mensuração do valor justo

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas de valor justo, e reporta diretamente ao Conselho.

A Administração regularmente revisa premissas não observáveis significativas e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível de hierarquia.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base na origem dos dados usados nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Os dados usados se originam em preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- **Nível 2:** Os dados usados incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado.
- **Nível 3:** São usadas técnicas de avaliação para as quais a informação significativa para mensuração do valor justo de nível mais baixo não esteja disponível (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Todas as estimativas resultantes de valor justo da Companhia estão incluídas no nível 2.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no nível da hierarquia de valor justo com mais subjetividade.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- i. **6.5** - Pagamento com base em ações;
- ii. **5.8** - Instrumentos financeiros derivativos.

Os títulos das Sênior Notes cotados na Bolsa de Valores de Luxemburgo (“LuxSE”) apresentaram o seguinte comportamento, em percentual do valor nominal de face:

Empréstimo	Empresa	31/12/2022	31/12/2021
Sênior Notes 2025 ⁽ⁱ⁾	Rumo Luxembourg	-	103,04%
Sênior Notes 2028	Rumo Luxembourg	95,04%	103,32%
Sênior Notes 2032	Rumo Luxembourg	80,36%	94,37%

(i) Em 14 de janeiro de 2022 a Companhia pré-pagou a dívida, conforme Nota 4.4.

Os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022 Nível 2	31/12/2021 Nível 2
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	7.385.421	9.448.193	7.385.421	9.448.193
Títulos e valores mobiliários	840.061	1.425.897	840.061	1.425.897
Contas a receber de clientes	578.323	503.316	578.323	503.316
Instrumentos financeiros derivativos	874.843	1.674.821	874.843	1.674.821
Recebíveis de partes relacionadas	146.653	148.919	146.653	148.919
Caixa restrito	92.770	27.809	92.770	27.809
Total	9.918.071	13.228.955	9.918.071	13.228.955
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(16.758.088)	(21.178.748)	(16.633.229)	(21.032.073)
Passivos de arrendamento	(3.254.010)	(3.106.880)	(3.254.010)	(3.106.880)
Instrumentos financeiros derivativos	(1.412.945)	(576.749)	(1.412.945)	(576.749)
Fornecedores	(746.430)	(618.658)	(746.430)	(618.658)
Dividendos a pagar	(132.044)	(43.780)	(132.044)	(43.780)
Arrendamentos e concessão parcelados	(1.138.076)	(1.145.450)	(1.138.076)	(1.145.450)
Pagáveis a partes relacionadas	(297.791)	(201.660)	(297.791)	(201.660)
Outros passivos financeiros	(817.869)	(576.786)	(817.869)	(576.786)
Parcelamento de débitos tributários	(902)	(649)	(902)	(649)
Total	(24.558.155)	(27.449.360)	(24.433.296)	(27.302.685)

Os saldos com prazos curtos têm valor justo que se aproxima ao valor contabilizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2.4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.4.1 Novos pronunciamentos, interpretações e alterações

A Companhia não adotou, de forma antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor. As interpretações e alterações que passaram a vigorar no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não geraram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

3 Negócios, operações e administração da Companhia

3.1 Objetivos e políticas da gestão de riscos de instrumentos financeiros

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o desempenho financeiro futuro do grupo. As informações de lucros e perdas do exercício atual foram incluídas, quando relevantes ao contexto.

Risco	Exposição decorrente de:	Mensuração	Gestão
Risco de mercado - câmbio	(i) Transações comerciais futuras. (ii) Ativos e passivos financeiros reconhecidos não denominados em reais.	(i) Fluxo de caixa futuro (ii) Análise de sensibilidade	Moeda estrangeira
Risco de mercado – juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos de valores mobiliários, caixa restrito, empréstimos e debêntures, Arrendamentos e instrumentos financeiros derivativos.	(iii) Análise de sensibilidade	Swap de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito, contas a receber, derivativos, contas a receber de partes relacionadas.	(i) Análise por vencimento (ii) Ratings de crédito	Disponibilidades e linhas de crédito
Risco de liquidez	Empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, outros tributos a pagar, arrendamentos, derivativos e contas a pagar a partes relacionadas.	Fluxo de caixa futuro	Disponibilidades e linhas de crédito.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

O gerenciamento de risco da Companhia é predominantemente controlado por um departamento central de Tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, que fornece princípios para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto.

A Companhia pode optar pela designação formal de novas operações de dívidas para as quais possua instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“*Fair Value Option*”) tem o intuito de eliminar ou reduzir as inconsistências no resultado decorrentes de diferenças entre os critérios de mensuração de determinados passivos e seus instrumentos de proteção. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo. Tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

a) Riscos de mercado

O objetivo do gerenciamento de riscos de mercado é manter as exposições aos riscos de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado. Todas as transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco. Geralmente, a Companhia procura aplicar a contabilidade de *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

i. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em moeda estrangeira:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	1.540	2.819.027
Contas a receber de clientes	-	18.876
Fornecedores	(97.259)	(3.365)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.388.589)	(8.727.064)
Derivativos de taxa de câmbio	4.437.823	5.920.072
Passivo de arrendamento	(94.716)	(108.365)
	(141.201)	(80.819)

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos e euros, levantados em 31 de dezembro de 2022, no cenário provável a Companhia sensibilizou o efeito positivo ou negativo no resultado antes dos impostos, decorrente de um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível do Real em relação às moedas estrangeiras no cenário provável, e para aumentos e diminuições de 25% e 50%, como segue:

Instrumento	Fator de risco	31/12/2022				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	Flutuação do câmbio	10	397	784	(378)	(765)
Fornecedores	Flutuação do câmbio	(602)	(25.067)	(49.532)	23.863	48.328
Derivativos de taxa de câmbio	Flutuação do câmbio	28.930	1.118.570	2.232.436	(1.116.218)	(2.232.436)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Flutuação do câmbio	(28.625)	(1.104.304)	(2.208.607)	1.104.304	2.208.607
Passivo de arrendamento	Flutuação do câmbio	(586)	(24.412)	(48.238)	23.239	47.065
Impactos no resultado do exercício		(873)	(34.816)	(73.157)	34.810	70.799

O cenário provável utiliza o dólar e euro projetados por consultoria especializada para 31 de dezembro de 2023. Cenários estressados foram definidos aplicando variações (positivas e negativas) de 25% e de 50% nas taxas de câmbio usadas no cenário provável:

	31/12/2022	Cenários				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Dólar	5,2177	5,2500	6,5625	7,8750	3,9375	2,6250
Euro	5,5694	5,7225	7,1531	8,5838	4,2919	2,8613

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

ii. Risco da taxa de juros

A Companhia e suas subsidiárias possuem instrumentos financeiros sobre os quais incidem taxas de juros, em grande parte variáveis, o que expõe o resultado financeiro aos riscos de flutuação das taxas de juros.

A análise de sensibilidade a seguir demonstra o impacto anual projetado nas despesas com juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração das aplicações financeiras (antes dos impostos), mantidas as demais variáveis, no cenário provável e com aumentos e diminuições de 25% e 50% nas taxas de juros:

Exposição taxa de juros	31/12/2022				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	1.008.079	1.260.098	1.512.118	756.059	504.039
Títulos e valores mobiliários	112.278	140.348	168.418	84.209	56.139
Caixa restrito	12.171	15.213	18.256	9.128	6.085
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(875.580)	(1.080.369)	(1.285.157)	(670.792)	(466.004)
Derivativos de taxa de juros e câmbio	(973.596)	(1.282.919)	(1.460.394)	(730.197)	(486.798)
Passivo de arrendamento	(447.011)	(447.729)	(448.451)	(446.296)	(445.585)
Arrendamento e concessão parcelados	(146.467)	(183.084)	(219.700)	(109.850)	(73.233)
Outros passivos financeiros	(119.769)	(146.869)	(173.969)	(92.668)	(65.568)
Impactos no resultado do exercício	(1.429.895)	(1.725.311)	(1.888.879)	(1.200.407)	(970.925)

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, elaborada por uma terceira parte especializada com base nas informações do Banco Central do Brasil (BACEN) em 06 de janeiro de 2023, como segue:

	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	13,35%	16,69%	20,03%	10,02%	6,68%
CDI	13,25%	16,57%	19,88%	9,94%	6,63%
TJLP	7,00%	8,75%	10,50%	5,25%	3,50%
IPCA	4,98%	6,23%	7,47%	3,74%	2,49%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Risco de crédito

As operações regulares da Companhia expõem-na a potenciais descumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem honrar os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	7.385.421	9.448.193
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱ⁾	840.061	1.425.897
Caixa restrito ⁽ⁱ⁾	92.770	27.809
Contas a receber de clientes ⁽ⁱⁱ⁾	578.323	503.316
Recebíveis de partes relacionadas ⁽ⁱⁱ⁾	146.653	148.919
Instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱ⁾	874.843	1.674.821
	9.918.071	13.228.955

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é o valor registrado.
- (ii) O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada por cada segmento de negócio, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de “A”. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria, de acordo com a política da Companhia.

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	31/12/2022
AA	1.568.910
AAA	7.624.185
Total	<u>9.193.095</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas encontrem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2022				31/12/2021	
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.408.066)	(714.069)	(3.784.726)	(18.130.714)	(24.037.575)	(27.476.555)
Fornecedores	(746.430)	-	-	-	(746.430)	(618.658)
Outros passivos financeiros	(787.884)	(29.985)	-	-	(817.869)	(576.786)
Parcelamento de débitos tributários	(902)	-	-	-	(902)	(902)
Passivo de arrendamento	(426.671)	(412.708)	(915.008)	(14.621.183)	(16.375.570)	(15.478.234)
Arrendamento e concessão parcelados	(196.384)	(192.639)	(188.331)	(559.819)	(1.137.173)	(1.185.076)
Pagáveis a partes relacionadas	(297.791)	-	-	-	(297.791)	(201.660)
Dividendos a pagar	(132.044)	-	-	-	(132.044)	(43.780)
Instrumentos financeiros derivativos	(1.018.041)	(692.617)	(850.961)	2.023.518	(538.101)	1.098.073
	(5.014.213)	(2.042.018)	(5.739.026)	(31.288.198)	(44.083.455)	(44.483.578)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

3.2 Informação por segmento

A Administração avalia o desempenho de seus segmentos operacionais com base na medida de EBITDA (lucro antes do imposto de renda e contribuição social, despesa financeira líquida, depreciação e amortização).

Em fevereiro de 2021 a Rumo Malha Central iniciou sua fase operacional, e devido a sua operação estar interligada às das Malhas Paulista e Norte, a Administração da Companhia decidiu apresentar os efeitos da operação Central junto aos da operação Norte.

Segmentos operacionais

A gestão da Companhia está estruturada em três segmentos:

- (i) Operações Norte: composto pelas operações ferroviárias, rodoviárias, transbordo nas áreas de concessão da Companhia, da Rumo Malha Norte, da Rumo Malha Central e da Rumo Malha Paulista.
- (ii) Operações Sul: composto pelas operações ferroviárias e transbordo na área de concessão da Rumo Malha Sul e da Rumo Malha Oeste.
- (iii) Operações de Contêineres: composto pela empresa do Grupo que tem foco em logística de contêineres seja por transporte ferroviário ou rodoviário e os resultados de operações de contêineres nas malhas.

As informações por segmento foram preparadas de acordo com as mesmas práticas contábeis utilizadas na preparação das informações consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Exercício:	31/12/2022				31/12/2021			
Resultado por Unidade de Negócio	Operações Norte	Operações Sul	Operações de Contêineres	Consolidado	Operações Norte	Operações Sul	Operações de Contêineres	Consolidado
Receita líquida	7.635.242	1.739.391	466.875	9.841.508	5.479.583	1.624.084	335.965	7.439.632
Custo dos serviços prestados	(4.615.075)	(1.644.441)	(435.632)	(6.695.148)	(3.523.822)	(1.499.951)	(328.266)	(5.352.039)
Lucro bruto	3.020.167	94.950	31.243	3.146.360	1.955.761	124.133	7.699	2.087.593
Margem bruta (%)	39,56%	5,46%	6,69%	31,97%	35,69%	7,64%	2,29%	28,06%
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(375.028)	(79.660)	(44.505)	(499.193)	(384.204)	(91.982)	(35.514)	(511.700)
Outras receitas (despesas) operacionais e equivalência patrimonial	480.459	(102.584)	11.130	389.005	(17.912)	(61.569)	23.321	(56.160)
Depreciação e amortização	1.327.094	561.478	78.373	1.966.945	1.254.350	521.847	54.486	1.830.683
EBITDA	4.452.692	474.184	76.241	5.003.117	2.807.995	492.429	49.992	3.350.416
Margem EBITDA (%)	58,32%	27,26%	16,33%	50,84%	51,24%	30,32%	14,88%	45,03%

3.2.1 Principais clientes

A Companhia em 2022 possui um cliente que contribuiu individualmente com uma parcela de 9,89%, da receita operacional líquida do ano de 2022 com um valor aproximado de R\$ 858.831. Em 2021 esse mesmo cliente contribuiu individualmente com uma parcela de 10,04% da receita líquida com um valor aproximado de R\$ 660.860.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4 Transações e eventos significativos

4.1 Partes relacionadas

Política contábil:

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são firmadas preferencialmente a preços de mercado e realizadas conforme contratos estabelecidos. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Resumo dos saldos com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante				
Operações comerciais				
Rumo Malha Norte S.A.	6.372	8.321	-	-
Rumo Malha Paulista S.A.	31.854	20.786	-	-
Rumo Malha Sul S.A.	1.878	1.276	-	-
Rumo Malha Central S.A.	2.508	2.169	-	-
Raízen S.A. e suas controladas	780	4.793	30.102	22.335
Brado Logística S.A	-	32	-	-
Elevações Portuárias S.A.	1.406	2.155	5.424	-
Terminal São Simão S.A.	-	162	-	-
ALL Argentina	48.615	48.615	-	-
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	-	-	14.286	14.286
Outros	150	353	183	76
	93.563	88.662	49.995	36.697
Operações financeiras e societárias				
Logisport Armazéns Gerais S.A.	7.852	-	-	-
Rumo Maha Central S.A.	24.563	51.420	-	-
	32.415	51.420	-	-
	125.978	140.082	49.995	36.697
Ativo não circulante				
Operações comerciais				
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	-	-	48.810	64.286
Raízen S.A. e suas controladas	-	-	47.731	47.731
	-	-	96.541	112.017
Operações financeiras e societárias				
Logisport Armazéns Gerais S.A.	-	6.720	-	-
Rumo Malha Central S.A.	1.000.000	1.000.000	-	-
ALL Argentina	3.326	3.325	-	-
Outros	-	-	117	205
	1.003.326	1.010.045	117	205
	1.003.326	1.010.045	96.658	112.222
Total	1.129.304	1.150.127	146.653	148.919

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante				
Operações comerciais				
Rumo Malha Norte S.A.	1.175	6.333	-	-
Rumo Malha Sul S.A.	12.767	9.298	-	-
Rumo Malha Paulista S.A.	23.363	35.136	-	-
Rumo Malha Oeste S.A.	16	141	-	-
Rumo Malha Central S.A.	17.525	93	-	-
Terminal São Simão S.A.	220	-	-	-
Raízen S.A. e suas controladas	611	4.589	270.458	187.950
Cosan S.A.	632	1.099	2.976	3.930
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	-	-	8.085	5.139
Logisport Armazéns Gerais S.A.	666	1.254	-	-
Elevações Portuárias S.A.	4.200	1.674	4.676	-
Outros	1.009	1.010	11.596	4.641
	62.184	60.627	297.791	201.660
Passivo não circulante				
Operações financeiras				
Boswells S.A.	32.611	34.878	-	-
ALL - Argentina	4.733	4.733	-	-
	37.344	39.611	-	-
Total	99.528	100.238	297.791	201.660

b) Transações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional				
Raízen S.A. e suas controladas ⁽ⁱ⁾	400.375	237.484	805.655	536.950
Rumo Malha Norte S.A.	48.634	34.781	-	-
Rumo Malha Paulista S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	293.915	273.152	-	-
Elevações Portuárias S.A.	19.379	25.200	2.463	-
Outros	-	9.711	6.910	21.923
	762.303	580.328	815.028	558.873
Compras de produtos / insumos				
Raízen S.A. e suas controladas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	-	(2.496.143)	(1.542.612)
Logisport Armazéns Gerais S.A.	(2.945)	(3.620)	-	-
Rumo Malha Central S.A.	(45.757)	-	-	-
Rumo Malha Paulista S.A. ^(iv)	(69.122)	(204.557)	-	-
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ^(v)	(22)	(27)	(62.271)	(56.652)
Rumo Malha Sul S.A.	(51.249)	(26.810)	-	-
Outros	-	-	(637)	(439)
	(169.095)	(235.014)	(2.559.051)	(1.599.703)
Despesa compartilhada				
Cosan S.A. ^(vi)	(850)	(2.486)	(4.365)	(3.571)
Elevações Portuárias S.A.	2.147	2.594	96	-
Rumo Malha Oeste S.A.	590	807	-	-
Rumo Malha Paulista S.A.	16.435	17.217	-	-
Rumo Malha Sul S.A.	10.508	11.392	-	-
Rumo Malha Norte S.A.	3.075	11.844	-	-
Rumo Malha Central S.A.	4.129	868	-	-
Terminal São Simão S.A.	-	110	-	-
Raízen S.A. e suas controladas ^(vi)	-	-	(30.803)	(30.454)
	36.034	42.346	(35.072)	(34.025)
Resultado financeiro				
COMGAS - Companhia de Gás de São Paulo	-	-	(12.105)	-
Rumo Malha Central S.A.	130.953	176.153	-	-
Boswells S.A.	2.268	-	-	-
Rumo Malha Norte S.A.	-	(17.794)	-	-
Outros	817	(1.867)	(94)	136
	134.038	156.492	(12.199)	136

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (i) A prestação de serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 para a Raízen S.A. e suas controladas se refere principalmente à transporte e armazenagem, contratada em condições de mercado.
- (ii) Remuneração de investimento em ativos relacionados ao contrato de prestação de serviços de transporte ferroviário de açúcar com a Rumo Malha Paulista (vide item iv).
- (iii) Aquisição de combustíveis (diesel para uso nas locomotivas) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 junto à Raízen S.A. e suas controladas, a condições de mercado.
- (iv) Serviço de transporte ferroviário prestado pela Rumo Malha Paulista. O contrato de serviços envolveu investimentos feitos pela Companhia em ativos ferroviários da Rumo Malha Paulista, firmado em condições de mercado.
- (v) Aquisição de lubrificantes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 junto à Cosan Lubrificantes, a condições de mercado.
- (vi) Rateio do custo de atividades corporativas e do centro de serviços compartilhados Raízen.

c) Remuneração dos administradores e diretores

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, incluindo diretores e membros do conselho, estão registradas no resultado consolidado do exercício, incluindo os encargos, como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Benefícios de curto prazo	33.146	31.607
Transações com pagamentos baseados em ações	16.110	23.571
	<u>49.256</u>	<u>55.178</u>

4.2 Pandemia de COVID 19

A Companhia continua monitorando a pandemia COVID 19 no cenário global e local, e no momento não há medidas restritivas vigentes e nem impacto nas operações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a pandemia não criou circunstâncias que poderiam indicar perda por *impairment*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4.3 Impactos da guerra na Ucrânia

4.3.1 Contexto Geral

A Companhia continua monitorando os impactos da guerra da Ucrânia iniciada em 24 de fevereiro de 2022 pois constitui um evento de longo alcance na economia global e, portanto, nos relatórios financeiros das companhias. Atualmente, não é possível estimar a duração da crise geopolítica, que também pode ser intensificada por ações da Rússia e outros países.

4.3.2 Impactos na elaboração das demonstrações financeiras

As operações da Rumo não sofreram grandes impactos em razão do conflito entre Rússia e Ucrânia no período findo em 31 de dezembro de 2022. A Companhia monitora diariamente possíveis impactos que podem ter efeito direto nas operações.

Os principais itens monitorados pela Companhia são:

- **Fertilizantes:** Rússia e Bielorrússia respondem por 30,5% das exportações de fertilizantes potássicos e o Brasil é o maior importador mundial não apenas do total de fertilizantes como de cada um deles (nitrogenados, fosfatados e potássicos). A companhia entende que não ocorreu impacto na safra de Milho em 2022, tampouco para safra de Soja para 2023, devido os acordos de mercado firmado entre Brasil e Rússia para a demanda de fertilizantes.

- **Commodities:** A safra brasileira de milho de 2021/2022, apesar da quebra da produção no sul do país, deverá ficar acima da safra anterior. Com o aumento do preço da commodity, o Brasil tem espaço para ampliar área produtiva. O que pode acontecer é um aumento da disputa entre o Brasil e América do Norte pela compra de fertilizantes, mesmo com preços elevados, uma vez que o retorno derivado da negociação de commodities por produtores no Brasil os deixam mais capitalizados para disputar com produtores americanos/europeus.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

- **Combustíveis:** Como o petróleo brasileiro segue a tabela de preço internacional, continuará ajustando os preços de acordo com a cotação praticada fora do Brasil, mesmo que não haja compra direta da Rússia, a redução da oferta de petróleo no mundo, causará impacto no preço para o consumidor brasileiro. A medida que o diesel aumenta, o custo operacional da Rumo pode aumentar, porém existe a política de repasse para a tarifa que neutraliza os efeitos sobre o resultado.

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o *impairment* de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças motivadas pelo conflito que indicariam uma perda por *impairment*. Como não houve interrupção nas operações da Companhia, o impacto financeiro resultante do conflito nas unidades geradoras de caixa ("UGC") foi limitado. Portanto, as principais premissas de longo prazo aplicadas na preparação dos modelos de fluxo de caixa não tiveram alterações significativas para a avaliação dos indicadores de *impairment*. Nossas projeções de recuperação de tributos diferidos, estão fundamentas nos mesmos cenários e premissas acima.

A Companhia até o momento não identificou impactos em risco de crédito de clientes, taxa de desconto, estoque, instrumentos financeiros, contas a receber entre outros itens analisados.

4.4 Pré-pagamento Senior Notes 2025

Em 14 de janeiro de 2022 a Companhia efetuou o pré-pagamento da Senior Notes 2025, no valor de USD 500.000, equivalente a R\$ 2.848.332, com vencimento original em janeiro de 2025, conforme condições estabelecidas no contrato da operação firmado em janeiro de 2018. Os derivativos contratados para proteção da operação foram liquidados no mesmo período.

4.5 Cessão de crédito fiscal

Em 31 de março de 2022, a Companhia por meio da controlada Rumo Malha Paulista S.A. iniciou a transferência de créditos de ICMS para a parte relacionada Companhia de Gás do Estado de São Paulo – COMGAS, conforme operação aprovada em 30 de novembro de 2021, pela Secretária do Estado de São Paulo – SEFAZ. Estão sendo transferidos R\$ 99.395 de créditos de ICMS em 13 parcelas, sendo a primeira de R\$ 9.395 e as demais no montante de R\$ 7.500.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Uma nova transferência de créditos para Companhia de Gás do Estado de São Paulo – COMGAS, no montante de R\$ 29.152, foi deferida pela SEFAZ em 6 de julho de 2022. O montante foi transferido em duas parcelas.

Em 31 de dezembro de 2022, R\$ 121.047 em transferências foram concluídas e registradas, mediante aplicação de deságio em condições de mercado.

4.6 Revisão ordinária do contrato de concessão da Malha Paulista

Em 25 de maio de 2022, ocorreu a revisão ordinária anual da concessão da Malha Paulista, levando à modificação de anexos específicos do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. Os principais impactos nas demonstrações financeiras foram: (i) R\$ 32.490 de revisão de outorgas, valor registrado em outras receitas e despesas; (ii) R\$ 60.309 de remensuração da outorga pela postergação de investimentos com datas determinadas (Nota Explicativa 5.12.4); e (iii) R\$ 8.484 de verbas de pesquisa e preservação de memória ferroviária, provisionadas no decorrer do exercício. Todos os valores foram computados nas parcelas trimestrais remanescentes de outorga, sujeitos à correção de IPCA e juros de 11,04% ao ano.

4.7 Venda de ações da Elevações Portuárias

Em 15 de julho de 2022, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações, prevendo a alienação de 80% (oitenta por cento) da sua participação acionária na controlada integral Elevações Portuárias S.A. (“EPSA”), que opera e controla os terminais T16 e T19 no Porto de Santos (SP), à Corredor Logística e Infraestrutura Sul (“CLI SUL”), empresa integralmente detida pela Corredor Logística e Infraestrutura (“CLI”), em linha com a estratégia de formação de parcerias de longo prazo e de foco na logística ferroviária e na execução dos projetos estratégicos de expansão.

A conclusão da operação de venda ocorreu em 14 de novembro de 2022, quando a Companhia recebeu de forma líquida o montante de R\$ 1.394.669, apurando um resultado foi de R\$ 955.584 conforme nota explicativa 6.3.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4.8 Acordo judicial – Farovia S.A.

A Rumo Malha Norte, a Rumo Malha Sul, a Rumo Malha Paulista e a Rumo S.A. eram partes em procedimento arbitral confidencial, cujo valor total dos pedidos somava R\$ 1.281.084. O procedimento foi instaurado pela parte contrária sob a alegação de que às Companhias teriam dado causa à rescisão de contrato de serviço transporte ferroviário e investimentos, diante do que requereu indenização.

Em 22 de novembro de 2022, Companhia firmou acordo para encerrar o procedimento arbitral, mediante a aquisição da totalidade das ações da empresa Farovia, contra a qual litigava, incorporada na sequência. O acordo envolveu um montante de caixa líquido de R\$ 51.132 e a assunção de uma dívida bancária totalizando R\$ 396.818 conforme nota explicativa 6.3.

Em janeiro de 2023 o procedimento arbitral foi extinto a partir de acordo celebrado entre as partes.

5 Informações detalhadas sobre ativos e passivos

5.1 Ativos e passivos financeiros

Política contábil

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros se dá pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Títulos e valores mobiliários	5.3	840.061	1.425.897
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	874.843	1.674.821
		1.714.904	3.100.718
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	7.385.421	9.448.193
Contas a receber de clientes	5.4	578.323	503.316
Recebíveis de partes relacionadas	4.1	146.653	148.919
Caixa restrito	5.3	92.770	27.809
		8.203.167	10.128.237
Total		9.918.071	13.228.955
Passivos			
Custo amortizado			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	4.576.705	8.852.896
Passivos de arrendamento	5.6	3.254.010	3.106.880
Fornecedores	5.7	746.430	618.658
Outros passivos financeiros ⁽ⁱ⁾		817.869	576.786
Pagáveis a partes relacionadas	4.1	297.791	201.660
Dividendos a pagar		132.044	43.780
Arrendamento e concessão parcelados	5.16	1.138.076	1.145.450
Parcelamento de débitos tributários	5.13	902	649
		10.963.827	14.546.759
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	1.412.945	576.749
Empréstimos e financiamentos	5.5	12.181.383	12.325.852
		13.594.328	12.902.601
Total		24.558.155	27.449.360

- (i) Em 31 de dezembro de 2022 o saldo consolidado antecipado por nossos fornecedores junto a agentes financeiros era de R\$ 817.869 (R\$ 576.786 em 31 de dezembro de 2021). Essas operações tiveram fundos e bancos de primeira linha como contrapartes, a uma taxa média de 14,53% a.a. (10,60% a.a. em 31 de dezembro de 2021). O prazo médio dessas operações gira em torno de 109 dias (90 dias em 31 de dezembro de 2021).

A transferência contábil dos valores da conta de fornecedores para esta rubrica, consiste em uma transação que não envolve caixa, não sendo apresentada na Demonstração de fluxos de caixa. O fluxo de liquidação do saldo, por sua vez, é classificado em atividades operacionais ou de investimentos, de acordo com a classificação do objeto da compra. Encargos financeiros embutidos na transação são registrados em “Juros sobre contingências e contratos comerciais” no resultado financeiro, tendo representado R\$ 96.752 no exercício findo em 31 de dezembro 2022 (R\$ 27.155 em 2021).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.2 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	1.912	1.264	28.410	946.000
Aplicações financeiras	2.167.423	790.538	7.357.011	8.502.193
	2.169.335	791.802	7.385.421	9.448.193

As aplicações financeiras são compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações em bancos				
Operações compromissadas	-	-	15.095	145.761
Certificado de depósitos bancários - CDB ⁽ⁱ⁾	2.167.423	790.538	7.341.916	6.434.419
Outras aplicações ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	-	1.922.013
	2.167.423	790.538	7.357.011	8.502.193

- (i) As aplicações financeiras da Companhia são remuneradas a taxas em torno de 102,9% da taxa de oferta interbancária brasileira (Certificado de Depósito Interbancário), ou “CDI”, em 31 de dezembro de 2022 (101,6% do CDI em 31 de dezembro de 2021). A análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros está na nota 3.1.
- (ii) Refere-se basicamente a aplicações em *time deposits* nos bancos Bradesco Cayman e Banco do Brasil London relativos aos valores da Rumo Luxemburgo, pela captação da Senior Notes (Bond) com vencimento em 2032, com remuneração ponderada de 49 bps (0,47% ao ano) em 31 de dezembro de 2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.3 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado, com vencimento médio dos títulos públicos entre dois e cinco anos.

Títulos e valores mobiliários	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Títulos públicos ⁽ⁱ⁾	50.456	109.057	475.936	1.416.958
Certificados de depósitos bancários ⁽ⁱⁱ⁾	38.250	-	361.972	1.052
Letras financeiras ⁽ⁱⁱⁱ⁾	228	607	2.153	7.887
	88.934	109.664	840.061	1.425.897

- (i) Títulos públicos classificados como valor justo por meio do resultado possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos.
- (ii) Certificados de depósitos bancários possuem taxa de juros atrelada ao CDI e vencimento entre dois e cinco anos.
- (iii) Letras financeiras possuem taxa de juros atreladas ao CDI, e de liquidez diária, conforme política de liquidez da Companhia.

Caixa restrito	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras vinculadas a empréstimos	-	-	84.969	20.000
Valores depositados em garantia	79	87	7.801	7.809
	79	87	92.770	27.809

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.4 Contas a receber de clientes

Política contábil:

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor presente. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Mercado interno	52.848	17.470	570.524	462.301
Mercado externo	-	-	13.598	46.979
	52.848	17.470	584.122	509.280
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(204)	(620)	(5.799)	(5.964)
	(204)	(620)	(5.799)	(5.964)
Total	52.644	16.850	578.323	503.316
Circulante	52.644	16.850	561.641	482.112
Não circulante	-	-	16.682	21.204
Total	52.644	16.850	578.323	503.316

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	48.737	9.771	530.804	436.778
Vencidas				
Até 30 dias	2.160	6.692	34.873	22.816
De 31 a 60 dias	1.151	42	3.492	1.283
De 61 a 90 dias	643	-	832	18.323
Mais de 90 dias	157	965	14.121	30.080
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(204)	(620)	(5.799)	(5.964)
	52.644	16.850	578.323	503.316

A movimentação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2021	(680)	(5.679)
Provisões	(126)	(4.218)
Reversões e baixas	186	3.933
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(620)	(5.964)
Provisões	(207)	(5.147)
Reversões e baixas	623	5.312
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(204)	(5.799)

5.5 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Política contábil:

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado. Caso a transação seja designada ao valor justo por meio do resultado, o registro inicial e subsequente se dá pelo valor justo.

São desconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Descrição	Encargos financeiros		Controladora		Consolidado		Vencimento final	Objetivo
	Indexador	Taxa média anual de juros ⁽ⁱ⁾	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		
Com garantia								
Finame	Pré-fixado	5,86%	137.737	214.134	280.919	461.756	jan/2025	Investimento
Finem	Pré-fixado	3,50%	-	-	378	727	jan/2024	Investimento
	URTJLP	9,29%	-	511	2.221.900	2.598.623	jul/2031	Investimento
NCE	CDI + 0,80%	14,56%	-	-	355.770	515.928	dez/2023	Capital de giro
	CDI + 1,03%	14,84%	-	-	98.003	86.707	fev/2023	Capital de giro
	CDI + 2,07%	16,33%	-	-	50.467	-	mar/2025	Capital de giro
	CDI + 2,25%	16,81%	-	-	62.760	60.700	mai/2026	Capital de giro
Sênior Notes 2025	Pré-fixado (US\$) ⁽ⁱⁱ⁾	5,88%	-	-	-	2.981.335	jan/2022	Investimento
Sênior Notes 2028	Pré-fixado (US\$) ⁽ⁱⁱⁱ⁾	5,25%	-	-	2.196.083	2.700.621	jan/2028	Investimento
Sênior Notes 2032	Pré-fixado (US\$) ^(iv)	4,20%	-	-	2.124.051	2.800.716	jan/2032	Investimento
ECA	Euribor + 0,58% (EUR) ^(v)	1,94%	-	-	68.455	95.460	set/2026	Investimento
CCB	IPCA ^(vi)	6,59%	-	-	806.028	646.624	jan/2048	Capital de giro
Loan 4131	Pré-fixado (US\$) ^(vii)	0,90%	-	148.932	-	148.932	nov/2022	Capital de giro
			137.737	363.577	8.264.814	13.098.129		
Debêntures								
Debêntures não conversíveis								
	IPCA + 3,60% ^(viii)	9,39%	367.476	361.862	367.476	361.862	dez/2030	Investimento
	IPCA + 3,90% ^(ix)	9,71%	1.048.252	1.018.844	1.048.252	1.018.844	out/2029	Investimento
	IPCA + 4,00% ^(x)	9,81%	941.203	952.671	941.203	952.671	dez/2035	Investimento
	IPCA + 4,50% ^(xi)	10,34%	1.523.382	1.483.873	1.523.383	1.483.873	jun/2031	Investimento
	IPCA + 4,54% ^(xii)	10,38%	80.987	126.668	80.987	126.668	jun/2036	Investimento
	IPCA + 4,68% ^(xiii)	10,53%	-	-	518.680	543.752	fev/2026	Investimento
	IPCA + 4,77% ^(xiv)	10,63%	-	-	632.440	694.898	jun/2031	Investimento
	IPCA + 5,73% ^(xv)	11,64%	-	-	537.261	505.584	out/2033	Investimento
	IPCA + 5,99% ^(xvi)	11,91%	-	-	435.780	-	jun/2032	Investimento
	IPCA + 6,80% ^(xvii)	12,77%	893.852	891.972	893.852	891.972	abr/2030	Investimento
	CDI + 1,30%	15,13%	-	-	759.175	746.725	out/2027	Investimento
	CDI + 1,79%	15,68%	-	-	754.785	753.770	jun/2027	Investimento
			4.855.152	4.835.890	8.493.274	8.080.619		
Total			4.992.889	5.199.467	16.758.088	21.178.748		
Circulante			99.769	251.255	1.357.026	1.222.674		
Não circulante			4.893.120	4.948.212	15.401.062	19.956.074		

- (i) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). SELIC refere-se à taxa overnight do Sistema Especial de Liquidação e Custódia. É a taxa média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais na forma de operações compromissadas. O CDI ou Taxa DI Over (CDI Over) é obtido ao se calcular a média ponderada de todas as taxas de transações efetuadas na Cetip entre diferentes instituições financeiras. IPCA é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo e tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços.
- (ii) Essa dívida tinha contratos de swap para 127% do CDI que representavam uma taxa média de 15,85%.
- (iii) Dívida com swap para 115% do CDI que representou uma taxa média de 14,28% no ano de 2022.
- (iv) Dívida com swap para 114% do CDI que representou uma taxa média de 14,21% no ano de 2022.
- (v) Dívida com swap para 108% do CDI que representou uma taxa média de 13,46% no ano de 2022.
- (vi) Dívida com swap para 61% do CDI que representou uma taxa média de 7,59% no ano de 2022.
- (vii) Essa dívida tinha contratos de swap para 118% do CDI que representavam uma taxa média de 14,68%.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (viii) Dívida com swap para 104% do CDI que representou uma taxa média de 12,97% no ano de 2022.
- (ix) Dívida com swap para 102% do CDI que representou uma taxa média de 12,71% no ano de 2022.
- (x) Dívida com swap para 107% do CDI que representou uma taxa média de 13,33% no ano de 2022.
- (xi) Dívida com swap para 106% do CDI que representou uma taxa média de 13,13% no ano de 2022.
- (xii) Dívida com swap para 109% do CDI que representou uma taxa média de 13,25% no ano de 2022.
- (xiii) Dívida com swap para 107% do CDI que representou uma taxa média de 13,31% no ano de 2022.
- (xiv) Dívida com swap para 112% do CDI que representou uma taxa média de 13,88% no ano de 2022.
- (xv) Dívida com swap para 109% do CDI que representou uma taxa média de 13,53% no ano de 2022.
- (xvi) Dívida com swap para 100% do CDI que representou uma taxa média de 12,38% no ano de 2022.
- (xvii) Dívida com swap para 118% do CDI que representou uma taxa média de 14,64% no ano de 2022.

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
13 a 24 meses	49.035	57.735	701.720	1.100.449
25 a 36 meses	-	18.657	734.043	654.268
37 a 48 meses	-	-	830.066	3.327.224
49 a 60 meses	719.256	-	2.202.439	768.035
61 a 72 meses	1.217.382	707.800	3.709.931	2.123.463
73 a 84 meses	1.173.021	1.149.964	1.785.577	4.115.472
85 a 96 meses	623.782	1.198.666	1.002.205	1.730.170
A partir de 97 meses	1.110.644	1.815.390	4.435.081	6.136.993
	4.893.120	4.948.212	15.401.062	19.956.074

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nessas moedas:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Reais (R\$)	12.369.499	12.451.684
Dólar (US\$) ⁽ⁱ⁾	4.320.134	8.631.604
Euro ⁽ⁱ⁾	68.455	95.460
Total	16.758.088	21.178.748

- (i) Em 31 de dezembro de 2022, todas essas dívidas denominadas em moeda estrangeira, nas subsidiárias, possuem proteção contra risco cambial através de instrumentos financeiros derivativos (Nota 5.8) ou através de aplicações financeiras na mesma moeda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Abaixo movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida para o exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2021	4.416.542	19.912.038
Captações	2.137.343	7.891.131
Atualização de juros, variação monetária e cambial	99.204	1.112.945
Amortização de principal	(1.036.835)	(6.631.342)
Pagamento de juros	(416.787)	(1.106.024)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.199.467	21.178.748
Captações	-	693.086
Atualização de juros, variação monetária e cambial	300.970	(166.167)
Assunção em acordo (nota 4.8)	348.803	348.803
Amortização de principal	(588.695)	(4.106.479)
Pagamento de juros	(267.656)	(1.189.903)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.992.889	16.758.088

a) Garantias

Alguns contratos de financiamento com bancos de fomento, destinados a investimentos, também são garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com um custo médio de 0,66% a.a. ou por garantias reais (bens) e conta caução. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de fianças bancárias contratadas era de R\$ 3.037.453 (R\$ 3.328.076 em 31 de dezembro de 2021).

Para cálculo das taxas médias foi considerado, em bases anuais, o CDI médio anual de 12,44% a.a. (4,45% a.a. em 31 de dezembro 2021) e TJLP de 6,79% a.a. (4,80% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

b) Linhas de crédito não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2022, Companhia dispunha de linhas de crédito em bancos com rating AA, que não foram utilizadas, no valor total de R\$ 1.409.490 (R\$ 898.023 em 31 de dezembro de 2021).

O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Cláusulas restritivas (“financial covenants”)

As principais linhas de empréstimos da Companhia estão sujeitas a cláusulas restritivas, com base em indicadores financeiros e não financeiros, que variam de contrato para contrato. A tabela a seguir lista as dívidas e os indicadores financeiros. Os contratos possuem redações ligeiramente distintas sobre a definição dos indicadores de covenants e, dentre elas, os índices reportados utilizam a interpretação mais conservadora dos ajustes previstos nas fórmulas:

Indicador	Empresa	Dívida	Meta	Apuração
Alavancagem = Dívida Líquida ⁽ⁱ⁾ / EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾	Rumo S.A.	Senior notes 2028 Senior notes 2032 ECA NCE Debêntures ^(vi)	≤ 3,5x	2,25x
		Brado		
ICJ = EBITDA / Resultado financeiro ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Rumo S.A.	Debênture (11 ^a , 12 ^a , 13 ^a e 14 ^a) ECA	≥ 2,0x	2,87x
ICSD = Geração de caixa ^(iv) / Serviço da dívida ^(v)	Brado	BNDES FINAME	≥ 2,0x	2,84x

- (i) A dívida financeira líquida é composta por dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis considerados como *leasing* financeiro deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito de aplicações financeiras vinculadas a empréstimos e instrumentos derivativos.
- (ii) Conforme definido na nota explicativa 3.2 às demonstrações financeiras, deduzidos os resultados extraordinários.
- (iii) O resultado financeiro consolidado é representado pelo custo da dívida líquida consolidada, demonstrado na nota 6.4.
- (iv) EBITDA, menos as quantias devidas a título de imposto de renda e contribuição social, subtraída a distribuição de dividendos.
- (v) Somatório dos pagamentos referentes à juros, comissões, impostos sobre operações financeiras e amortizações de principal.
- (vi) As Debêntures 11^a, 12^a e 13^a emissões, possuem *covenant* contratual de alavancagem em 3,0x (três vezes). Contudo, as mesmas possuem um consentimento prévio (*waiver*) que permitem a emissora extrapolar esse índice até o limite de 3,5x até 31 de dezembro de 2027.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas subsidiárias estavam cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

d) Compromissos ESG

O Senior Notes 2028 foi a primeira emissão *Green* do setor de ferrovias de carga na América Latina. A Companhia tem o compromisso de utilizar os recursos no financiamento total ou parcial de projetos em andamento e futuros, que contribuam para a promoção de um setor de transporte de baixo carbono e com uso eficiente de recursos no Brasil. Os projetos elegíveis estão distribuídos nas áreas de “Aquisição, substituição e atualização de material rodante”, “Infraestrutura para duplicação de trechos ferroviários, novos pátios e extensões de pátios”, e “Modernização da ferrovia”. A companhia emite anualmente um relatório demonstrando o andamento dos projetos, que pode ser acessado diretamente na página de relações com investidores.

O Senior Notes 2032 foi uma emissão em *Sustainability-Linked Bonds (SLBs)*, com as seguintes metas sustentáveis: redução de 17,6% até 2026 e 21,6% até 2030 de emissões de gases de efeitos estufa por tonelada de quilômetro útil (TKU), tendo como ponto de partida a data base de dezembro de 2020. A companhia está sujeita ao *step-up* de 25 *basis points* caso não atinja essas metas, o que aumentaria a taxa de juros para 4,45% a.a.

A 2ª Debênture da Malha Paulista está atrelada à meta sustentável da redução de emissões de gases de efeitos estufa por tonelada de quilômetro útil (TKU) em 15% até 2023, tendo como ponto de partida a data base de dezembro de 2019. A Companhia será beneficiada com *step-down* de 25 *basis points* em cada série caso atinja essa meta, o que reduziria a taxa a partir de 2024 para CDI + 1,54% na 1ª série e IPCA + 4,52% na 2ª série.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.6 Passivos de arrendamento

Política contábil:

No início ou na modificação de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

A valorização subsequente do passivo de arrendamento se dá pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

	Arrendamentos consolidado			Total
	Financeiro	Operacionais - concessões	Operacionais - outros	
Saldo em 01 de janeiro de 2021	416.122	2.328.924	167.272	2.912.318
Adições	-	15.108	42.399	57.507
Apropriação de juros e variação cambial	38.775	343.585	26.668	409.028
Amortização de principal de arrendamento mercantil	(283.908)	(119.812)	(39.376)	(443.096)
Pagamento de juros de arrendamento mercantil	(4.655)	(132.767)	(18.950)	(156.372)
Reajuste contratual	12.192	282.497	86.945	381.634
Transferências entre passivos ⁽ⁱ⁾	-	(54.139)	-	(54.139)
Saldo em 01 de janeiro de 2022	178.526	2.663.396	264.958	3.106.880
Adições	-	111.458	116.738	228.196
Apropriação de juros	23.072	324.122	15.367	362.561
Amortização de principal de arrendamento mercantil	(81.134)	(206.069)	(66.170)	(353.373)
Pagamento de juros de arrendamento mercantil	-	(162.720)	(32.360)	(195.080)
Reajuste contratual	-	184.896	30.034	214.930
Baixa ⁽ⁱⁱ⁾	-	(105.131)	-	(105.131)
Transferências entre passivos ⁽ⁱ⁾	-	(4.973)	-	(4.973)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	120.464	2.804.979	328.567	3.254.010
Circulante	43.916	350.719	88.762	483.397
Não circulante	76.548	2.454.260	239.805	2.770.613
	120.464	2.804.979	328.567	3.254.010

- (i) Transferência das parcelas em discussão judicial para rubrica de arrendamento e concessões em litígio (Nota 5.16).
- (ii) A movimentação representa a baixa dos saldos de passivos de arrendamentos da Companhia Elevações Portuárias, que foi desconsolidada no processo de alienação do controle efetivado em 14 de novembro de 2022

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em dezembro de 2058 (uma abertura por vencimento é demonstrada na Nota 3.1). Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação da classificação como arrendamento financeiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Além da amortização e da apropriação de juros e variação cambial destacados nos quadros anteriores, foi registrado para os demais contratos de arrendamento que não foram incluídos na mensuração de passivos de arrendamentos os seguintes impactos no resultado:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Pagamentos de arrendamento variável não incluído no reconhecimento das obrigações de arrendamento	55.629	35.482
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo	14.639	30.507
Despesas de arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo	1.329	978
	71.597	66.967

Informações adicionais

A Companhia, em plena conformidade com as normas, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu o desconto ao valor presente das parcelas futuras de arrendamento sem considerar a inflação futura projetada nas parcelas a serem descontadas.

A taxa incremental de juros (nominal) utilizada pela Companhia foi determinada com base nas taxas de juros a que a Companhia tem acesso, ajustada ao mercado brasileiro e aos prazos de seus contratos. Foram utilizadas taxas entre 10,9% e 14,8%, de acordo com o prazo de cada contrato.

Em atendimento à Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, se, nas transações em que a taxa incremental é usada, a mensuração fosse feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescidas da inflação futura projetada, os saldos dos passivos de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, seriam os apresentados na coluna “Ofício”:

Contas	2022			2021		
	Registrado	Ofício	% Variação	Registrado	Ofício	% Variação
Passivos de arrendamento	(2.104.904)	(2.286.389)	9%	(2.121.577)	(2.287.777)	8%
Direito de uso residual	6.469.852	6.482.038	0%	6.743.631	6.755.661	0%
Despesa financeira	(257.936)	(272.775)	6%	(253.446)	(265.511)	5%
Despesa de depreciação	(284.907)	(290.531)	2%	(280.462)	(285.462)	2%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os saldos registrados pela Companhia incluem o contrato da Malha Central e o aditivo de renovação do contrato da Malha Paulista, que possuem taxa implícita identificada, de forma que sua valorização não gera as distorções no passivo e direito de uso objeto do Ofício Circular da CVM. Em 31 de dezembro de 2022, o passivo de arrendamento desses contratos era de R\$ 2.065.002 (R\$ 1.185.207 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia registrou os passivos de arrendamento pelo valor presente das parcelas devidas, ou seja, incluindo eventuais créditos de impostos a que terá direito no momento do pagamento dos arrendamentos. O potencial crédito de PIS/COFINS incluído no passivo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 6.318 (R\$ 6.154 em 31 de dezembro de 2021).

5.7 Fornecedores

Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 45 dias do reconhecimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores de materiais e serviços	47.633	52.276	732.039	602.215
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	-	-	1.086	118
Outros	16.522	11.153	13.305	16.325
Total	64.155	63.429	746.430	618.658

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.8 Instrumentos financeiros derivativos

Política contábil:

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo estar designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*. A Companhia designa certos derivativos como *hedges* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo).

No início do relacionamento de *hedge* de valor justo a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* que devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outros ganhos / (perdas).

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedge* são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de *hedge* for menor que 12 meses.

A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua, sobre se os instrumentos de *hedge* são altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia utiliza instrumentos de *swap*, cujo valor justo é determinado a partir dos fluxos de caixa descontados baseados em curvas de mercado, para proteger a exposição ao risco de câmbio e ao risco de juros e inflação. Os dados consolidados são apresentados abaixo:

	Nocional		Valor justo	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Derivativos de taxa de câmbio e juros				
Contratos de <i>Swap</i> (Juros e câmbio)	5.151.173	6.084.673	(532.192)	1.020.158
Contratos de <i>Swap</i> (Juros e inflação)	7.831.254	6.590.408	(5.910)	77.914
	12.982.427	12.675.081	(538.102)	1.098.072
Circulante			17.545	48.813
Não circulante			857.298	1.626.008
Ativos			874.843	1.674.821
Circulante			(1.020.726)	(576.749)
Não circulante			(392.219)	-
Passivos			(1.412.945)	(576.749)
Total de instrumentos contratados			(538.102)	1.098.072

A Companhia contratou operações de *Swap* de juros e câmbio, de forma a ficar ativa em USD + juros fixos e passiva em percentual do CDI. Já nas operações de *Swap* de juros e inflação, a Companhia fica ativa em IPCA + juros fixos e passiva em percentual do CDI.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Estratégias de Hedge

a) Hedge do valor justo

Atualmente, a Companhia adota o *hedge* de valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são contabilizados ao valor justo por meio do resultado. Os efeitos operacionais e contábeis dessa adoção são os seguintes:

Hedge risco de câmbio		Nocional	Valor contábil		Resultado	
		R\$	R\$		Ajuste de valor justo	
		31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Dívidas						
Sênior Notes 2025	US\$ + 5,90%	-	-	-	-	355.409
Sênior Notes 2028	US\$ + 5,30%	(2.791.600)	(2.196.083)	(2.700.621)	(336.161)	108.756
Sênior Notes 2032	US\$ + 4,20%	(2.259.375)	(2.124.051)	(2.800.716)	(629.220)	(14.775)
Total		(5.050.975)	(4.320.134)	(5.501.337)	(965.381)	449.390
Instrumentos derivativos						
Swap de câmbio e juros	BRL + 115% do CDI	2.791.600	(418.674)	266.526	685.200	277.542
Swap de câmbio e juros	BRL + 117% do CDI	2.259.375	(128.986)	675.572	804.558	675.572
Total		5.050.975	(547.660)	942.098	1.489.758	953.114
Total líquido		-	(4.867.794)	(4.559.239)	524.377	1.402.504

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Hedge risco de inflação		Nocional	Valor contábil		Resultado	
		R\$	R\$		Ajuste de valor justo	
		31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Dívidas						
Debêntures	IPCA + 3,87%	(1.200.000)	(1.065.088)	(1.073.505)	(88.823)	179.462
Debêntures	IPCA + 3,90%	(914.751)	(1.048.252)	(1.018.844)	2.162	138.695
Debêntures	IPCA + 4,00%	(234.045)	(243.591)	(241.028)	(13.163)	45.092
Debêntures	IPCA + 4,77%	(750.000)	(632.440)	(694.898)	(76.893)	70.578
Debêntures	IPCA + 4,50%	(784.619)	(818.428)	(807.074)	(51.842)	93.506
Debêntures	IPCA + 4,54%	(258.815)	(80.987)	(126.668)	(10.533)	41.741
Debêntures	IPCA + 6,80%	(909.045)	(893.852)	(891.972)	(55.374)	2.962
Debêntures	IPCA + 5,73%	(500.000)	(537.261)	(505.584)	(34.565)	16.861
Debêntures	IPCA + 5,99%	(434.000)	(435.780)	-	1.741	-
Finem	TLP + 5,90%	(29.641)	(28.115)	-	(1.644)	-
CCB	IPCA + 0,95%	(796.338)	(785.366)	-	(4.418)	-
Total		(6.811.254)	(6.569.160)	(5.359.573)	(333.352)	588.897
Instrumentos derivativos						
Swap de inflação e juros	107% do CDI	1.200.000	(83.792)	(69.068)	14.724	(76.276)
Swap de inflação e juros	104% do CDI	914.751	74.408	76.570	2.162	(59.219)
Swap de inflação e juros	108% do CDI	234.045	13.871	14.541	670	(16.195)
Swap de inflação e juros	112% do CDI	750.000	(49.482)	(17.887)	31.595	(22.287)
Swap de inflação e juros	108% do CDI	784.619	(46.218)	(49.657)	(3.439)	(55.296)
Swap de inflação e juros	109% do CDI	258.815	(30.883)	(27.283)	3.600	(29.193)
Swap de inflação e juros	118% do CDI	909.045	(9.193)	5.322	14.515	5.322
Swap de inflação e juros	109% do CDI	500.000	(19.045)	(8.344)	10.701	(8.344)
Swap de inflação e juros	99,5% do CDI	434.000	1.672	-	(1.672)	-
Swap de inflação e juros	95,9% do CDI	29.641	(558)	-	558	-
Swap de inflação e juros	71% do CDI	796.338	(6.976)	-	6.976	-
Total		6.811.254	(156.196)	(75.806)	80.390	(261.488)
Total líquido		-	(6.725.356)	(5.435.379)	(252.962)	327.409

a) Opções por valor justo

Certos instrumentos derivativos não foram atrelados a estruturas de *hedge* documentadas. A Companhia optou por designar os passivos protegidos para registro ao valor justo por meio do resultado.

Risco de inflação		Nocional	Valor contábil		Resultado	
		R\$	R\$		Ajuste de valor justo	
		31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Dívidas						
Debêntures	IPCA + 4,68%	(420.000)	(518.680)	(543.752)	(6.070)	82.474
Debêntures	IPCA + 4,50%	(600.000)	(704.954)	(676.798)	(34.745)	131.153
Total		(1.020.000)	(1.223.634)	(1.220.550)	(40.815)	213.627
Instrumentos derivativos						
Swap de inflação e juros	107% do CDI	420.000	76.194	71.375	(4.819)	(11.682)
Swap de inflação e juros	103% do CDI	600.000	74.092	82.344	8.252	(41.468)
Total		1.020.000	150.286	153.719	3.433	(53.150)
Total líquido		-	(1.073.348)	(1.066.831)	(37.382)	160.477

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Risco de câmbio		Nocional	Valor contábil		Resultado	
		R\$	R\$		Ajuste de valor justo	
		31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Dívidas						
ECA	EUR + 0,58%	(100.198)	(68.455)	(95.460)	377	(1.337)
Loan 4131	USD + 2,20%	-	-	(148.932)	247	4.412
Total		(100.198)	(68.455)	(244.392)	624	3.075
Instrumentos derivativos						
Swap de câmbio e juros	BRL + 108% do CDI	100.198	15.468	30.535	15.067	(3.096)
Swap de câmbio e juros	BRL + 118% do CDI	-	-	47.527	47.527	20.019
Total		100.198	15.468	78.062	62.594	16.923
Total líquido		-	(52.987)	(166.330)	63.218	19.998

5.9 Outros tributos a recuperar

Política Contábil:

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução de futuras obrigações fiscais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
COFINS	16.361	26.523	264.125	307.077
PIS	2.752	6.026	116.165	109.822
ICMS ⁽ⁱ⁾	-	-	616.081	662.945
ICMS CIAP ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	88.404	83.178
Outros	2.117	3.021	20.008	23.121
	21.230	35.570	1.104.783	1.186.143
Circulante	21.230	35.570	363.416	421.156
Não circulante	-	-	741.367	764.987
	21.230	35.570	1.104.783	1.186.143

- (i) Crédito de ICMS referente à aquisição de insumos e diesel utilizado no transporte.
- (ii) Crédito de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.10 Estoques

Política contábil:

Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável (é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos custos estimados necessários para efetuar a venda).

A provisão para estoques obsoletos é feita para os riscos associados à realização e venda de estoques devido à obsolescência e mensuradas pelo valor realizável líquido ou o custo, dos dois o menor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Peças e acessórios	1.446	1.412	168.777	180.286
Combustíveis e lubrificantes	27	23	30.027	17.143
Almoxarifado e outros	133	141	27.009	31.494
	1.606	1.576	225.813	228.923

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R\$ 2.645 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 3.407 em 31 de dezembro de 2021).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.11 Investimentos em associadas e provisão para passivo a descoberto

(a) Subsidiárias e associadas

Política contábil:

a) Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle, são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição do controle e desconsolidados quando o controle deixar de existir.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Ajustes são feitos nas demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia.

As transações entre partes relacionadas são eliminadas integralmente na consolidação. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma, mas apenas na medida em que não haja evidência de imparidade.

b) Associadas

Associadas são aquelas entidades nas quais a Companhia possui influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Os saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

De acordo com o método de equivalência patrimonial, a participação de associadas atribuível à Companhia no lucro ou prejuízo do exercício de tais investimentos é registrada na demonstração do resultado, em “Resultado de equivalência patrimonial”. Os ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações entre a Companhia e as investidas são eliminados com base no percentual de participação dessas investidas. Os outros resultados abrangentes de subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em “Outros resultados abrangentes”.

Abaixo estão os investimentos em subsidiárias e associadas que são materiais para a Companhia em 31 de dezembro de 2022:

i. Controladora

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação
Rumo Intermodal S.A.	91.064.313	91.064.313	100,00%
Rumo Malha Central S.A.	4.470.908.744	4.470.908.744	100,00%
Rumo Malha Norte S.A.	1.189.412.363	1.186.299.005	99,74%
Boswells S.A.	3.265.000	3.265.000	100,00%
Brado Participações S.A.	12.962.963	10.000.000	77,65%
Paranaguá S.A.	6.119.802	6.113.851	99,90%
Logispot Armazéns Gerais S.A.	2.040.816	1.040.816	51,00%
Terminal São Simão S.A.	78.000.000	39.780.000	51,00%
Rumo Malha Sul S.A.	6.677.710.494.907	6.677.710.494.907	100,00%
ALL Argentina S.A.	9.703.000	8.826.110	90,96%
Rumo Luxembourg Sarl	500.000	500.000	100,00%
Rumo Malha Paulista S.A.	5.032.794.458.529	5.032.794.458.529	100,00%
ALL Armazéns Gerais Ltda.	376.560.990	376.560.990	100,00%
Rumo Malha Oeste S.A.	478.460.074	478.460.074	100,00%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Saldo em 01 de janeiro de 2022	Resultado de equivalência	Aumento (redução) de capital / AFAC ⁽ⁱ⁾	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	Resultado abrangente	Amortização do direito de concessão	Plano de opção de ações	Aquisição de participação em subsidiária ⁽ⁱⁱ⁾	Alienação de investimento	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Elevações Portuárias S.A.	725.944	114.652	-	(146.768)	-	-	-	-	(552.479)	155.397	296.746
Rumo Intermodal S.A.	1.606	30.042	-	-	912	-	-	-	-	(1.894)	30.666
Rumo Malha Central S.A.	2.607.547	(14.010)	-	-	444	-	-	-	-	-	2.593.981
Rumo Malha Norte S.A.	8.595.025	1.292.104	-	(898.492)	(7)	(29.879)	-	151	-	(92)	8.958.810
Boswells S.A.	34.893	-	-	-	(2.268)	-	-	-	-	-	32.625
Brado Participações S.A.	378.841	(17.904)	-	(262)	-	-	1.632	-	-	(2.812)	359.495
Paranaguá S.A.	17.272	(744)	-	-	(7.653)	-	-	-	-	-	8.875
Logisport Armazéns Gerais S.A.	71.947	2.159	-	(1.297)	-	-	-	-	-	-	72.809
Rumo Luxembourg Sarl	9.521	41.183	-	-	-	-	-	-	-	-	50.704
Rumo Malha Paulista S.A.	4.301.529	(460.032)	-	-	132	(19.735)	-	-	-	-	3.821.894
Terminal São Simão S.A.	39.979	633	(2.294)	(338)	-	-	-	-	-	-	37.980
Rumo Malha Sul S.A.	2.595.913	(225.944)	-	-	602	-	-	-	-	-	2.370.571
ALL Armazéns Gerais Ltda.	90.057	(3.789)	-	-	-	-	407	-	-	-	86.675
Total investimento em associadas	19.470.074	758.350	(2.294)	(1.047.157)	(7.838)	(49.614)	2.039	151	(552.479)	150.599	18.721.831
ALL Argentina S.A.	(64.035)	(1.877)	-	-	10.704	-	-	-	-	1.894	(53.314)
Rumo Malha Oeste S.A.	(1.922.927)	(318.520)	90.000	-	95	-	-	-	-	-	(2.151.352)
Total investimento em passivo a descoberto	(1.986.962)	(320.397)	90.000	-	10.799	-	-	-	-	1.894	(2.204.666)
Total	17.483.112	437.953	87.706	(1.047.157)	2.961	(49.614)	2.039	151	(552.479)	152.493	16.517.165

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Saldo em 01 de janeiro de 2021	Resultado de equivalência	Aumento (redução) de capital / AFAC	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	Resultado abrangente	Amortização do direito de concessão	Plano de opção de ações	Aquisição de participação em subsidiária	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Elevações Portuárias S.A.	723.802	80.151	-	(78.029)	20	-	-	-	-	725.944
Rumo Intermodal S.A.	23.926	(17.956)	-	-	29	-	-	-	(4.393)	1.606
Rumo Malha Central S.A.	2.872.691	(264.699)	-	-	(445)	-	-	-	-	2.607.547
Rumo Malha Norte S.A.	8.284.811	1.128.857	-	(788.676)	34	(29.877)	(2)	-	(122)	8.595.025
Boswells S.A.	32.973	(513)	-	-	2.433	-	-	-	-	34.893
Brado Participações S.A.	376.986	1.978	-	(1.300)	-	-	1.177	-	-	378.841
Paranaguá S.A.	20.821	(1.034)	-	-	(2.515)	-	-	-	-	17.272
Logisport Armazéns Gerais S.A.	74.490	1.792	-	(4.335)	-	-	-	-	-	71.947
Rumo Luxembourg Sarl	4.406	5.115	-	-	-	-	-	-	-	9.521
Rumo Malha Paulista S.A.	3.365.796	(244.618)	1.200.000	-	87	(19.736)	-	-	-	4.301.529
Terminal São Simão S.A.	39.797	246	-	(64)	-	-	-	-	-	39.979
Rumo Malha Sul S.A.	1.895.905	(100.704)	800.000	-	712	-	-	-	-	2.595.913
ALL Armazéns Gerais Ltda.	-	4.876	385.529	-	-	-	135	(300.483)	-	90.057
Total investimento em associadas	17.716.404	593.491	2.385.529	(872.404)	355	(49.613)	1.310	(300.483)	(4.515)	19.470.074
ALL Argentina S.A.	(21.538)	(1.253)	(48.615)	-	2.978	-	-	-	4.393	(64.035)
Rumo Malha Oeste S.A.	(1.701.233)	(221.801)	-	-	107	-	-	-	-	(1.922.927)
Total investimento em passivo a descoberto	(1.722.771)	(223.054)	(48.615)	-	3.085	-	-	-	4.393	(1.986.962)
Total	15.993.633	370.437	2.336.914	(872.404)	3.440	(49.613)	1.310	(300.483)	(122)	17.483.112

- (i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a ALL Argentina reclassificou o saldo de R\$ 48.615 de AFAC (aporte para futuro aumento de capital) para o passivo, pela impossibilidade de capitalização. Os demais montantes se referem a aumento de capital realizados via caixa.
- (ii) Parcela do valor pago na aquisição de participação na Brado pela ALL Armazéns Gerais Ltda. que excede o custo histórico, registrado em reserva de capital no patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Informações financeiras de subsidiárias:

	31/12/2022				31/12/2021			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e (passivo a descoberto)	Lucros (prejuízos) do exercício	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e (passivo a descoberto)	Lucros (prejuízos) do exercício
Elevações Portuárias S.A.	-	-	-	-	925.490	199.547	725.943	80.151
Rumo Intermodal S.A.	45.034	14.375	30.659	30.042	33.836	32.232	1.604	(17.956)
Rumo Malha Central S.A.	7.079.577	4.485.595	2.593.982	(14.010)	6.872.692	4.265.146	2.607.546	(264.699)
Rumo Malha Norte S.A.	8.769.694	4.181.140	4.588.554	1.319.381	9.123.392	4.953.300	4.170.092	1.157.996
Boswells S.A.	32.625	-	32.625	-	34.893	-	34.893	(513)
Brado Participações S.A.	1.065.757	518.848	546.909	(27.853)	1.039.813	467.268	572.545	1.770
Paranaguá S.A.	9.024	139	8.885	(744)	17.493	203	17.290	(1.035)
Logispot Armazéns Gerais S.A.	54.119	27.853	26.266	5.622	53.453	30.268	23.185	4.540
ALL Argentina S.A.	8.415	67.024	(58.609)	(2.064)	6.610	77.004	(70.394)	(1.377)
Rumo Luxembourg Sarl	5.338.936	5.288.233	50.703	41.183	8.481.108	8.471.588	9.520	5.115
Rumo Malha Paulista S.A.	14.366.934	10.510.030	3.856.904	(482.368)	14.085.618	9.746.480	4.339.138	(267.610)
Rumo Malha Oeste S.A.	88.035	2.239.391	(2.151.356)	(318.520)	133.336	2.056.267	(1.922.931)	(221.802)
Rumo Malha Sul S.A.	87.211	536	86.675	(3.789)	6.219.436	3.635.342	2.584.094	(115.668)
ALL Armazéns Gerais Ltda.	5.822.715	3.479.768	2.342.947	(241.749)	90.593	536	90.057	4.856
Terminal São Simão S.A.	109.402	34.929	74.473	1.240	99.218	20.824	78.394	483

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

ii. Consolidado

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação
Rhall Terminais Ltda.	28.580	8.574	30,00%
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	500.000	99.246	19,85%
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	79.747.000	7.914.609	9,92%
Elevações Portuárias S.A.	672.397.254	134.479.451	20,00%
Terminal XXXIX S.A.	200.000	99.246	49,62%

	Saldo em 01 de janeiro de 2022	Resultado de equivalência	Dividendos	Impacto da alienação de participação	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Rhall Terminais Ltda.	4.909	1.649	(900)	-	-	5.658
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	4.727	4.445	-	-	(709)	8.463
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	17.562	5.692	(5.784)	-	-	17.470
Elevações Portuárias S.A.	-	6.190	-	135.159	155.397	296.746
Terminal XXXIX S.A.	30.646	22.486	-	-	-	53.132
Total investimento em associadas	57.844	40.462	(6.684)	135.159	154.688	381.469

	Saldo em 01 de janeiro de 2021	Resultado de equivalência	Dividendos	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Rhall Terminais Ltda.	3.765	1.147	(3)	-	4.909
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	1.673	3.812	-	(758)	4.727
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	18.679	3.849	(4.966)	-	17.562
Terminal XXXIX S.A.	26.597	4.049	-	-	30.646
Total investimento em associadas	50.714	12.857	(4.969)	(758)	57.844

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Informações financeiras de associadas:

	31/12/2022				31/12/2021			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucros do exercício	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucros do exercício
Rhall Terminais Ltda.	33.382	14.534	18.848	5.811	31.068	14.708	16.360	4.073
Elevações Portuárias S.A.	950.538	243.797	706.741	127.554	-	-	-	-
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	273.760	231.119	42.641	19.881	276.284	252.483	23.801	11.726
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	254.748	78.657	176.091	58.139	253.310	76.257	177.053	37.150
Terminal XXXIX S.A.	433.412	388.882	44.530	44.530	335.511	273.747	61.764	10.075

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

(b) Participação de acionistas não controladores

Política contábil:

As transações com participações de não controladores que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio - ou seja, como transações com os proprietários na capacidade de proprietários.

A seguir, são apresentadas informações financeiras resumidas para cada subsidiária que possui participações não controladoras que são relevantes para o grupo. Os valores divulgados para cada subsidiária são antes das eliminações entre as empresas.

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação
Rumo Malha Norte S.A.	1.189.412.363	3.144.187	0,26%
Brado Participações S.A.	12.962.963	2.897.407	22,35%
Logisport Armazéns Gerais S.A.	2.040.816	1.000.000	49,00%
Terminal São Simão S.A.	78.000.000	38.220.000	49,00%

A tabela a seguir resume as informações relativas a cada uma das subsidiárias da Companhia que possui participações não controladoras relevantes, antes de quaisquer eliminações intragrupo.

	Saldo em 01 de janeiro de 2022	Resultado de não controladores	Dividendos	Plano de opções de ações	Resultado abrangente	Aumento (redução) de capital	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Rumo Malha Norte S.A.	10.975	3.467	(2.410)	-	-	-	146	12.178
Brado Participações S.A.	140.044	(7.068)	(94)	596	-	-	2.591	136.069
Logisport Armazéns Gerais S.A.	33.706	2.074	(1.240)	-	-	-	-	34.540
Terminal São Simão S.A.	38.417	608	(326)	-	(1)	(2.204)	-	36.494
Total investimento em associadas	223.142	(919)	(4.070)	596	(1)	(2.204)	2.737	219.281

	Saldo em 01 de janeiro de 2021	Resultado de não controladores	Dividendos	Plano de opções de ações	Aumento (redução) de capital	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Rumo Malha Norte S.A.	9.979	3.018	(2.142)	-	-	120	10.975
Brado Participações S.A.	228.993	(277)	(926)	579	(88.325)	-	140.044
Logisport Armazéns Gerais S.A.	35.513	2.225	(4.032)	-	-	-	33.706
Terminal São Simão S.A.	38.236	237	(56)	-	-	-	38.417
Total investimento em associadas	312.721	5.203	(7.156)	579	(88.325)	120	223.142

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Balanco patrimonial resumido:

	Rumo Malha Norte S.A.		Brado Participações S.A.		Terminal São Simão S.A.		Logisport Armazéns Gerais S.A.	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos								
Circulante	1.535.692	1.468.342	306.375	297.834	16.434	5.715	18.858	16.777
Não circulante	7.234.002	7.655.050	759.382	741.979	92.968	93.503	35.261	36.676
Total ativo	8.769.694	9.123.392	1.065.757	1.039.813	109.402	99.218	54.119	53.453
Passivos								
Circulante	1.507.760	1.084.042	268.193	175.898	9.590	20.557	17.111	14.737
Não circulante	2.673.380	3.869.258	250.655	291.370	25.339	267	10.742	15.531
Total passivo	4.181.140	4.953.300	518.848	467.268	34.929	20.824	27.853	30.268
Patrimônio líquido	4.588.554	4.170.092	546.909	572.545	74.473	78.394	26.266	23.185

Demonstração do resultado resumida e outros resultados abrangentes:

	Rumo Malha Norte S.A.		Brado Participações S.A.		Terminal São Simão S.A.		Logisport Armazéns Gerais S.A.	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	5.058.588	3.745.014	462.863	335.374	18.799	24.603	22.896	24.853
Resultado antes dos impostos	1.640.564	1.407.307	(41.570)	3.462	1.716	750	8.240	5.796
Imposto de renda e contribuição social	(321.183)	(249.311)	13.717	(1.692)	(476)	(267)	(2.618)	(1.256)
Resultado do exercício	1.319.381	1.157.996	(27.853)	1.770	1.240	483	5.622	4.540
Outros resultados abrangentes	2.521	2.527	-	-	(2)	-	-	-
Resultados abrangente total	1.321.902	1.160.523	(27.853)	1.770	1.238	483	5.622	4.540
Dividendos pagos	(900.248)	(956.917)	(420)	(2.090)	(491)	-	(2.270)	(8.650)

Demonstração dos fluxos de caixa resumida:

	Rumo Malha Norte S.A.		Brado Participações S.A.		Terminal São Simão S.A.		Logisport Armazéns Gerais S.A.	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	2.287.064	3.068.810	65.635	8.490	2.260	(2.617)	10.760	10.192
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento	(515.845)	395.654	(54.509)	(22.273)	(11.628)	3.626	(7.867)	2.846
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	(1.698.148)	(5.523.404)	(34.608)	3.957	9.225	(861)	(2.897)	(13.168)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	73.071	(2.058.940)	(23.482)	(9.826)	(143)	148	(4)	(130)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	173.625	2.232.565	67.475	77.302	148	-	6	136
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	246.696	173.625	43.993	67.476	5	148	2	6

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.12 Ativos imobilizados, intangíveis e direitos de uso

Política contábil:

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida, direitos de uso e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos e projeções que levam em consideração as premissas relacionadas a cada unidade geradora de caixa, tais como: estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto.

Para fins de análise de *impairment* foram definidas como unidades geradoras de caixa os contratos de concessão, cada qual registrado em uma empresa individual. A base para avaliação e testes anuais é 30 de setembro.

Análise de perda ao valor recuperável

A Companhia testa anualmente o valor recuperável do ágio por expectativa de resultados futuros advindos de combinação de negócio. Os ativos sujeitos a depreciação e amortização somente são testados se houve indícios de que o valor contábil não seja recuperável.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não identificou indicadores adicionais de *impairment*, de forma que nenhum teste de *impairment* foi necessário para ativos imobilizados, direitos de uso e intangíveis de vida útil definida.

A subsidiária Rumo Malha Oeste, que registrou provisão para *impairment* em 2020, não demonstrou melhora dos indicadores que motivaram a provisão, de forma que foi mantida provisão integral para essa unidade geradora de caixa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

A Companhia avaliou ainda os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre as demais unidades geradoras de caixa e a Administração não detectou deterioração nos indicadores de médio e longo prazos.

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves que são influenciadas pelas condições de mercado, tecnológicas, econômicas vigentes no momento que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se ocorrerão perdas por redução da recuperação no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

5.12.1 Propriedade para investimento

Política contábil

As propriedades para investimento são mantidas para auferir receita de aluguel, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

A Companhia determinou, com base em sua avaliação dos termos e condições dos contratos, que assume substancialmente todos os riscos e benefícios significativos relativos à propriedade dos bens. Dessa forma, a controladora (como arrendador) contabiliza os bens como propriedade para investimento e os arrendamentos como operacionais

Mantém sua propriedade para investimento mensurada pelo custo deduzidas das depreciações, que são calculadas com base na estimativa de sua utilidade econômica.

Em 16 de junho de 2021, a Companhia exerceu opção de compra sobre uma área (terreno/imóveis) de 339,07 hectares denominada terminal de Rondonópolis, no valor de R\$ 184.100 (custo histórico), que está arrendado para sua controlada Rumo Malha Norte. Em 31 de dezembro de 2022 o valor residual dessa propriedade é de R\$ 174.422 (R\$ 180.534 em 31 de dezembro de 2021).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.12.2 Imobilizado

Política contábil:

Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são registrados no resultado do exercício quando incorridos.

Ativos são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados. A vida útil estimada dos ativos é como seguir:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Outros	2% - 20%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	3% - 4%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Equipamentos de informática	20%

Os métodos de depreciação, bem como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa em um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Reconciliação do valor contábil

	Consolidado						Controladora	
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas (i)	Via permanente	Obras em andamento	Outros ativos	Total	Total
Valor de custo:								
Saldo em 01 de janeiro de 2021	1.389.422	1.173.155	8.928.019	9.249.875	2.752.751	869.955	24.363.177	202.113
Adições	1.216	426	1.685	6.502	3.558.060	586	3.568.475	46.680
Baixas	-	(34.036)	(117.585)	(758)	-	(82.350)	(234.729)	(4.045)
Transferências	410.812	528.479	1.134.327	1.360.830	(3.361.473)	12.513	85.488	3.019
Saldo em 01 de janeiro de 2022	1.801.450	1.668.024	9.946.446	10.616.449	2.949.338	800.704	27.782.411	247.767
Adições	-	6.002	772	11.120	2.882.475	-	2.900.369	8.018
Baixas	(2.835)	(3.178)	(61.536)	(52)	-	(46.419)	(114.020)	(990)
Transferências	176.966	123.572	342.320	1.626.037	(2.355.451)	32.196	(54.360)	8.023
Baixa por alienação de investimento	(396.614)	(528.452)	-	-	(22.841)	(4.929)	(952.836)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.578.967	1.265.968	10.228.002	12.253.554	3.453.521	781.552	29.561.564	262.818
Depreciação e perda por redução ao valor recuperável:								
Saldo em 01 de janeiro de 2021	(484.304)	(564.688)	(4.716.233)	(4.399.318)	(13.379)	(539.007)	(10.716.929)	(81.829)
Adições	(82.350)	(176.813)	(532.542)	(550.970)	-	(19.458)	(1.362.133)	(17.622)
Baixas	3.899	33.919	105.967	196	-	77.832	221.813	3.980
Transferências	(24.535)	9.548	67.092	(2.603)	-	(102)	49.400	(16)
Saldo em 01 de janeiro de 2022	(587.290)	(698.034)	(5.075.716)	(4.952.695)	(13.379)	(480.735)	(11.807.849)	(95.487)
Adições	(60.387)	(144.851)	(566.999)	(670.921)	-	(18.996)	(1.462.154)	(14.036)
Baixas	-	2.404	51.591	8	-	48.620	102.623	-
Transferências	(15.734)	27.032	139	23.931	-	83	35.451	-
Baixa por alienação de investimento	208.661	406.945	-	-	-	3.947	619.553	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(454.750)	(406.504)	(5.590.985)	(5.599.677)	(13.379)	(447.081)	(12.512.376)	(109.523)
Saldo em 01 de janeiro de 2022	1.214.160	969.990	4.870.730	5.663.754	2.935.959	319.969	15.974.562	152.280
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.124.217	859.464	4.637.017	6.653.877	3.440.142	334.471	17.049.188	153.295

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (i) Em 31 de dezembro de 2022, vagões e locomotivas no montante ao custo de R\$ 745.203 foram dados em fiança para garantir empréstimos bancários (Nota 5.5).

Capitalização de custos de empréstimos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os custos de empréstimos capitalizados foram de R\$ 86.614 (R\$ 70.609 em 31 de dezembro de 2021), utilizando uma taxa de média de captação 13,25% (11,81% em 31 de dezembro de 2021).

5.12.3 Ativos intangíveis e ágio

Política contábil

Intangíveis são inicialmente registrados pelo valor de custo (seja por compra, no desenvolvimento ou no âmbito de uma combinação de negócios), deduzido das amortizações e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Exceto pelo ágio, os ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou adquiridos.

<u>Ativo intangível (exceto ágio)</u>	<u>Taxa anual de amortização %</u>
Licença de software	20,00%
Licença de operação	3,70%
Direito de concessão	1,59%

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relatório e ajustados, se apropriado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Consolidado				Controladora	
	Ágio ⁽ⁱ⁾	Direito de Concessão ⁽ⁱⁱ⁾	Licença de operação	Outros	Total	Total
Valor de custo:						
Saldo em 01 de janeiro de 2021	100.451	8.017.958	343.348	230.477	8.692.234	614.854
Adições	-	-	35.834	922	36.756	35.834
Baixas	-	-	-	(3.790)	(3.790)	(1.601)
Transferências	-	(40.340)	-	24.611	(15.729)	546
Saldo em 01 de janeiro de 2022	100.451	7.977.618	379.182	252.220	8.709.471	649.633
Adições	-	-	2.605	-	2.605	2.604
Baixas	-	-	-	595	595	-
Transferências	-	-	(1.911)	20.687	18.776	(1.911)
Baixa por alienação de investimento	(62.922)	(5.403)	(317.148)	(15.044)	(400.517)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	37.529	7.972.215	62.728	258.458	8.330.930	650.326
Amortização:						
Saldo em 01 de janeiro de 2021	-	(1.124.309)	(155.449)	(161.044)	(1.440.802)	(304.158)
Adições	-	(121.481)	(11.838)	(21.614)	(154.933)	(38.578)
Baixas	-	-	-	3.790	3.790	1.602
Transferências	-	20.946	-	(6.827)	14.119	16
Saldo em 01 de janeiro de 2022	-	(1.224.844)	(167.287)	(185.695)	(1.577.826)	(341.118)
Adições	-	(120.156)	(8.879)	(22.119)	(151.154)	(38.460)
Baixas	-	-	-	(155)	(155)	-
Transferências	-	-	-	(60)	(60)	-
Baixa por alienação de investimento	-	5.403	157.743	9.425	172.571	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(1.339.597)	(18.423)	(198.604)	(1.556.624)	(379.578)
Saldo em 01 de janeiro de 2022	100.451	6.752.774	211.895	66.525	7.131.645	308.515
Saldo em 31 de dezembro de 2022	37.529	6.632.618	44.305	59.854	6.774.306	270.748

- (i) Ágio proveniente de combinação de negócios de exercícios anteriores da controlada Logispot, apresentados somente no consolidado.
- (ii) Refere-se ao contrato de concessão da Rumo Malha Norte. O ativo foi identificado e valorizado ao valor justo na combinação de negócios entre Rumo e ALL. O valor será amortizado até o final da concessão em 2079, sendo registrado na demonstração de resultado, em custos dos serviços prestados, no grupo depreciação e amortização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.12.4 Direito de uso

Política contábil:

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

	Consolidado						Total
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas	Software	Veículos	Infraestrutura ferroviária e portuária	
Valor de custo:							
Saldo em 01 de janeiro de 2021	270.370	30.576	933.325	82.369	13.925	7.462.367	8.792.932
Adições	-	29.168	43	-	13.188	15.108	57.507
Reajuste contratual	41.618	47.577	5.242	4.659	41	282.497	381.634
Transferências para imobilizado	(230.004)	-	-	-	-	40.340	(189.664)
Saldo em 01 de janeiro de 2022	81.984	107.321	938.610	87.028	27.154	7.800.312	9.042.409
Adições	52.351	63.347	1.006	-	34	111.458	228.196
Reajuste contratual	2.283	52.972	3.480	(1.079)	1.540	155.734	214.930
Baixa ⁽ⁱ⁾	-	-	-	-	-	(106.363)	(106.363)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	136.618	223.640	943.096	85.949	28.728	7.961.141	9.379.172
Amortização:							
Saldo em 01 de janeiro de 2021	(95.558)	(6.191)	(360.740)	(12.534)	(13.029)	(481.479)	(969.531)
Adições	(17.451)	(8.962)	(38.478)	(4.425)	(773)	(274.228)	(344.317)
Transferências	77.310	-	-	-	-	(20.930)	56.380
Saldo em 01 de janeiro de 2022	(35.699)	(15.153)	(399.218)	(16.959)	(13.802)	(776.637)	(1.257.468)
Adições	(23.018)	(76.107)	(34.990)	(4.015)	(4.732)	(267.093)	(409.955)
Baixa ⁽ⁱ⁾	-	-	-	-	-	20.535	20.535
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(58.717)	(91.260)	(434.208)	(20.974)	(18.534)	(1.023.195)	(1.646.888)
Saldo em 01 de janeiro de 2022	46.285	92.168	539.392	70.069	13.352	7.023.675	7.784.941
Saldo em 31 de dezembro de 2022	77.901	132.380	508.888	64.975	10.194	6.937.946	7.732.284

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (i) A movimentação representa a baixa dos saldos de direito de uso da Companhia Elevações Portuárias, que não é mais controlada, devido a alienação da participação societária (Nota 4.7).

5.13 Outros tributos a pagar

Política contábil:

A Companhia está sujeita a diferentes impostos e contribuições, tais como tributos municipais, estaduais e federais, impostos sobre depósitos e saques de contas bancárias, impostos sobre rotatividade, taxas regulatórias e imposto de renda, entre outros, que representam despesas para a Companhia. Também está sujeita a outros impostos sobre suas atividades que geralmente não representam uma despesa.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ICMS	180	259	2.531	12.523
INSS	487	171	10.575	10.526
PIS	2.569	5	2.619	1.753
COFINS	11.834	70	12.627	11.223
Parcelamento de débitos tributários	902	902	902	649
ISS	-	-	11.144	8.906
IOF	-	75	-	2.647
Outros	673	246	9.851	8.215
	16.645	1.728	50.249	56.442
Circulante	16.645	1.728	50.080	56.046
Não circulante	-	-	169	396
	16.645	1.728	50.249	56.442

Os valores devidos no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
A partir de 97 meses	169	396
	169	396

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.14 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil:

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo o efeito reconhecido no resultado, exceto se for decorrente de uma combinação de negócios, ou de itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

É o imposto sobre o lucro tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

ii. Imposto diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;
- b) diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- c) diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

iii. Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

iv. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	633.164	198.239	707.137	159.794
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(215.276)	(67.401)	(240.427)	(54.330)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva				
Equivalência patrimonial	148.904	125.948	13.757	4.371
Resultado de empresas no exterior	-	-	13.013	631
Lucro da exploração ⁽ⁱ⁾	-	-	197.307	199.687
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas ⁽ⁱⁱ⁾	(36.459)	(88.875)	(211.852)	(202.089)
Efeito de amortização do ágio	(16.869)	(16.869)	1.271	1.271
Selic sobre indébito	3.551	-	32.188	-
Outros	(2.075)	(504)	1.627	46.406
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(118.224)	(47.701)	(193.116)	(4.053)
Taxa efetiva - %	18,67%	24,06%	27,31%	2,54%

- (i) A Companhia obteve através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM o direito à redução de 75% do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas - IRPJ e adicionais não restituíveis apurado sobre o lucro da exploração, por estar localizada na área de abrangência da Amazônia Legal e por ser o setor de transporte considerado empreendimento prioritário para o desenvolvimento regional. Os incentivos fiscais são registrados, pelo valor justo, quando há razoável segurança de que: (a) a Companhia irá atender aos requisitos relacionados ao incentivo; (b) o incentivo será recebido. Os efeitos são registrados ao resultado para se contrapor aos custos ou despesas que o incentivo pretende compensar.
- (ii) Refere-se principalmente a prejuízos fiscais e diferenças temporárias da Companhia, da Rumo Malha Sul e da Rumo Malha Oeste, que nas condições atuais não reúnem os requisitos para a contabilização do referido ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos pela falta de previsibilidade de geração futura de lucros tributários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Créditos ativos de:				
Prejuízos fiscais	35.687	20.909	1.243.562	991.795
Base negativa de contribuição social	12.847	7.527	448.899	358.263
Diferenças temporárias:				
Provisão para demandas judiciais	31.872	36.796	100.419	113.838
Provisão para perda ao valor recuperável	31.110	30.327	34.469	34.704
Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	69	211	7.948	7.697
Provisão para não realização de impostos	-	-	31.491	29.511
Provisão para participação nos resultados	1.078	3.018	37.227	33.921
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	3.081	18.971	117.370	171.517
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	-	-	-	7.325
Ajuste valor justo sobre a dívida	-	-	-	49.323
Combinação de negócios - imobilizado	1.854	1.964	36.535	47.138
Transações com pagamentos baseado em ações	39.679	28.930	39.679	28.930
Passivos de arrendamento	-	-	165.227	195.235
Resultado não realizado com derivativos	2.732	-	321.422	46.100
Diferenças temporárias sobre outras provisões	12.741	5.229	66.523	50.271
Outros	17.840	8.532	190.736	234.464
Tributos diferidos - Ativos	190.590	162.414	2.841.507	2.400.032
Créditos passivos de:				
Diferenças temporárias:				
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	-	-	(60.340)	(717)
Combinação de negócios - imobilizado	-	-	(22.105)	(22.820)
Ágio fiscal amortizado	-	-	(2.068)	(24.838)
Passivos de arrendamento	(295)	(826)	(9.192)	(7.672)
Resultado não realizado com derivativos	-	(27.191)	(120.184)	(281.191)
Ajuste valor justo sobre a dívida	(243.360)	(138.921)	(482.120)	(175.497)
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	(6.336)	(4.637)	(226.505)	(154.676)
Combinação de negócios - Intangível	(53.846)	(57.190)	(2.311.674)	(2.355.879)
Outros	-	-	(105.692)	(73.835)
Tributos diferidos - Passivos	(303.837)	(228.765)	(3.339.880)	(3.097.125)
Total de tributos diferidos	(113.247)	(66.351)	(498.373)	(697.093)
Diferido ativo	-	-	1.869.764	1.662.572
Diferido passivo	(113.247)	(66.351)	(2.368.137)	(2.359.665)
Total	(113.247)	(66.351)	(498.373)	(697.093)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias através da projeção de seu lucro tributável para o prazo das concessões. A projeção foi baseada em premissas econômicas de inflação e juros, volume transportado baseado no crescimento da produção agrícola e da exportação projetados nas suas áreas de atuação e condições de mercado de seus serviços, validadas pela administração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia continuou monitorando os impactos observados da pandemia de COVID-19 e avaliou os impactos do aumento das taxas de juros, e julgou que os potenciais efeitos não devem afetar as projeções de médio e longo prazos a ponto de prejudicar a realização dos saldos. Os resultados projetados pela Companhia geram a seguinte expectativa de realização em 31 de dezembro de 2022:

	Diferido ativo
2023	141.251
2024	46.893
2025	46.675
2026	69.773
2027	131.021
2028 a 2033	884.825
2034 a 2038	549.326
Total	<u>1.869.764</u>

d) Movimentações no imposto diferido

	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2021	<u>(1.244.307)</u>
Resultado	546.475
Passivo atuarial	(72)
Outros	811
Saldo em 01 de janeiro de 2022	<u>(697.093)</u>
Resultado	218.320
Passivo atuarial	(36)
Baixa por alienação de investimento	(19.638)
Outros	74
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>(498.373)</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

e) Movimentação analítica do imposto diferido

i. Impostos diferidos ativos

	Prejuízo fiscal e base negativa	Provisões	Variação cambial	Revisão de vida útil de ativo imobilizado	Ajuste a valor justo da dívida	Combinação de negócios - imobilizado	Transações com pagamentos baseado em ações	Passivos de arrendamentos	Resultado não realizado com derivativos	Outros	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2021	980.224	166.677	595.580	297.274	525.968	58.255	14.009	4.468	-	281.473	2.923.928
(Cobrado) / creditado do resultado do exercício	369.834	52.994	-	(289.949)	(476.645)	(11.117)	14.921	190.767	46.100	3.262	(99.833)
Diferenças cambiais	-	-	(424.063)	-	-	-	-	-	-	-	(424.063)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.350.058	219.671	171.517	7.325	49.323	47.138	28.930	195.235	46.100	284.735	2.400.032
(Cobrado) / creditado do resultado do exercício	342.403	(8.117)	-	(7.325)	(49.323)	(10.603)	10.749	(30.008)	275.322	(27.476)	495.622
Diferenças cambiais	-	-	(54.147)	-	-	-	-	-	-	-	(54.147)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.692.461	211.554	117.370	-	-	36.535	39.679	165.227	321.422	257.259	2.841.507

ii. Impostos diferidos passivos

	Ágio fiscal amortizado	Variação cambial	Revisão de vida útil de ativo imobilizado	Ajuste a valor justo da dívida	Combinação de negócios - imobilizado	Combinação de negócios - Intangível	Passivos de arrendamentos	Resultado não realizado com derivativos	Outros	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2021	(24.838)	(185)	(5.728)	-	(23.349)	(2.400.754)	(205.844)	(1.460.774)	(46.763)	(4.168.235)
(Cobrado) / creditado do resultado do exercício	-	-	(148.948)	(175.497)	529	44.875	198.172	1.179.583	(27.072)	1.071.642
Diferenças cambiais	-	(532)	-	-	-	-	-	-	-	(532)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(24.838)	(717)	(154.676)	(175.497)	(22.820)	(2.355.879)	(7.672)	(281.191)	(73.835)	(3.097.125)
(Cobrado) / creditado do resultado do exercício	22.770	-	(71.829)	(306.623)	715	44.205	(1.520)	161.007	(31.857)	(183.132)
Diferenças cambiais	-	(59.623)	-	-	-	-	-	-	-	(59.623)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(2.068)	(60.340)	(226.505)	(482.120)	(22.105)	(2.311.674)	(9.192)	(120.184)	(105.692)	(3.339.880)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.15 Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil:

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a:

	Provisão para demandas judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Tributárias	5.447	2.328	89.637	81.375
Cíveis, regulatórias e ambientais	56.306	57.486	349.521	313.930
Trabalhistas	31.852	43.305	285.464	285.774
	93.605	103.119	724.622	681.079

	Depósitos judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Tributárias	52.545	13.349	91.125	48.183
Cíveis, regulatórias e ambientais	1.102	2.507	41.123	49.270
Trabalhistas	7.477	15.474	104.919	206.580
	61.124	31.330	237.167	304.033

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Movimentação das provisões para demandas judiciais:

	Controladora			
	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2021	2.235	17.782	32.791	52.808
Provisionados no exercício	19	22.100	12.277	34.396
Baixas por reversão ou pagamento	-	(17.288)	(12.373)	(29.661)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	74	34.892	10.610	45.576
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.328	57.486	43.305	103.119
Provisionados no exercício	5.143	15.292	12.553	32.988
Baixas por reversão ou pagamento	(7.325)	(61.065)	(40.938)	(109.328)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	5.301	44.593	16.932	66.826
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.447	56.306	31.852	93.605

	Consolidado			
	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2021	79.447	150.173	243.484	473.104
Provisionados no exercício	1.879	47.913	97.751	147.543
Baixas por reversão ou pagamento	(1.413)	(38.091)	(99.268)	(138.772)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	1.462	153.935	43.807	199.204
Saldo em 31 de dezembro de 2021	81.375	313.930	285.774	681.079
Provisionados no exercício	13.870	88.552	139.611	242.033
Baixas por reversão ou pagamento	(20.717)	(206.168)	(250.380)	(477.265)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	15.109	153.207	110.459	278.775
Saldo em 31 de dezembro de 2022	89.637	349.521	285.464	724.622

(i) Inclui baixa de juros por reversão.

A Companhia possui débitos garantidos por bens ou, ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

a) Perdas prováveis

- **Tributárias:** Os principais processos tributários para os quais o risco de perda é provável são descritos abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ICMS ⁽ⁱ⁾	-	-	50.370	50.588
PIS e COFINS	-	-	2.197	2.084
INSS	1.049	677	9.182	25.275
IPTU	25	-	3.098	-
IRPJ / CSLL	3.014	-	3.024	-
Outros	1.359	1.651	21.766	3.428
	5.447	2.328	89.637	81.375

(i) O valor provisionado refere-se especialmente a autos de infração relativos a créditos de ICMS oriundos de materiais utilizados no processo produtivo, que, no entendimento fazendário, estariam classificados como “uso e consumo”, não gerando direito ao crédito.

- **Cíveis, Ambientais e Regulatórias:** As principais provisões cíveis ambientais e regulatórias estão relacionadas a Ações Cíveis Públicas, discussões comerciais com antigos clientes, indenizatórias relacionadas à alegados danos, execuções fiscais decorrentes de autuações de órgãos ambientais e agentes reguladores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Tributárias	1.077.641	1.043.703	4.194.598	3.806.708
Cíveis, regulatórias e ambientais	666.293	392.792	4.313.883	4.562.663
Trabalhistas	100.177	113.659	713.213	788.764
	1.844.111	1.550.154	9.221.694	9.158.135

• **Tributários:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Multa isolada tributo federal ⁽ⁱ⁾	392.500	363.750	618.549	508.408
IRPJ/CSLL ⁽ⁱⁱ⁾	353.291	354.274	547.429	579.406
ICMS ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	-	1.153.479	952.284
IRRF ^(iv)	61.717	56.857	186.027	136.945
PIS/COFINS ^(v)	178.882	164.415	1.114.689	1.077.706
Operações financeiras no exterior ^(vi)	-	-	8.944	8.450
MP 470 parcelamento de débitos ^(vii)	-	-	142.166	155.069
Plano de opção de compra de ações ^(viii)	57.656	54.747	68.846	65.260
IOF sobre mútuo ^(ix)	18.170	17.204	149.323	136.286
Outros	15.425	32.456	205.146	186.894
	1.077.641	1.043.703	4.194.598	3.806.708

- (i) As demandas relacionadas à multa isolada estão relacionadas, substancialmente, aos seguintes itens a) lavratura de autos de infração sobre alegada ausência de recolhimento de tributos federais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS), e alegado creditamento indevido de crédito-prêmio de IPI, com aplicação de multa isolada; e b) a Companhia foi autuada em razão da desconsideração dos benefícios fiscais do REPORTE (suspensão de PIS e COFINS), sob a alegação de que as locomotivas e vagões adquiridos no ano de 2010 a 2012 foram utilizados fora dos limites da área portuária. Por consequência, foram exigidos PIS e COFINS, além da multa isolada correspondente a 50% do valor dos bens adquiridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (ii) Autos de infração que exigem IRPJ e CSLL relativos: (a) Ágio Malha Norte: Autos de infração lavrados para a cobrança do IRPJ e da CSLL, cumulados com juros de mora e multas de ofício e isolada. No entendimento da Receita Federal a Rumo Malha Norte teria amortizado indevidamente o ágio apurado na aquisição das companhias Brasil Ferrovias S/A e Novoeste Brasil S/A. (b) Ágios GIF, TPG e Teaçú. Autos de infração lavrado para a cobrança de IRPJ e CSLL, cumulados com multa de ofício e juros de mora, além de multa isolada, pelos seguintes motivos: Dedução, do lucro real e da base de cálculo da CSLL, do montante correspondente à amortização na aquisição de participação em Teaçú Armazéns Gerais S/A; Dedução, do lucro real e da base de cálculo da CSLL, do montante correspondente à amortização dos ágios pagos pelas empresas TPG Participações S.A. e GIF LOG Participações S.A na aquisição de ações emitidas pela Rumo Logística S/A; (c) Provisões Trabalhistas: No ano de 2009, sob a alegação de que a Companhia teria excluído provisões trabalhistas da apuração do lucro real e da base de cálculo ajustada da CSLL. Pelo entendimento do Fisco, as baixas das provisões trabalhistas foram efetuadas pela Companhia sem a individualização dos processos (provisões e reversões), o que impactaria na apuração tributária. A probabilidade de perda é possível, considerando a ocorrência da decadência e que a Companhia atendeu todas as regras tributárias referentes à adição e exclusão das provisões na apuração do IRPJ e CSLL. (d) Ainda, há autos de infração emitidos pela Receita Federal em 2011, 2013 e 2019 contra a Companhia relativos a: 1) glosa de despesa de ágio com base em rentabilidade futura, bem como de despesas financeiras; 2) não tributação de suposto ganho de capital na alienação de participação societária em empresa do mesmo grupo econômico; e 3) suposto ganho de capital sobre incorporação de ações de empresas do mesmo grupo econômico. Em 2019, tivemos êxito definitivo no que se refere à redução da base de lançamento do ganho de capital. Contingência ajustada quanto ao êxito definitivo.
- (iii) As demandas de ICMS estão relacionadas, substancialmente, aos seguintes itens a) Autos de Infrações lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado por suposta falta de recolhimento do ICMS nas prestações de serviço de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação; creditamento indevido de ICMS por suposta escrituração no Livro Registro de Entradas de valores superiores aos apurados nos Livros Fiscais; creditamento indevido de ICMS por aquisições supostamente enquadradas como uso e consumo. Também foram incluídas multas de 50% do valor do imposto e 100% do valor do crédito considerado indevido. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Súmula 649 do STJ, bem como na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996; b) o Fisco do Estado do Mato Grosso promoveu a lavratura de diversos Termos de Apreensão e Depósito (TADs) visando a cobrança de ICMS e de multa de 50% sobre o valor das operações autuadas, sob o equivocado entendimento de que as operações de saída de mercadorias destinadas à exportação estariam com os DACTEs (Documento Auxiliar do Conhecimento do Transporte Eletrônico) cancelados, com a suposta caracterização de documentação inidônea, nos termos dos artigos 35-A e 35-B da Lei Estadual 7098/98. A Companhia contesta as autuações e procura demonstrar ao Fisco que as mercadorias transportadas encontravam-se devidamente acobertadas por documentação fiscal idônea; c) cobrança de ICMS, dos anos de 2018 e 2019, na aquisição de vagões em decorrência da

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

alegada não isenção prevista pelo Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – REPORTO pelo fisco paulista.

- (iv) A Rumo Malha Paulista teve parte de sua compensação de saldo credor de IRPJ glosada pela Receita Federal com base no argumento de que a Companhia não teria direito à compensação do IRRF sobre operações de *swap*.
- (v) As demandas administrativas de PIS e COFINS estão relacionadas, substancialmente, às glosas de créditos de PIS e COFINS pelo sistema da não cumulatividade relativas aos seguintes itens: a) créditos lançados extemporaneamente desacompanhados de prévia retificação de declarações fiscais; b) créditos sobre despesas decorrentes de contratos de tráfego mútuo; c) créditos relativos às despesas com serviços classificados como insumos na atividade desenvolvida pela empresa que supostamente não foram comprovadas durante a Fiscalização; d) créditos sobre despesas com transporte de colaboradores; e) créditos relativos às despesas com energia elétrica; f) créditos sobre despesas com locações de máquinas e aluguéis que não foram comprovadas no curso da Fiscalização; g) créditos sobre despesas na aquisição de máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado da empresa e h) multa isolada correspondente a 50% do valor dos créditos.
- (vi) Auto de Infração lavrado para exigir diferenças de IRPJ, CSL, PIS e COFINS, relativo aos anos-calendários de 2005 a 2008, em decorrência das seguintes infrações: a) apuração indevida de créditos de PIS e COFINS sobre insumos utilizados no reparo de locomotivas; b) dedução indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL de despesas financeiras decorrentes de empréstimos celebrados com instituições financeiras no exterior; c) exclusão indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL de receitas financeiras decorrentes de títulos emitidos pelo governo da Áustria e pelo governo da Espanha, esse último por meio do Instituto de Crédito Oficial (“ICO”), empresa pública a ele vinculada; d) erro na contabilização e exclusão indevida no lucro real e na base de cálculo da CSL de ganhos auferidos em operações de *swap* e não tributação das receitas financeiras auferidas com tais contratos pelo PIS e pela COFINS; e) exclusão indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL realizada a título de créditos de PIS e COFINS; f) exclusão indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL realizada a título de CSL diferida; e g) recolhimento insuficiente das antecipações de IRPJ e CSL, o que gerou a aplicação da multa de ofício isolada no percentual de 50%, em concomitância com as multas de ofício de 75%. Em 2019, tivemos êxito definitivo no que se refere a integralidade das infrações “a”, “b”, “d”, “e” e “f”, bem como de parte da infração “c”, para reconhecer a possibilidade de exclusão do lucro real e da base de cálculo da CSL das receitas decorrentes dos títulos da dívida pública da Áustria adquiridos em 24 de julho de 2006 e, como consequência, de parte da infração “g”, na extensão do cancelamento parcial do item “c”. Contingência ajustada quanto ao êxito definitivo. O remanescente do item “g” permanece em discussão administrativa. A discussão sobre o remanescente do item “c” se encerrou na esfera administrativa com seguimento na esfera judicial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (vii) A Receita Federal indeferiu parcialmente os pedidos de parcelamento de débitos tributários federais efetuados pela Rumo Malha Sul e pela Rumo Intermodal, sob o argumento de que os prejuízos fiscais oferecidos pelas empresas não eram suficientes para quitação dos respectivos débitos. A probabilidade de perda é considerada como possível, já que os prejuízos apontados existiam e estavam disponíveis para essa utilização.
- (viii) Autos de infração lavrados contra a Companhia para a cobrança de contribuição previdenciária (20% sobre o valor pago) de valores referentes ao Plano de Opção de Compra de Ações concedido para empregados, administradores e terceiros. O fundamento principal da autuação é a suposta natureza remuneratória.
- (ix) As demandas de IOF estão relacionadas, substancialmente, aos seguintes itens a) O Fisco federal pretende fazer prevalecer a incidência de IOF sobre as contas correntes mantidas pela controladora para as coligadas/controladas (parte mais substancial da autuação). No entendimento do fisco, à utilização de uma rubrica contábil como de adiantamentos de despesas a empresas ligadas, sem contrato formal de mútuo, caracteriza a existência de uma conta corrente, devendo-se apurar o IOF devido segundo as regras próprias das operações de crédito rotativo. Os autos de infração ainda estão sendo questionados no âmbito administrativo, e b) Auto de Infração lavrado pelo Fisco Federal em face da Rumo Malha Norte por suposta ausência de recolhimento de IOF no período de 2017 e 2018, relativa à cobrança em alegadas transações financeiras entre as companhias do grupo, essencialmente sobre remessa de valores decorrentes de tráfego mútuo entre Malha Norte e Malha Paulista, contratos com a Raízen e outros valores elencados em demais contas contábeis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

• **Cíveis, regulatórias e ambientais:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis (i) (ii) (vi) (viii)	348.295	157.503	1.858.966	2.700.703
Regulatórias (iii) (iv)	317.104	234.155	1.441.298	1.156.243
Ambientais (v) (vii)	894	1.134	1.013.619	705.717
	666.293	392.792	4.313.883	4.562.663

As principais contingências cíveis ambientais e regulatórias estão relacionadas a Ações Cíveis Públicas, discussões comerciais com antigos clientes, indenizatórias relacionadas à alegados danos, autuações pelos órgãos ambientais e reguladores. No que tange a grandes demandas, seguem abaixo principais casos:

- (i) A Rumo Intermodal, quando da assunção de atividades empresariais de outra Companhia, não pertencente ao Grupo, assumiu a responsabilidade de pagamento relacionada à processo judicial decorrente de discussão de marca, cujo valor envolvido é de R\$ 192.470. Houve redução equitativa do valor para R\$ 15.000, tendo havido recurso de ambas as partes. Caso esta terceira companhia perca a demanda e seja obrigada a realizar pagamento poderá acionar a Rumo em regresso, fundado em tal obrigação. O processo encontra-se em fase de liquidação de sentença, sendo constituída provisão de R\$ 18.422 para a demanda.
- (ii) A Rumo Malha Sul é parte em execução de termo de ajustamento de conduta firmado com o Ministério Público Federal, na qual este alega que a Rumo não estaria realizando transporte de cargas na região de Presidente Prudente e, em razão disto requereu a realização de execução de multa diária, bem como a majoração do valor da multa. Rumo, por sua vez, ajuizou ação declaratória para dar a correta interpretação ao TAC, uma vez que seu compromisso foi de tentar conseguir carga em volume suficiente para realização do transporte. Periodicamente a Cia realiza seminários na região, mas até o momento não conseguiu angariar interessados na prestação dos serviços. As demandas encontram-se em primeira instância, aguardando decisão judicial. Houve pedido de suspensão da demanda para tentativa de acordo. A contingência total do caso é de R\$ 118.068, sendo que 50% dos valores encontram-se provisionados e o restante está classificado como possível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (iii) Em novembro de 2021 o CADE, no julgamento do processo administrativo instaurado a partir de representação de ex-cliente, dentre outros pontos, condenou a Companhia ao pagamento de multa no valor atualizado de R\$ 291.767 decisão que foi mantida no julgamento dos embargos de declaração. A fixação de tal valor contraria precedentes do próprio CADE, seja com relação à base de cálculo, seja em relação à alíquota utilizada, razão pela qual a Companhia ajuizou ação anulatória de tal decisão, a qual encontra-se em grau de apelação. Com base na análise técnica de seu corpo jurídico externo, a Companhia avalia com provável o risco de perda de parcela no valor de R\$ 26.842 (para a qual registrou provisão) e classifica a diferença como contingência possível.
- (iv) A Rumo Malha Sul ajuizou ação em face da ANTT visando impedir a inscrição no CADIN em razão de alegados débitos de parcelas trimestrais do contrato de concessão, as quais não foram pagas em razão de compensação realizada com débitos trabalhistas que eram de obrigação da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. Houve decisão favorável à Rumo, impedindo a inscrição no CADIN, bem como afirmando ser possível a realização da compensação de valores. Atualmente, aguarda-se a realização do levantamento de créditos e débitos para compensação de forma administrativa. O valor envolvido é de R\$ 127.820.
- (v) A Rumo Malha Sul foi autuada, em 2014, pelo IBAMA por supostos derramamento de óleo em desacordo com normativos. Houve apresentação de recurso administrativo e aguarda-se decisão na esfera administrativa desde 2015. O valor envolvido é de R\$ 158.967.
- (vi) A Malha Paulista é parte em ação indenizatória, ajuizada pela antiga Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), em razão da desativação do sistema de tração elétrica da ferrovia, cujo valor dos pedidos somam R\$ 328.626. Em fevereiro de 2023 houve prolação de sentença de improcedência.
- (vii) A Rumo Malha Paulista foi autuada, em 2013, pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais) por supostos danos em recursos hídricos. Houve apresentação de defesa. Em setembro de 2021 a Companhia requereu o reconhecimento de prescrição intercorrente. Aguarda-se análise sobre o mérito da questão. O valor envolvido é de R\$ 199.981.
- (viii) A Rumo Malha Paulista é ré, junto ao Município de Jales e outros, em ação civil pública, na qual o MPF alega falta de estrutura de passagens em nível ao longo dos municípios da subseção de Jales, bem como uso indiscriminado de buzina. O risco estimado é de R\$ 130.349.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

• **Trabalhistas:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Reclamações trabalhistas	100.177	113.659	713.213	788.764
	100.177	113.659	713.213	788.764

Em 2010, a Prumo Engenharia Ltda. (“Prumo Engenharia”), empresa prestadora de serviço da então ALL – América Latina Logística SA (“ALL”), foi acusada de incorrer em práticas trabalhistas irregulares durante a execução de serviço de engenharia para a subsidiária da Companhia, atual Rumo Malha Paulista. Apesar de a Prumo Engenharia ter assumido a responsabilidade integral pela condição dos trabalhadores em questão, a Rumo Malha Paulista foi incluída indevidamente, na visão da Companhia, no cadastro de empregadores do Ministério do Trabalho, sendo concedida medida liminar determinando a exclusão do referido cadastro até o trânsito em julgado do processo judicial, que tramita em segredo de justiça. A Rumo celebrou acordo com a Advocacia Geral da União (AGU) pelo qual se comprometeu a pagar R\$ 3.000 ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); além de criar um programa de monitoramento continuado em direitos humanos e trabalhistas por dois anos, para cumprimento de obrigações trabalhistas, bem como promover dois programas sociais, além de patrocinar a capacitação de trabalhadores em estado de vulnerabilidade e, por fim, pagar indenizações individuais no valor de R\$ 510. O acordo foi firmado pela 83ª Vara do Trabalho de São Paulo e após a homologação o Ministério Público do Trabalho apresentou recurso buscando anular referido acordo. Atualmente o recurso está pendente de julgamento. Caso a Rumo não cumpra o acordo citado anteriormente, a Companhia poderá ser incluída cadastro de empregadores do Ministério do Trabalho. Estimamos que o risco de perda do processo (anulação do acordo) seja remoto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

O Ministério Público do Trabalho ainda ajuizou uma ação civil pública (ACP) contra a Malha Paulista, sem a inclusão da Rumo na lide, requerendo o pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 100.000 (entre outros compromissos), julgada parcialmente procedente condenando a Companhia em obrigações de fazer e não fazer, bem como, em dano moral coletivo de R\$ 15.000. Além de demonstrar que a Companhia não teve participação na prática das irregularidades, a Companhia entende que a ação deveria ser ajuizada contra a Rumo, o que se discute em recurso. O risco de perda é considerado possível e o caso encontra-se aguardando decisão do Tribunal Superior do Trabalho. A Rumo celebrou acordo com o Ministério Público do Trabalho, no qual assumiu o cumprimento de diversas obrigações ligadas à condições de trabalho, bem como efetuou o pagamento de indenização no valor de R\$ 20.000, destinados a diversas entidades sociais. O acordo foi homologado judicialmente pelo Tribunal Superior do Trabalho. Após a homologação, a Advocacia Geral da União interpôs recurso questionando, apenas e tão somente, a destinação da indenização, uma vez que, na visão da Advocacia Geral da União, a indenização deve ser destinada ao FAT. O recurso aguarda julgamento. Eventual provimento do recurso não trará impacto à Rumo. Avaliamos o risco de provimento como remoto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.16 Passivos, provisões e compromissos com o Poder Concedente

A Companhia, através de suas controladas, é parte em contratos de subconcessão e arrendamento com o Poder Público. Os principais passivos e provisões gerados pelos contratos são:

a) Arrendamentos e concessões em litígio e parcelados

Política contábil:

A Companhia registra nesta conta o saldo das parcelas de arrendamento envolvidas em litígios com o poder concedente. O registro inicial ocorre pelo valor da parcela no vencimento, mediante transferência da conta de “Passivos de arrendamentos”. Posteriormente os valores são corrigidos por Selic.

Nessa conta são mantidos ainda, saldos parcelados com o Poder Concedente. O registro inicial se dá pelo valor que restou devido a partir da resolução do litígio. Os valores são corrigidos por Selic até o pagamento.

Também são registrados nesta conta os saldos a pagar a título de outorga por direitos de concessão (“Concessões e outorgas”), registrados inicialmente em contrapartida ao intangível (Nota 5.12.3). A mensuração posterior ocorre pela taxa efetiva.

	31/12/2022	31/12/2021
Arrendamento e concessão em litígio:		
Rumo Malha Paulista S.A.	37.842	55.170
Rumo Malha Oeste S.A.	1.957.149	1.747.233
	1.994.991	1.802.403
Arrendamentos parcelados:		
Rumo Malha Paulista S.A.	1.138.076	1.145.450
	1.138.076	1.145.450
Concessões e outorgas:		
Rumo Malha Sul S.A.	81.112	85.713
Rumo Malha Paulista S.A.	118.655	20.682
Rumo Malha Central S.A.	18.576	-
	218.343	106.395
Total	3.351.410	3.054.248
Circulante	256.759	160.771
Não circulante	3.094.651	2.893.477
	3.351.410	3.054.248

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Arrendamento e concessão em litígio:

Em 21 de julho de 2020 a Companhia protocolou junto a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), pedido de adesão a um processo de relicitação à terceiros do objeto do Contrato de Concessão celebrado entre a Malha Oeste e a União, por intermédio do Ministério dos Transportes (“Processo de Relicitação”), nos termos da Lei nº 13.448 de 5 de junho de 2017 e regulamentada pelo Decreto nº 9.957 de 07 de agosto de 2019. Foi celebrado aditivo ao contrato de concessão e, em razão deste processo, houve a suspensão, por decisão conjunta das partes, da ação de reequilíbrio econômico e financeiro ajuizada pela Malha Oeste contra a União, a qual teve sentença de procedência em primeira instância e aguardava julgamento de recurso perante o Tribunal Regional Federal.

Os depósitos judiciais associados aos litígios de arrendamento e concessão totalizam:

	31/12/2022	31/12/2021
Rumo Malha Oeste S.A.	24.125	22.119
	24.125	22.119

Arrendamentos e outorgas enquadrados no IFRS16 (Nota 5.6)

	31/12/2022	31/12/2021
Arrendamentos:		
Rumo Malha Sul S.A.	542.996	623.155
Rumo Malha Paulista S.A.	539.900	508.169
Rumo Malha Oeste S.A.	185.324	216.101
Elevações Portuárias S.A. (Nota 4.7)	-	97.046
Portofer Transporte Ferroviário Ltda.	11.658	13.921
	1.279.878	1.458.392
Outorgas:		
Rumo Malha Paulista S.A. (renovação)	732.727	590.594
Malha Central S.A.	792.374	614.410
	1.525.101	1.205.004
Total	2.804.979	2.663.396
Circulante	350.719	274.774
Não circulante	2.454.260	2.388.622
	2.804.979	2.663.396

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Compromissos de investimento

Os contratos de subconcessão em que a Companhia, através de suas subsidiárias, é parte, frequentemente incluem compromissos de executar investimentos com certas características durante o prazo do contrato. Podemos destacar:

O aditivo de renovação da concessão da Malha Paulista que prevê a execução ao longo da concessão de um conjunto de projetos de investimento em aumento de capacidade e redução de conflitos urbanos, estimado pela agência em R\$6.100.000 (valor atualizado até dezembro de 2017). Deste montante, em torno de R\$3.000.000 compõem o caderno de obrigações, cuja execução física foi de 22% até a data do balanço.

O contrato de subconcessão da Malha Central prevê investimentos com prazo determinado (de um até três anos a contar da assinatura do contrato), estimados pela ANTT em R\$645.573. Em 31 de dezembro de 2022, a execução física dos projetos do caderno de obrigações foi de 76%.

Conforme nota 4.7, a Companhia alienou participação societária controladora da Elevações Portuárias, por conta disso, os compromissos relacionados ao seu contrato de concessão não integram mais o consolidado da Companhia.

5.17 Patrimônio líquido

a) Capital social

Política contábil:

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias são reconhecidos como dedução ao capital próprio. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na Nota 5.14 - Imposto de renda e contribuição social.

O capital subscrito e inteiramente integralizado em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 12.547.842 e está representado por 1.854.158.791 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é composto pelo seguinte:

	Ações ordinárias	
	Quantidade	%
Acionistas		
Cosan S.A.	562.529.490	30,34%
Julia Arduini	71.005.654	3,83%
Administradores	525.253	0,03%
Ações em tesouraria	1.780.457	0,10%
<i>Free float</i> (em negociação na bolsa de valores)	1.218.317.937	65,71%
Total de ações em circulação	1.854.158.791	100,00%

b) Reservas de capital

Política contábil:

As Reservas de Capital são constituídas de valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo Resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da empresa em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços. Constam como tais reservas o ágio na emissão de ações, a alienação de partes beneficiárias e de bônus de subscrição. Essas são transações de capital com os sócios.

A movimentação do exercício é composta pelas transações com acionistas destacadas abaixo:

- Acréscimo de R\$ 35.852 de transações com pagamento baseado em ações;
- Decréscimo de R\$ 18.556 pelas opções de ações exercidas;
- Decréscimo de R\$ 111 referentes a efeito da distribuição de dividendos para acionistas preferencialistas na controlada Rumo Malha Norte.

c) Reserva legal

Política contábil:

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404/76.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia destinou o montante de R\$ 25.747 (R\$ 7.527 em 31 de dezembro de 2021).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

d) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 1.780.457 ações em tesouraria (839.673 em 31 de dezembro de 2021), cujo preço de mercado era de R\$ 18,61 (R\$ 17,76 em 31 de dezembro de 2021).

e) Reserva de Lucro

Para o período findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não destinou montantes para a reserva de lucro.

f) Outros resultados abrangentes

	31/12/2021	Base	Tributos diferidos	Líquido	31/12/2022
Efeito de conversão moeda estrangeira em controladas	32.319	1.689	-	1.689	34.008
Ganhos atuariais com plano de pensão	(1.662)	863	(36)	827	(835)
Custo atribuído	2.359	445	-	445	2.804
Total	33.016	2.997	(36)	2.961	35.977

	31/12/2020	Base	Tributos diferidos	Líquido	31/12/2021
Efeito de conversão moeda estrangeira em controladas	29.394	2.925	-	2.925	32.319
Perdas atuariais com plano de pensão	(2.622)	1.455	(495)	960	(1.662)
Custo atribuído	2.804	(445)	-	(445)	2.359
Total	29.576	3.935	(495)	3.440	33.016

g) Dividendos

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 122.298, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	514.940	150.538
Reserva legal	(25.747)	(7.527)
Base de cálculo para dividendos mínimos obrigatórios	489.193	143.011
Dividendos mínimos obrigatórios	(122.298)	(35.753)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6 Informações detalhadas sobre demonstração de resultado

6.1 Receita operacional líquida

Políticas contábeis

i. Receita de serviços

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas na medida em que a Companhia transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como, quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável.

Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, de frete rodoviário, de transporte de contêineres e, até 31 de outubro de 2022, elevação portuária, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço logístico é prestado.

ii. Receita diferida

A Companhia possui receita diferida recebida de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

A seguir, é apresentada uma abertura da receita da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta na venda de serviços	1.048.879	826.317	10.449.453	7.944.312
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(64.282)	(53.603)	(607.945)	(504.680)
Receita operacional líquida	984.597	772.714	9.841.508	7.439.632

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas. Os acordos com clientes estabelecem preços substancialmente fixos por toneladas transportada ou elevada. Os serviços prestados pela Companhia possuem curtíssimo prazo de execução, sendo a receita auferida e registrada na medida em que os serviços são executados. Quanto à natureza dos serviços prestados, a receita líquida tem a seguinte composição:

Composição da receita líquida por serviço:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Transporte de carga e acessórios	984.597	772.714	9.182.540	6.847.070
Elevação de carga	-	-	415.100	418.657
Direito de passagem	-	-	198.289	156.229
Outros	-	-	45.579	17.676
Receita operacional líquida	984.597	772.714	9.841.508	7.439.632

6.2 Custos e despesas por natureza

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação das despesas por natureza / finalidade é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Material de uso e consumo	(1.444)	(1.005)	(188.664)	(154.970)
Despesa com pessoal	(14.139)	(26.965)	(1.192.904)	(1.153.700)
Depreciação e amortização	(105.089)	(105.041)	(1.966.945)	(1.830.683)
Despesas com serviços de terceiros	(10.347)	(10.291)	(460.315)	(397.241)
Despesas com transporte e elevação	(680.054)	(544.877)	(3.074.624)	(2.128.043)
Outras despesas	(14.782)	(16.454)	(310.889)	(199.101)
	(825.855)	(704.633)	(7.194.341)	(5.863.738)
Custo dos serviços prestados	(803.005)	(666.587)	(6.695.148)	(5.352.040)
Despesas comerciais	416	60	(30.619)	(38.959)
Despesas gerais e administrativas	(23.266)	(38.106)	(468.574)	(472.739)
	(825.855)	(704.633)	(7.194.341)	(5.863.738)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6.3 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Efeito líquido das demandas judiciais	(21.387)	(36.632)	(238.703)	(152.185)
Receita de aluguéis e arrendamentos	21.479	39.202	479	-
Resultado na venda de sucatas / eventuais	6.390	1.836	101.816	64.541
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	(990)	(63)	(1.906)	30.325
Créditos fiscais extemporâneos	(910)	988	97.765	49.894
Ganhos em alienação de participação societária ⁽ⁱ⁾	955.584	-	955.584	-
Liquidação de disputas do processo de renovação e revisão de outorga ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	(90.022)	52.963
Resultado no encerramento do acordo judicial ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(396.818)	-	(396.818)	-
Reforma de ativos alocados ao resultado ^(iv)	-	-	(32.924)	(40.191)
Outros	(13.725)	(5.053)	(46.728)	(74.364)
	549.623	278	348.543	(69.017)

- (i) Ganho com a alienação de participação societária (e controle) Elevações Portuárias S.A. (vide nota 4.7).
- (ii) No período findo em 31 de dezembro de 2021, trata-se da reversão de passivos de arrendamento em litígio registrados, em face de créditos trabalhistas de ações judiciais de regresso. No período findo em 31 de dezembro de 2022, houve complemento de outorga decorrente das revisões anuais dos contratos de subconcessão.
- (iii) Efeito do fechamento de acordo judicial com a empresa Farovia S.A. (vide nota 4.8).
- (iv) Custo de reformas de ativos reconhecida diretamente no resultado por controlada com provisão de *impairment* para os ativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6.4 Resultados financeiros

Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custo da dívida bruta				
Juros e variação monetária	(597.535)	(691.711)	(1.592.595)	(1.596.347)
Variação cambial líquida sobre dívidas	7.356	(40.080)	378.229	(473.854)
Resultado com derivativos e valor justo	(86.757)	378.448	(906.422)	1.443.755
Prêmio de liquidação antecipada e gastos de captação	(59.613)	(40.665)	(179.811)	(329.346)
Fianças e garantias sobre dívidas	(1.562)	(2.701)	(26.287)	(36.628)
	(738.111)	(396.709)	(2.326.886)	(992.420)
Rendimentos de aplicações financeiras	151.981	40.759	918.230	310.736
	151.981	40.759	918.230	310.736
Custo da dívida, líquida	(586.130)	(355.950)	(1.408.656)	(681.684)
Outros encargos e variações monetárias				
Juros sobre outros recebíveis	142.824	168.406	190.390	88.398
Arrendamento e concessão em litígio	-	-	(390.773)	(133.173)
Passivos de arrendamento	(3.895)	-	(360.080)	(398.737)
Despesas bancárias e outros	(21.633)	(3.315)	(47.826)	(26.258)
Juros sobre contingências e contratos comerciais	(33.100)	(33.981)	(240.280)	(212.380)
Variação cambial e derivativos	2.677	(2.830)	(3.370)	(16.098)
Outros encargos e juros	(13.897)	(12.887)	(68.440)	19.992
	72.976	115.393	(920.379)	(678.256)
Resultado financeiro, líquido	(513.154)	(240.557)	(2.329.035)	(1.359.940)
Reconciliação				
Despesas financeiras	(731.235)	(785.260)	(2.906.092)	(2.712.877)
Receitas financeiras	294.805	209.165	1.108.620	399.134
Variação cambial	10.033	(42.910)	374.859	(489.952)
Derivativos e valor justo	(86.757)	378.448	(906.422)	1.443.755
Resultado financeiro, líquido	(513.154)	(240.557)	(2.329.035)	(1.359.940)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6.5 Pagamento com base em ações

Política contábil:

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios.

O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição (que não são de mercado) serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*).

Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

a) Descrição dos acordos

A Companhia possui um Plano de Remuneração Baseada em Ações, prevendo a distribuição de ações de emissão da Companhia, a executivos e administradores da Companhia e de suas sociedades controladas, através do “Plano de Ações” ou do “Plano de Opções”.

O plano de remuneração prevê a distribuição de até 3% do capital social da Companhia na data de aprovação do plano (2,17% do capital de 31 de dezembro de 2021), já considerando o efeito de diluição da distribuição das ações outorgadas no âmbito do plano. O plano tem como objetivos: (i) atrair, reter e motivar os beneficiários; (ii) gerar valor para os acionistas; (iii) incentivar a visão de empreendedor do negócio; e (iv) incentivar a execução do plano de expansão da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Os programas (ações/opções) são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, ou, a seu critério, por um Comitê, dentro dos limites estabelecidos nas diretrizes para a elaboração e estruturação de cada programa e na legislação aplicável.

Cabe ao Conselho determinar os beneficiários e o número de ações/opções a serem concedidas no Plano de Remuneração Baseado em Ações, ações que serão transferidas mediante o pagamento do preço de exercício (R\$ 0,01), uma vez cumprido o período de carência estipulado sob os termos de cada programa de outorga de ações, sendo a quantidade ajustada pelo número proporcional aos dividendos pagos no período. A metodologia *Black-Scholes* é usada para determinar o valor justo das opções entregues.

Os programas de opções concedidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2021 podem ser agrupados de acordo com prazos e condições em:

Programas anteriores à 2020: Programas de opções, sem *lock-up*, com entrega das ações ao final do período de carência de cinco anos, condicionada apenas à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*).

Programa especial 2021: Programa de opções, sem *lock-up*, com entregas anuais das ações durante o período de carência de cinco anos, condicionada i) parte das opções à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*) e ii) parte ao atingimento de cada uma das métricas que compõem as metas de desempenho (*performance conditions*).

Programa Investe 2021 e 2022: Programa de opções, sem *lock-up*, com entrega das ações ao final do período de carência de três anos, condicionada i) parte das opções à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*) e ii) parte ao atingimento de cada uma das métricas que compõem as metas de desempenho (*performance conditions*), sendo que a quantidade das opções de performance outorgadas que poderá variar entre 0% e 150% a depender do desempenho.

Programa especial 2022: Programa de opções, sem *lock-up*, com entrega integralmente condicionada ao atingimento de metas relacionadas a projetos estruturantes concluídos no exercício de 2022 (*performance conditions*).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os seguintes parâmetros foram utilizados na valorização dos planos de pagamento baseados em ações vigentes na data do balanço:

Planos de opções	Período de carência (anos)	Data da outorga	Taxa de juros	Volatilidade	Ações outorgadas	Exercidas / canceladas	Vigentes em 31/12/2022	Preço de mercado na data de outorga - R\$	Valor justo na data de outorga - R\$
Plano de 2017	5	01/09/2017	9,93%	29,76%	870.900	(870.900)	-	10,42	10,42
Plano de 2018	5	01/08/2018	10,93%	31,97%	1.149.544	(455.931)	693.613	13,94	13,94
Plano de 2019	5	15/08/2019	6,28%	27,46%	843.152	(256.757)	586.395	22,18	22,17
Plano de 2020	5	11/11/2020	6,94%	41,03%	776.142	(208.694)	567.448	20,02	20,01
Especial de 2021	5	05/05/2021	7,65%	26,06%	1.481.000	(421.875)	1.059.125	20,85	20,84
Plano de 2021	3	15/09/2021	10,01%	26,51%	1.560.393	(144.611)	1.415.782	18,20	18,19
Plano de 2022	3	01/09/2022	11,53%	27,70%	1.781.640	(6.416)	1.775.224	20,37	20,36
Especial de 2022	-	01/09/2022	11,53%	27,70%	146.909	-	146.909	20,37	20,36
					8.609.680	(2.365.184)	6.244.496		

b) Reconciliação de opções de ações outorgadas em circulação

O movimento no número de opções em aberto e seus preços de exercício médios ponderados relacionados são os seguintes:

	Antiga ALL		Rumo S.A.
	Quantidade de opções	Preço médio de exercício	Quantidade de opções ⁽ⁱ⁾
Saldo em 01 de janeiro de 2021	99.351	68,54	4.532.761
Outorgadas	-	-	3.041.393
Perdidas / canceladas	-	85,41	(1.436.653)
Exercidas / entregues	(54.859)	-	(705.678)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	44.492	74,99	5.431.823
Outorgadas	-	-	1.928.549
Exercidas / entregues	-	-	(748.072)
Perdidas / canceladas	(44.492)	74,99	(367.804)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	6.244.496

- (i) O preço médio de exercício é de R\$ 0,01 (um centavo) para os programas concedidos pela Companhia.

c) Despesa reconhecida no resultado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram reconhecidos R\$ 36.448 como despesas relativas à apropriação dos programas de opções (R\$ 34.698 em 31 de dezembro de 2021).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6.6 Lucro por ação

Política contábil:

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. o lucro atribuível aos proprietários da empresa, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- ii. pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria caso possua.

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- i. o efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
- ii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Resultado básico e diluído do exercício atribuído aos acionistas controladores	514.940	150.538
Denominador:		
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação	1.852.280	1.852.890
Efeito de diluição:		
Efeito dilutivo - Remuneração baseada em ações	5.115	4.708
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação - diluído	1.857.395	1.857.598
Resultado básico por ação ordinária	<u>R\$0,27800</u>	<u>R\$0,08124</u>
Resultado diluído por ação ordinária	<u>R\$0,27724</u>	<u>R\$0,08104</u>

RELATÓRIO DE RESULTADOS 4T22

Curitiba, 15 de fevereiro de 2023 – A RUMO S.A. (B3: RAIL3) (“Rumo”) anuncia hoje seus resultados do quarto trimestre de 2022 (4T22). Os resultados são apresentados de forma consolidada, de acordo com as regras contábeis brasileiras e internacionais (IFRS). As comparações realizadas neste relatório levam em consideração o 4T22 e 4T21, exceto quando indicado de outra forma.

Destaques Rumo do 4T22 e 2022

- Volume transportado alcançou 17,9 bilhões de TKU no 4T22 e 74,9 bilhões de TKU no ano, crescimento de 13% e 17%, respectivamente.
- Bom nível de competitividade, refletindo em ganho de *market share* na exportação de grãos no MT e no Porto de Santos ao longo do ano, sendo 44,7% e 60,7%, respectivamente.
- EBITDA Ajustado totalizou R\$ 905 milhões no 4T22 e R\$ 4.534 milhões no ano, crescimento de >100% e 38%, respectivamente.
- Conclusão da venda da participação acionária de 80% na Elevações Portuárias S.A. (“EPSA”), pelo montante de R\$ 1.400 milhões, somado ao recebimento de R\$ 150 milhões adicionais em proventos.
- Lucro líquido de R\$ 243 milhões no trimestre e R\$ 514 milhões no ano, impulsionado pela melhora dos resultados operacionais e ganho de capital na alienação de participação acionária na EPSA.
- Redução da alavancagem financeira para 2,0x dívida líquida/EBITDA Ajustado vs. 2,8x no ano anterior.
- Capex totalizou R\$ 740 milhões no trimestre e R\$ 2.718 milhões em 2022.
- Maior eficiência energética, com redução no consumo relativo de combustível em 1% no trimestre e 6% no acumulado anual.

4T22	4T21	Var.%	Sumário das informações financeiras (Valores em R\$ MM)	2022	2021	Var.%
17.943	15.883	13,0%	Volume transportado total (TKU milhões)	74.944	64.028	17,0%
1.307	2.897	-54,9%	Volume elevado total (TU mil)	10.794	12.493	-13,6%
1.211	1.561	-22,4%	Volume de solução logística (TU mil)	5.456	5.526	-1,3%
2.220	1.512	46,8%	Receita operacional líquida	9.842	7.440	32,3%
(1.635)	(1.371)	19,2%	Custo dos serviços prestados	(6.695)	(5.352)	25,1%
585	141	>100%	Lucro bruto	3.146	2.088	50,7%
26,4%	9,3%	17,1 p.p	Margem bruta (%)	32,0%	28,1%	3,9 p.p
(152)	(144)	5,6%	Despesas comerciais, gerais e administrativas	(499)	(512)	-2,5%
442	(60)	>100%	Outras receitas (despesas) operacionais	349	(69)	>100%
14	1	>100%	Equivalência patrimonial	40	13	>100%
889	(62)	>100%	Lucro operacional	3.036	1.520	99,7%
485	481	0,8%	Depreciação e amortização	1.967	1.831	7,4%
1.374	419	>100%	EBITDA	5.003	3.350	49,3%
61,9%	27,7%	34,2 p.p	Margem EBITDA (%)	50,8%	45,0%	5,8 p.p
(469)	-	>100%	Ajustes não recorrentes ¹	(469)	(53)	>100%
905	419	>100%	EBITDA Ajustado	4.534	3.297	37,5%
40,8%	27,7%	13,1 p.p	Margem EBITDA ajustada (%)	46,1%	44,3%	1,8 p.p
243	(384)	>100%	Lucro (prejuízo) líquido	514	156	>100%
10,9%	-25,4%	36,3 p.p	Margem líquida (%)	5,2%	2,2%	3,0 p.p
740	701	5,6%	Capex	2.718	3.453	-21,3%

Nota 1: Para melhor comparabilidade, o resultado foi ajustado por efeitos não-recorrentes, a saber: i) R\$ 955 milhões | ganho de capital na alienação da EPSA; ii) R\$ 437 milhões | eventos não-recorrentes, principalmente o encerramento de disputa arbitral com aquisição da Farovia; iii) R\$ 49 milhões | ajuste gerencial para melhor comparabilidade do resultado, consolidação dos resultados da EPSA de novembro e dezembro; e iv) R\$ 53 milhões | encontro de contas pela renovação da Malha Paulista em 2021.

Teleconferência de Resultados

16 de fevereiro de 2023

Português* - 14h00 (horário de Brasília)

*Com tradução simultânea para inglês

Tel (BR): + 55 (11) 4090 – 1621

+55 (11) 3181 – 8565

Senha: RUMO

Relações com Investidores

E-mail: ir@rumolog.com

Website: ri.rumolog.com

Carta do Presidente

O ano de 2022 foi importante para a história da Rumo, operamos com excelência e alcançamos resultado operacional recorde, com 74,9 bilhões de TKU e R\$ 4,5 bilhões de EBITDA Ajustado. Renovamos o recorde de utilização de capacidade da Companhia, atingindo o patamar de 7 bi de TKU no mês de julho, suportamos 20,5 milhões de toneladas anuais em carregamentos de grãos no terminal de Rondonópolis e descarregamos 514 mil vagões no Porto de Santos no ano.

Reafirmamos o papel da ferrovia como solução logística mais competitiva para atender o agronegócio brasileiro, com crescimento de market share no Mato Grosso e nos portos de Santos, Paranaguá e São Francisco do Sul. Além disso, iniciamos nossas primeiras operações na Malha Central com fertilizantes em Rio Verde (GO) e no mercado de açúcar em Iturama (MG). Esses investimentos foram capazes de garantir para a Rumo um importante diferencial competitivo nestas regiões. Como consequência, a Rumo mais do que dobrou de tamanho na Malha Central, chegando a mais de 9 bi de TKU em 2022 e reforçando a nossa capacidade em originar cargas no interior.

O ano ficará marcado pelo início da construção da Expansão no MT, projeto transformacional para a Rumo e para a infraestrutura brasileira. Avançamos no processo de licenciamento e no plano de engenharia do projeto, e iniciamos as obras no mês de novembro. Temos a expectativa de iniciar as operações no Terminal de Campo Verde em 2026 e seguir com os trilhos rumo a Lucas do Rio Verde.

Do ponto de vista de alocação de capital, vendemos 80% de participação nos terminais T-16 e T-19 em Santos a um importante parceiro, que seguirá atendendo aos nossos clientes com excelência e investimento no crescimento das operações. Esse movimento de reciclagem de capital, aliado a melhora operacional registrada no ano, acelerou o nosso ritmo de desalavancagem financeira, que terminou o ano em 2x dívida líquida/EBITDA. Temos o balanço da companhia preparado para o ciclo de investimento que estamos iniciando, com patamar de alavancagem e liquidez forma prudente e responsável.

Todos os nossos avanços em expansão, modernização de infraestrutura e operações estão intimamente ligados ao cuidado que direcionamos para nossos processos de Segurança Ferroviária e Segurança do Trabalho. Em 2022, reduzimos em 25% a gravidade de acidentes, além de alcançarmos o menor tempo de interrupção comparado com as demais ferrovias, o que nos coloca entre as melhores ferrovias americanas Class One. Conseguimos reduzir em 20% a ocorrência de acidentes de trabalho, consolidando a Rumo como uma das 5 melhores ferrovias do mundo em segurança pessoal.

Durante o ano, crescemos de maneira sustentável, reforçando nosso compromisso de impactar positivamente a sociedade e o meio ambiente. Reconhecemos a pauta ESG como a única solução possível para a longevidade do nosso negócio, entendimento que nos direciona a demonstrar como questões ambientais, sociais e de governança agregam valor aos nossos projetos e operações. Por meio do Instituto Rumo, apoiamos projetos de voluntariado e de Investimento Social Privado, destinando mais de R\$ 4,3 milhões em ações para geração de impacto positivo na sociedade, que podem ser consultados em nosso primeiro Relatório Social. Todos esses esforços nos permitiram integrar novamente o Índice de Sustentabilidade da B3 (ISE), a principal ferramenta de referência no país para o reconhecimento de boas práticas empresariais em sustentabilidade.

Reforçamos nosso compromisso com o Pacto Global e os objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Destacamos também o desempenho dos nossos 10 compromissos e nossas metas, com o menor índice de acidentes de nossa história, a ampliação da eficiência energética no transporte ferroviário e a mitigação dos impactos atrelados às mudanças climáticas.

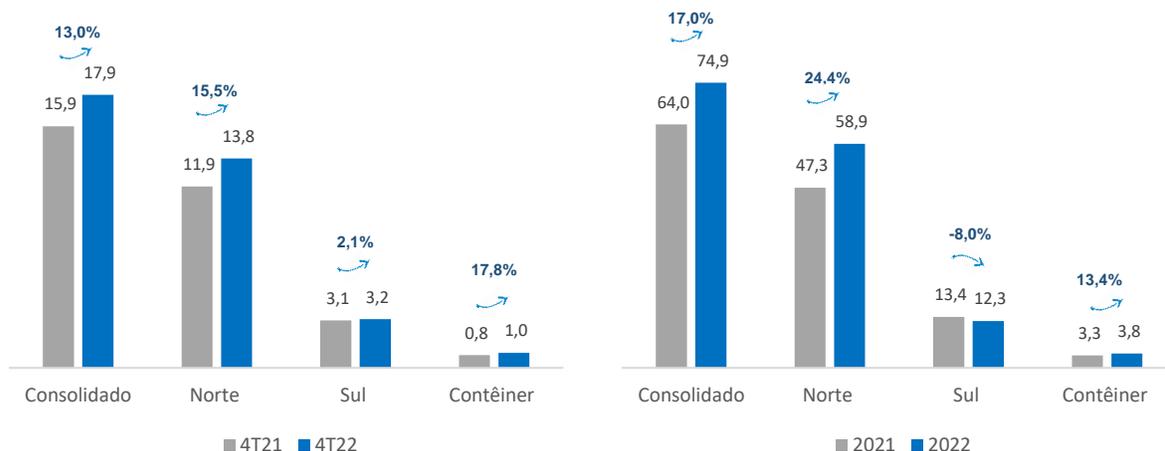
Nos orgulhamos das conquistas registradas até agora e, com uma visão construtiva para o ano que se inicia, nossa organização está focada em continuar avançando. Agradeço a todos nossos funcionários, parceiros e investidores que fizeram parte das nossas realizações de 2022.

João Alberto Abreu
CEO

1. Sumário Executivo do 4T22

No 4T22, o volume transportado foi de 17,9 bilhões de TKU, 13% acima do 4T21. No ano, a Rumo transportou um volume recorde, de 74,9 bilhões de TKU, crescimento de 17%. Este resultado reflete uma dinâmica de mercado mais construtiva, com aumento da safra e maior competitividade da Rumo, suportado pelo aumento da capacidade, principalmente na Operação Norte. O transporte de produtos agrícolas foi o principal vetor de crescimento, com destaque para o aumento de volumes em milho e farelo de soja. O transporte de combustíveis também registrou aumento em comparação ao ano anterior.

Volume – Consolidado e por Operação
(Bilhões TKU)



O ano de 2022 foi de importante avanço na participação de mercado da Rumo no Porto de Santos, com **ganho de 1,5 p.p. em relação ao acumulado anual de 2021**. Especificamente no 4T22, houve redução de *market share* em razão da normalização dos níveis de exportação de milho após a quebra de safra no anterior.

Exportação de grãos por Santos – SP
(Milhões toneladas e %)



Fonte: Cargonave e Sistema Rumo.

Em 2022, houve ganho de *share* de 1,6 p.p. no Mato Grosso. No 4T22, o *market share* de exportação de grãos no MT caiu 12,7 p.p. em relação ao 4T21, reflexo substancial da normalização dos níveis de exportação de milho após a quebra de safra no anterior.

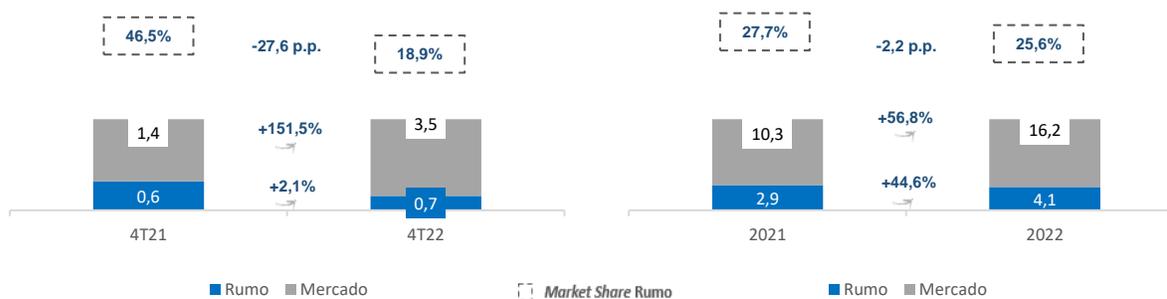
Exportação de grãos MT
(Milhões toneladas e %)



Fonte: Cargonave, Comex Stat e Sistema Rumo.

Apesar do volume em GO ter crescido 45% no ano, a Rumo perdeu 2,2 p.p. de *market share*, principalmente em razão de restrição de capacidade para atender integralmente ao mercado. Adicionalmente, também houve priorização para a região leste do Mato Grosso. No trimestre, pelas mesmas razões apontadas acima, o *market share* ficou em 18,9%.

Exportação de grãos GO
(Milhões toneladas e %)



Fonte: Cargonave, Comex Stat e Sistema Rumo.

A Operação Sul ganhou 1,3 p.p. no *market share* de transporte de grãos aos portos de Paranaguá (PR) e São Francisco do Sul (SC) no 4T22 e 1,6 p.p. em 2022. A maior disponibilidade de milho nos estados do PR e MS, mercado onde a Rumo é competitiva, propiciou o crescimento do volume transportado em 32% no trimestre e 9% no ano, apesar da quebra de safra de soja que impactou mais severamente os volumes do RS.

Exportação de grãos por Paranaguá – PR e São Francisco do Sul - SC
(Milhões toneladas e %)



Fonte: Cargonave e Sistema Rumo.

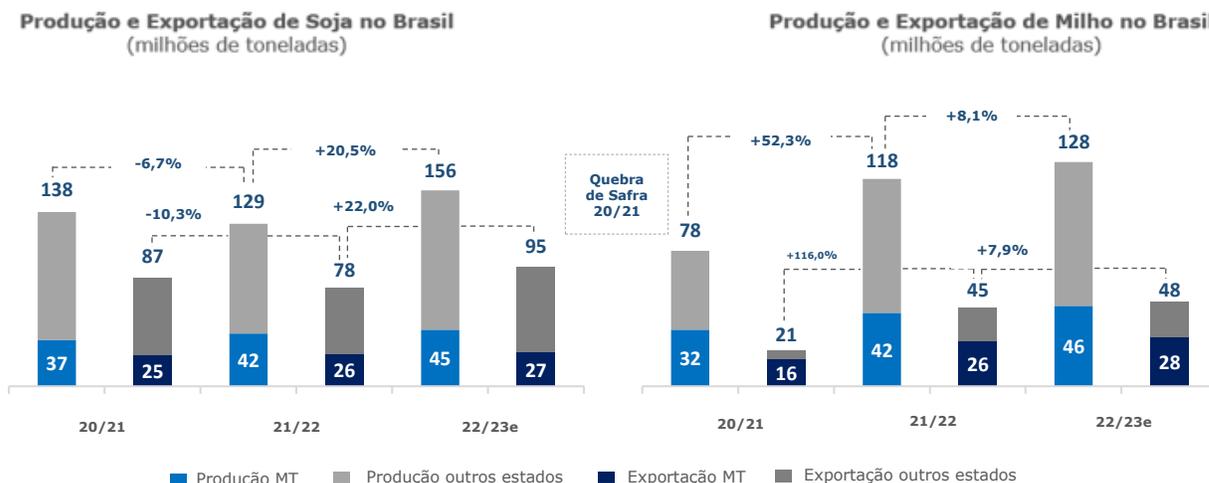
A receita líquida no 4T22 foi de R\$ 2.220 milhões e totalizou R\$ 9.842 milhões em 2022, crescimento de 47% e 32% respectivamente. O resultado é consequência do crescimento de volume transportado e aumento de tarifa, que cresceu 39% no 4T22 e 17% em 2022. No acumulado do ano, a melhora da receita ocorreu em todas as operações da Companhia, com crescimento de 39% na Operação Norte, 7% na Operação Sul e 39% na Operação de Contêineres.

O EBITDA Ajustado, que desconsidera os efeitos não-recorrentes, foi de R\$ 905 milhões no 4T22 e R\$ 4.534 milhões em 2022, altas de >100% e 38% respectivamente. A margem EBITDA ajustada fechou o trimestre em 40,81%, com 13,1 p.p. de alta e o ano em 46,1%, 1,8 p.p. acima de 2021. O ganho de 6% em eficiência energética no ano e a redução do direito de passagem cobrado pela MRS, que apresentou decréscimo desde o final do mês de maio, mitigaram parcialmente o aumento de 42% do preço de combustível, que juntamente com o maior volume transportado, elevaram o custo variável em 45%. Os custos fixos e despesas gerais e administrativas subiram 12%, principalmente em função de ajustes de inflação e de outros custos operacionais, com destaque para aumento de gastos com segurança e facilities.

O lucro líquido no trimestre foi de R\$ 243 milhões e no ano totalizou R\$ 514 milhões. A conclusão da venda da EPSA e a melhora operacional impulsionaram esse crescimento. A dívida abrangente líquida reduziu para o patamar de R\$ 9,1 bilhões, acelerando o processo de desalavancagem da Companhia, terminou o ano com alavancagem em 2,0x dívida líquida/EBITDA Ajustado, em comparação ao patamar de 2,8x apurado no final do ano anterior.

Com relação ao mercado de soja, em 2022, segundo dados apurados por consultorias especializadas, tivemos uma safra de 129 milhões de toneladas, das quais, 78 milhões foram exportadas. Em 2023, é esperada uma safra recorde, de 156 milhões de toneladas produzidas, 21% acima do ano anterior, enquanto o mercado de exportação também deverá apresentar um crescimento significativo, de 22%, com 95 milhões de toneladas. Nos estados do Mato Grosso e Goiás, espera-se a produção de 45 e 18 milhões de toneladas respectivamente, das quais cerca de 27 e 11 milhões de toneladas podem ser exportadas. Já na região Sul, os estados do Paraná e Rio Grande do Sul e devem retornar tanto a produção quanto exportação a patamares de anos anteriores, alcançando cerca de 22 e 16 milhões de toneladas produzidas e 13 e 8 milhões exportadas respectivamente. Somado ao crescimento do estado do MS, são esperadas cerca de 20 milhões de toneladas produzidas e 13 exportadas a mais do que em 2022.

Também de acordo com consultorias, o Brasil produziu 118 milhões de toneladas de milho em 2022, das quais 45 milhões foram destinadas à exportação. Já em 2023, as estimativas ainda iniciais apontam para uma produção de 128 milhões de toneladas, cerca de 8% acima do ano anterior. As exportações devem atingir 48 milhões de toneladas, crescendo 8% em relação à última safra. No Mato Grosso, a produção deve alcançar 46 milhões de toneladas, enquanto 28 milhões poderão ser designadas à exportação. No estado de Goiás, 18 e 4 milhões de toneladas devem ser produzidas e exportadas respectivamente.



Fonte: IM Rumo /AG Rural / Veeries / Cargonave / Comex Stat/ IMEA | Nota: (e) – estimativa

Na agenda de aspectos **ambientais, sociais e de governança (ESG)**, a Rumo integra, pelo segundo ano consecutivo, a carteira do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial, da B3. A Companhia também faz parte do índice Teva - Mulheres na Liderança, o primeiro índice do Brasil que seleciona as empresas com maior representatividade de mulheres na governança, referenciado pelo fundo ETF ELAS11, gerido pelo banco Safra. Pelo 5º ano consecutivo, a Rumo participou do Carbon Disclosure Program (CDP), mantendo a performance em B+.

Na agenda de mudanças climáticas, a Rumo segue comprometida com o crescimento sustentável e a eficiência energética de suas operações **e reduziu o consumo relativo de combustível em 6% no ano de 2022**, que contribuiu para o cumprimento das metas de redução de emissões de GEE da Companhia.

Também no último trimestre do ano, a Rumo publicou a 1ª edição do Relatório Social da Rumo e a 2ª edição do Relatório de Prestação de Uso de Recursos do Green Bond 2028. No mês de março, a Rumo apresentará o **Relatório de Sustentabilidade 2022**. Entre outros destaques, o Relatório trará o resultado do inventário anual de emissões de gases de efeito estufa (GEE).

2. Indicadores Operacionais e Financeiros Consolidados

4T22	4T21	Var.%	Sumário das Informações Financeiras (Valores em RS MM)	2022	2021	Var.%
17.943	15.883	13,0%	Volume transportado total (TKU milhões)	74.944	64.028	17,0%
14.644	12.852	13,9%	Produtos agrícolas	61.702	51.800	19,1%
176	2.145	-91,9%	Soja	20.432	20.892	-2,2%
2.250	2.116	6,3%	Farelo de soja	10.020	8.512	17,7%
9.388	5.834	61,0%	Milho	21.665	12.539	72,8%
1.399	1.269	10,3%	Açúcar	4.188	4.668	-10,3%
1.250	1.309	-4,5%	Fertilizantes	4.933	5.008	-1,5%
181	178	1,6%	Outros grãos	463	182	>100%
2.320	2.199	5,5%	Produtos industriais	9.492	8.918	6,4%
1.425	1.330	7,1%	Combustível	5.850	5.298	10,4%
895	869	3,0%	Industriais	3.642	3.619	0,6%
980	832	17,8%	Contêiner	3.751	3.309	13,4%
2.220	1.512	46,8%	Receita operacional líquida	9.842	7.440	32,3%
1.966	1.249	57,4%	Transporte	8.566	6.279	36,4%
44	88	-49,9%	Elevação	354	353	0,5%
155	135	15,4%	Solução Logística ²	662	501	32,1%
54	40	32,6%	Outras receitas ³	259	307	-15,5%
1.374	419	>100%	EBITDA	5.003	3.350	49,3%
61,9%	27,7%	34,2 p.p.	Margem EBITDA (%)	50,8%	45,0%	5,8 p.p.
(469)	-	>100%	Ajustes não recorrentes ⁴	(469)	(53)	>100%
905	419	>100%	EBITDA Ajustado	4.534	3.297	37,5%
40,8%	27,7%	13,1 p.p.	Margem EBITDA ajustada (%)	46,1%	44,3%	1,8 p.p.

Nota 2: Receita do transporte de açúcar utilizando outras ferrovias ou o modal rodoviário.

Nota 3: Inclui a receita pelo direito de passagem de outras rodovias, e receita por volumes contratados e não realizados conforme acordos comerciais (take or pay), dentre outros.

Nota 4: Para melhor comparabilidade, o resultado foi ajustado por efeitos não-recorrentes, a saber: i) R\$ 955 milhões | ganho de capital na alienação da EPSA; ii) R\$ 437 milhões | provisões não recorrentes, principalmente o encerramento de disputa arbitral com aquisição da Farovia; iii) R\$ 49 milhões | ajuste gerencial para melhor comparabilidade do resultado, consolidação dos resultados da EPSA de novembro e dezembro; e iv) R\$ 53 milhões | encontro de contas pela renovação da Malha Paulista em 2021.

4T22	4T21	Var.	Tarifa por Operação Operação Norte	2022	2021	Var.
102,5	69,7	47,1%	Tarifa (R\$/TKUx1000)	109,0	92,9	17,3%
76,7%	75,1%	1,6 p.p.	% Volume	78,6%	73,9%	4,7 p.p.
Operação Sul						
132,7	105,8	25,5%	Tarifa (R\$/TKUx1000)	137,8	116,4	18,4%
17,8%	19,7%	-1,9 p.p.	% Volume	16,4%	20,9%	-4,5 p.p.
Contêiner						
133,7	105,0	27,3%	Tarifa (R\$/TKUx1000)	120,2	97,5	23,3%
5,5%	5,2%	0,3 p.p.	% Volume	5,0%	5,2%	-0,2 p.p.
Consolidado						
109,6	78,6	39,4%	Tarifa (R\$/TKUx1000)	114,3	98,1	16,6%

3. Resultados por Unidades de Negócio

Unidades de Negócio

As unidades de negócio (segmentos reportáveis) estão assim organizadas:

- **Operação Norte** Malha Norte, Malha Paulista, Malha Central e Operação Portuária em Santos¹
- **Operação Sul** Malha Oeste e Malha Sul
- **Operação de Contêineres** Operações de Contêineres, incluindo a Brado Logística

Resultado por Unidade de Negócio 4T22	Operação Norte	Operação Sul	Operação Contêiner	Consolidado
Volume transportado (TKU milhões)	13.770	3.194	980	17.943
Receita operacional líquida	1.647	438	135	2.220
Custo de produtos e serviços	(1.102)	(419)	(114)	(1.635)
Lucro (prejuízo) bruto	545	20	21	585
<i>Margem bruta (%)</i>	33,1%	4,6%	15,5%	26,4%
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(117)	(24)	(11)	(152)
Outras receitas (despesas) operacionais e eq. Patrimonial	493	(45)	8	456
Depreciação e amortização	325	140	20	485
EBITDA	1.245	91	38	1.374
<i>Margem EBITDA (%)</i>	75,6%	20,8%	28,3%	61,9%
Ajustes não recorrentes	(490)	21	-	(469)
EBITDA Ajustado	755	112	38	905
<i>Margem EBITDA ajustada (%)</i>	45,8%	25,6%	28,3%	40,8%

Resultado por Unidade de Negócio 2022	Operação Norte	Operação Sul	Operação Contêiner	Consolidado
Volume transportado (TKU milhões)	58.876	12.317	3.751	74.944
Receita operacional líquida	7.635	1.739	467	9.842
Custo de produtos e serviços	(4.615)	(1.645)	(436)	(6.695)
Lucro (prejuízo) bruto	3.020	95	31	3.146
<i>Margem bruta (%)</i>	39,6%	5,5%	6,7%	32,0%
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(375)	(80)	(45)	(499)
Outras receitas (despesas) operacionais e eq. Patrimonial	480	(103)	11	389
Depreciação e amortização	1.327	561	78	1.967
EBITDA	4.453	474	76	5.003
<i>Margem EBITDA (%)</i>	58,3%	27,3%	16,3%	50,8%
Ajustes não recorrentes	(490)	21	-	(469)
EBITDA Ajustado	3.963	495	76	4.534
<i>Margem EBITDA ajustada (%)</i>	51,9%	28,5%	16,3%	46,1%

¹ A Rumo concluiu a venda da participação de 80% na controlada Elevações Portuárias S.A. em 16 de novembro de 2022. Após a venda, a Companhia detém 20% de participação na operação de armazenagem e elevação portuária.

Operação Norte

4T22	4T21	Var. %	Dados operacionais	2022	2021	Var. %
13.770	11.923	15,5%	Volume transportado total (TKU milhões)	58.876	47.335	24,4%
12.208	10.547	15,8%	Produtos agrícolas - Total	52.529	42.060	24,9%
10.356	9.605	7,8%	Produtos agrícolas - Malhas Norte e Paulista	43.478	38.381	13,3%
5	943	-99,5%	Soja	14.084	13.642	3,2%
1.870	1.703	9,8%	Farelo de soja	8.393	7.348	14,2%
7.097	5.162	37,5%	Milho	15.687	10.714	46,4%
344	641	-46,4%	Açúcar	1.159	2.267	-48,9%
1.040	1.156	-10,0%	Fertilizantes	4.156	4.410	-5,8%
1.852	942	96,6%	Produtos agrícolas - Malha Central	9.051	3.679	>100%
8	230	-96,6%	Soja	3.756	1.815	>100%
229	224	2,4%	Farelo de soja	903	429	>100%
1.200	488	>100%	Milho	3.443	1.434	>100%
266	-	>100%	Açúcar	573	-	>100%
149	-	>100%	Fertilizantes	375	-	>100%
1.561	1.376	13,5%	Produtos industriais - Malhas Norte e Paulista	6.347	5.275	20,3%
964	870	10,8%	Combustível	3.973	3.381	17,5%
598	506	18,1%	Industriais	2.374	1.895	25,3%
102,5	69,7	47,1%	Tarifa média transporte	109,0	92,9	17,3%
1.307	2.897	-54,9%	Volume elevado total (TU mil)	10.794	12.493	-13,6%
33,7	30,3	11,1%	Tarifa média elevação (R\$/TU)	32,8	28,2	16,3%

O volume total transportado na Operação Norte alcançou 13,8 bilhões de TKU no 4T22 e 58,9 bilhões de TKU em 2022, crescimento de 16% e 24% respectivamente. O segmento de produtos agrícolas teve importante destaque, com alta de 16% no trimestre e 25% no ano, impulsionado pela normalização da safra de milho, pelo volume de farelo de soja e pelo *ramp-up* da Malha Central, que alcançou 9,1 bilhões de TKU no ano. Nas cargas industriais, a migração de parte dos volumes de celulose da Operação Sul e o crescimento de biocombustíveis resultaram na alta de 14% no 4T22 e 20% em 2022.

4T22	4T21	Var. %	Dados financeiros	2022	2021	Var. %
1.647	1.075	53,2%	Receita operacional líquida	7.635	5.480	39,3%
1.411	831	69,9%	Transporte	6.418	4.399	45,9%
155	135	15,4%	Solução logística	662	501	32,1%
44	88	-49,9%	Elevação portuária	354	353	0,5%
36	22	65,5%	Outras receitas ⁵	201	227	-11,6%
(1.102)	(913)	20,7%	Custo dos serviços prestados	(4.615)	(3.524)	31,0%
(494)	(384)	28,4%	Custo variável	(2.325)	(1.525)	52,5%
(286)	(198)	44,6%	Custo fixo	(973)	(754)	29,1%
(322)	(331)	-2,5%	Depreciação e amortização	(1.316)	(1.245)	5,7%
545	162	>100%	Lucro bruto	3.020	1.956	54,5%
33,1%	15,1%	18 p.p.	<i>Margem bruta (%)</i>	39,6%	35,7%	3,9 p.p.
(117)	(111)	5,0%	Despesas comerciais, gerais e administrativas	(375)	(384)	-2,4%
493	(67)	>100%	Outras receitas (despesas) op. e eq. patrimoniais	480	(18)	>100%
325	333	-2,5%	Depreciação e amortização	1.327	1.254	5,8%
1.245	317	>100%	EBITDA	4.453	2.808	58,6%
75,6%	29,5%	46,1 p.p.	<i>Margem EBITDA (%)</i>	58,3%	51,2%	7,1 p.p.
(490)	-	>100%	Ajustes não recorrentes ⁶	(490)	(53)	>100%
755	317	>100%	EBITDA Ajustado	3.963	2.755	43,8%
45,8%	29,5%	16,3 p.p.	<i>Margem EBITDA ajustada (%)</i>	51,9%	50,3%	1,6 p.p.

Nota 5: Inclui a receita pelo direito de passagem de outras ferrovias, receita por volumes contratados e não realizados conforme acordos comerciais (*take or pay*) e volume referente a Transbordo.

Nota 6: Para melhor comparabilidade, o resultado foi ajustado por efeitos não-recorrentes, a saber: i) R\$ 955 milhões | ganho de capital na alienação da EPSA; ii) R\$ 416 milhões | eventos não-recorrentes, principalmente o encerramento de disputa arbitral com aquisição da Farovia; iii) R\$ 49 milhões | ajuste gerencial para melhor comparabilidade do resultado, consolidação dos resultados da EPSA de novembro e dezembro; e iv) R\$ 53 milhões | encontro de contas pela renovação da Malha Paulista em 2021.

O EBITDA Ajustado foi de R\$ 755 milhões no 4T22, totalizando R\$ 3.963 milhões em 2022, >100% e 44% de crescimento respectivamente. O resultado reflete o momento favorável ao mercado de logística, após a recuperação da safra do milho, além do repasse do aumento do diesel, que propiciaram o crescimento das tarifas, de 47% no trimestre e 17% no ano. A margem EBITDA ajustada, ainda impactada pelo maior preço do combustível, foi de 45,8% no 4T22 e de 51,9% em 2022, 16,3 p.p. e 1,6 p.p. superiores em relação a 2021 respectivamente.

Operação Sul

4T22	4T21	Var. %	Dados operacionais	2022	2021	Var. %
3.194	3.128	2,1%	Volume transportado total (TKU milhões)	12.317	13.383	-8,0%
2.436	2.305	5,7%	Produtos agrícolas	9.173	9.740	-5,8%
162	972	-83,3%	Soja	2.592	5.435	-52,3%
152	189	-19,9%	Farelo de soja	724	735	-1,4%
1.091	183	>100%	Milho	2.535	390	>100%
789	628	25,6%	Açúcar	2.457	2.401	2,3%
61	153	-60,4%	Fertilizantes	402	598	-32,8%
181	178	1,6%	Outros grãos	463	182	>100%
758	823	-7,9%	Produtos industriais	3.144	3.642	-13,7%
461	460	0,1%	Combustível	1.877	1.918	-2,1%
297	363	-18,0%	Industriais	1.268	1.725	-26,5%
132,7	105,8	25,5%	Tarifa média transporte	137,8	116,4	18,4%

A Operação Sul transportou 3.194 bilhões de TKU no 4T22 e 12,3 bilhões de TKU em 2022. Apesar do crescimento de 2% no trimestre, impulsionado pelos volumes de milho e açúcar, a performance anual foi 8% abaixo de 2021. O resultado reflete principalmente a quebra de safra de soja, mais concentrada no estado do RS, que reduziu o volume do produto em 52% no ano, e foi parcialmente compensada pelo maior volume de milho. A queda dos produtos industriais se deu principalmente em função da migração de parte dos volumes de celulose para a Operação Norte.

4T22	4T21	Var. %	Dados financeiros (Valores em R\$ MM)	2022	2021	Var. %
438	347	26,5%	Receita operacional líquida	1.739	1.624	7,1%
424	331	28,2%	Transporte	1.697	1.558	8,9%
14	16	-10,5%	Outras receitas ⁷	43	66	-35,9%
(419)	(370)	13,1%	Custo dos serviços prestados	(1.645)	(1.500)	9,6%
(127)	(113)	12,8%	Custo variável	(538)	(436)	23,4%
(152)	(125)	21,9%	Custo fixo	(546)	(543)	0,5%
(140)	(133)	5,1%	Depreciação e amortização	(561)	(521)	7,6%
20	(24)	>100%	Lucro (prejuízo) bruto	95	124	-23,1%
4,6%	-6,9%	11,5 p.p.	Margem bruta (%)	5,5%	7,6%	-2,1 p.p.
(24)	(23)	4,0%	Despesas comerciais, gerais e administrativas	(80)	(92)	-13,4%
(45)	(12)	>100%	Outras receitas (despesas) op. e eq. patrimoniais	(103)	(62)	66,6%
140	133	5,1%	Depreciação e amortização	561	522	7,6%
91	75	21,6%	EBITDA	474	492	-3,7%
20,8%	21,6%	-0,8 p.p.	Margem EBITDA (%)	27,3%	30,3%	-3 p.p.
21	-	>100%	Ajustes não recorrentes ⁸	21	-	>100%
112	75	49,9%	EBITDA Ajustado	495	492	0,6%
25,6%	21,6%	4 p.p.	Margem EBITDA ajustada (%)	28,5%	30,3%	-1,8 p.p.

Nota 7: Inclui a receita por volumes contratados e não realizados conforme acordos comerciais (take or pay).

Nota 8: Provisão para baixa não-recorrente de ativos.

O EBITDA Ajustado da Operação Sul totalizou R\$ 112 milhões no 4T22 e 495 milhões em 2022, 50% e 1% de alta respectivamente, impulsionado pelo crescimento de tarifa de 26% no trimestre e 18% no ano, principalmente em função das tarifas de cargas industriais, que em geral possuem contratos de longo-prazo com reajustes de inflação e diesel, além da melhora da condição de mercado para o segmento de produtos agrícolas.

Operação de Contêineres

4T22	4T21	Var. %	Dados operacionais	2022	2021	Var. %
26.780	21.915	22,2%	Volume total em contêineres	106.125	87.363	21,5%
133,7	105,0	27,3%	Tarifa média intermodal (R\$/TKUx1000)	120,2	97,5	23,3%
980	832	17,8%	Volume total (milhões de TKU)	3.751	3.309	13,4%

O volume da Operação de Contêineres cresceu 18% no 4T22 e 13% em 2022, alcançando 980 milhões de TKU no trimestre, 3.751 milhões de TKU em 2022 e superando pela primeira vez a marca de 100.000 contêineres no ano. O resultado se deve ao crescimento no segmento de exportação, com destaque para o algodão, além do maior volume de bobinas de papel do projeto Klabin e das cargas refrigeradas. O mercado interno apresentou boa performance em bens de consumo, milho, fertilizante e defensivos agrícolas.

4T22	4T21	Var. %	Dados financeiros (Valores em R\$ MM)	2022	2021	Var. %
135	91	48,7%	Receita operacional líquida	467	336	39,0%
131	87	49,9%	Transporte	451	323	39,8%
4	3	17,6%	Outras receitas ⁹	16	13	18,7%
(114)	(88)	29,3%	Custo dos serviços prestados	(436)	(328)	32,7%
(65)	(49)	33,8%	Custo variável	(248)	(177)	39,8%
(29)	(25)	15,8%	Custo fixo	(110)	(98)	12,7%
(20)	(15)	36,9%	Depreciação e amortização	(78)	(54)	45,6%
21	3	>100%	Lucro bruto	31	8	>100%
15,5%	2,8%	12,7 p.p.	Margem bruta (%)	6,7%	2,3%	4,4 p.p.
(11)	(9)	17,5%	Despesas comerciais, gerais e administrativas	(45)	(36)	25,3%
8	19	-58,2%	Outras receitas (despesas) operacionais	11	23	-52,3%
20	15	37,4%	Depreciação e amortização	78	54	43,8%
38	27	40,7%	EBITDA	76	50	52,5%
28,3%	29,9%	-1,6 p.p.	Margem EBITDA (%)	16,3%	14,9%	1,4 p.p.

Nota 9: Inclui receita das unidades de serviço.

A Operação de Contêineres apresentou EBITDA de R\$ 38 milhões no 4T22, crescimento de 41% e R\$ 76 milhões em 2022, alta de 53%. O resultado se deve às operações com cargas de maior valor agregado, como o algodão do mercado externo.

4. Demais Linhas do Resultado

Composição dos Custos dos Serviços Prestados e Despesas Gerais e Administrativas

4T22	4T21	Var. %	Custos Consolidados (Valores em R\$ MM)	2022	2021	Var. %
(1.786)	(1.515)	17,9%	Custos consolidados e Despesas comerciais, Gerais e Adm.	(7.194)	(5.864)	22,7%
(686)	(546)	25,7%	Custos variáveis	(3.111)	(2.142)	45,2%
(555)	(461)	20,6%	Custo variável de transporte ferroviário	(2.522)	(1.783)	41,8%
(451)	(337)	33,9%	Combustível e lubrificantes	(2.025)	(1.307)	54,8%
(104)	(123)	-15,0%	Outros custos variáveis ¹⁰	(498)	(476)	6,5%
(109)	(89)	23,6%	Custo variável Solução Logística ¹¹	(529)	(346)	52,7%
(21)	4	>100%	Custo variável de Elevação	(60)	(13)	>100%
(616)	(488)	26,2%	Custos fixos e Despesas Comerciais, Gerais e Adm.	(2.117)	(1.891)	11,7%
(251)	(230)	9,0%	Custos com pessoal	(952)	(891)	6,9%
(215)	(117)	84,5%	Outros custos de operação ¹²	(677)	(499)	35,7%
(149)	(141)	5,9%	Despesas comerciais, gerais e administrativas	(488)	(501)	-2,7%
(485)	(481)	0,8%	Depreciação e Amortização	(1.967)	(1.831)	7,4%

Nota 10: Custos com aluguel de material rodante, energia elétrica, ponta rodoviária na Operação de Contêineres, custo logístico próprio e take or pay.

Nota 11: Custos de frete com terceiros incluem contratações de fretes rodoviários e ferroviários com outras concessionárias.

Nota 12: Outros custos de operação incluem manutenção, serviços com terceiros, segurança e facilities, além de outros custos fixos.

Neste trimestre, o **custo variável** apresentou crescimento de 26%, enquanto no ano, a alta foi de 45%. O aumento do gasto com combustível foi decorrente dos maiores volumes transportados e do preço do combustível, que subiu 42% no ano, apesar de um ganho de eficiência energética de 6%. O custo de solução logística foi impactado pela alta do preço do frete rodoviário e do aumento do custo de diesel. Outros custos variáveis apresentaram redução de 15% no 4T22 e aumento de 7% no ano, apesar do crescimento expressivo de volume, principalmente em razão da redução do direito de passagem cobrado pela MRS, que apresentou decréscimo desde o final do mês de maio.

Os **custos fixos e despesas gerais e administrativas** tiveram acréscimo de 26% no trimestre e 12% no ano, majoritariamente em decorrência dos maiores gastos em outros custos de operação, como resultado de maior concentração de manutenção no trimestre e maiores gastos com serviços de segurança e *facilities*. Os custos de depreciação e amortização ficaram praticamente estáveis no trimestre, em função de revisões de vida útil em terminais da Operação Norte e da suspensão da depreciação na empresa Elevações Portuárias S.A. desde o mês de agosto de 2022, encerrando o período com aumento de 7%.

Resultado Financeiro

4T22	4T21	Var. %	Resultado financeiro (Valores em R\$ MM)	2022	2021	Var. %
(638)	(368)	73,1%	Custo da dívida bancária abrangente bruta¹³	(2.327)	(992)	>100%
(4)	(2)	>100%	Encargos sobre arrendamento mercantile	(15)	(31)	-51,0%
264	139	90,2%	Rendimentos de aplicações financeiras	918	311	>100%
(377)	(232)	62,4% (=)	Custo da dívida abrangente líquida	(1.424)	(713)	99,6%
(110)	(54)	>100%	Variação monetária sobre os passivos de concessão	(391)	(133)	>100%
(78)	(78)	0,3%	Passivos de arrendamento ¹⁴	(345)	(368)	-6,3%
(66)	(103)	-36,2%	Juros sobre contingências e contratos comerciais	(240)	(212)	13,3%
7	22	-67,9%	Demais receitas financeiras	71	66	7,4%
(625)	(445)	40,4% (=)	Resultado financeiro	(2.329)	(1.360)	71,3%

Nota 13: Inclui juros, variação monetária, resultado líquido de derivativos e outros encargos da dívida.

Nota 14: Considera ajustes conforme IFRS 16.

O **resultado financeiro** líquido foi impactado em R\$ 180 milhões quando comparado ao 4T21. A variação monetária sobre os passivos de concessão e o custo da dívida abrangente líquida cresceram majoritariamente em função do aumento da taxa SELIC e consequente impacto no CDI, principais indexadores dos passivos de concessão e das dívidas da Companhia. O portfólio de dívidas está predominantemente atrelado ao CDI, seja contratualmente ou via instrumentos derivativos

Imposto de Renda e Contribuição Social

4T22	4T21	Var. %	Imposto de renda e contribuição social (Valores em R\$ MM)	2022	2021	Var. %
264	(507)	>100%	Lucro antes do IR/CS	707	160	>100%
34,0%	34,0%		<i>Alíquota teórica de IR/CS</i>	34,0%	34,0%	
(90)	172	>100%	Receita (despesa) teórica com IR/CS	(240)	(54)	>100%
Ajustes para cálculo da taxa efetiva						
16	(82)	>100%	Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas ¹⁵	(212)	(202)	4,9%
45	3	>100%	Incentivo fiscal advindo da Malha Norte ¹⁶	197	200	-1,3%
5	1	>100%	Equivalência patrimonial	14	4	>100%
2	29	-92,8%	Outros efeitos	48	48	0,2%
(21)	123	>100%	Receita (despesa) com IR/CS	(193)	(4)	>100%
8,1%	24,3%	-16,3 p.p.	<i>Alíquota efetiva (%)</i>	27,3%	2,5%	24,8 p.p.
(139)	(75)	85,9%	IR/CS corrente	(411)	(551)	-25,3%
118	198	-40,3%	IR/CS diferido	218	546	-60,1%

Nota 15: Em função de falta de perspectiva de apuração de lucro tributável futuro em determinadas companhias, não foi constituído IR/CS diferido sobre o prejuízo fiscal gerado.

Nota 16: A Malha Norte possui benefício SUDAM que dá direito à redução de 75% do IRPJ (alíquota de 25%) até 2023.

5. Empréstimos e Financiamentos

O endividamento abrangente bruto ao final do 4T22, foi de R\$ 17,4 bilhões, 1% acima do 3T22, refletindo majoritariamente a emissão da 4ª Debênture da Malha Paulista (R\$ 434 milhões), parcialmente compensada pela amortização e *accrual* de juros sobre as demais dívidas vigentes. O endividamento líquido reduziu para R\$ 9,1 bilhões, em função de um incremento do caixa após a venda da operação de Elevações Portuárias. A redução do endividamento líquido, com a melhora operacional do trimestre, reduziu para 2,0x a alavancagem financeira.

A dívida da Rumo possui custo médio ponderado de aproximadamente 103% CDI, com *duration* de 5,5 anos.

Endividamento total (Valores em R\$ MM)	4T22	3T22	Var. %
Bancos comerciais	874	986	-11,3%
NCE	567	553	2,5%
BNDES	2.503	2.635	-5,0%
Debêntures	8.493	8.257	2,9%
Senior notes 2028 e 2032	4.320	4.350	-0,7%
Endividamento bancário	16.758	16.781	-0,1%
Arrendamento financeiro ¹⁷	121	135	-10,9%
Instrumentos derivativos líquidos	538	312	72,2%
Endividamento abrangente bruto	17.417	17.229	1,1%
Caixa e equiv. de caixa e títulos e valores mobiliários	(8.226)	(7.452)	10,4%
Caixa restrito vinculado a dívidas bancárias	(85)	(64)	33,4%
Endividamento abrangente líquido	9.106	9.713	-6,2%
EBITDA LTM ¹⁸ Ajustado	4.534	4.048	12,0%
Alavancagem (dívida abrangente líquida/EBITDA LTM Ajustado)¹⁹	2,0x	2,4x	-16,7%

Nota 17: Não inclui arrendamentos operacionais IFRS 16.

Nota 18: O EBITDA LTM refere-se à soma dos últimos doze meses do EBITDA.

Nota 19: A alavancagem deste quadro não representa a totalidade dos contratos que regem as dívidas da Companhia, os quais possuem interpretações variadas sobre eventos não-recorrentes a serem considerados no cálculo dos covenants financeiros.

Abaixo, segue composição dos itens que tiveram impacto na movimentação da dívida consolidada da Rumo.

Movimentação da dívida bruta (Valores em R\$ MM)	4T22
Saldo inicial da dívida abrangente líquida	9.713
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(7.516)
Saldo inicial da dívida abrangente bruta	17.229
Itens com impacto Caixa	(802)
Captação de novas dívidas	454
Amortização de principal	(672)
Amortização de juros	(331)
Varição em instrumentos derivativos líquidos	(253)
Itens sem impacto caixa	990
Provisão de juros (<i>accrual</i>)	251
Varição monetária, ajuste de MtM da dívida e outros	260
Instrumentos derivativos líquidos	479
Saldo final da dívida abrangente bruta	17.417
Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários	(8.226)
Caixa restrito vinculado a dívidas bancárias	(85)
Saldo final da dívida abrangente líquida	9.106

A Rumo está sujeita a determinadas cláusulas contratuais restritivas referentes ao nível de alavancagem em alguns dos seus contratos. As disposições mais restritivas possuem verificação anual ao fim do exercício e referem-se ao endividamento abrangente líquido. Este inclui as dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis considerados como leasing financeiro, deduzidos de títulos e valores mobiliários, caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito de aplicações financeiras vinculado a empréstimos e instrumentos derivativos. Os *covenants* para dezembro de 2022 são: alavancagem máxima de 3,5x (dívida líquida abrangente/EBITDA LTM) e índice de cobertura de juros mínimo de 2,0x EBITDA/Resultado financeiro.

6. Capex

4T22	4T21	Var.%	Investimento (Valores em R\$ MM)	2022	2021	Var.%
740	701	5,6%	Investimento total ²⁰	2.718	3.453	-21,3%
336	304	10,5%	Recorrente	1.165	1.122	3,9%
404	397	1,8%	Expansão	1.553	2.332	-33,4%

Nota 20: Valores em regime de caixa.

O **Investimento Total** foi de R\$ 740 milhões no trimestre e R\$ 2.718 milhões em 2022, variação de 6% e -21%, respectivamente, em linha com o *guidance*. O **Capex recorrente** foi de R\$ 336 milhões no trimestre e R\$ 1.165 milhões no ano, crescimento de 11% e 4% respectivamente. O **Capex de expansão** alcançou R\$ 404 milhões no 4T22 e R\$ 1.553 milhões em 2022.

Apesar do crescimento do Capex de expansão em 2% no trimestre, houve redução de 33% no ano. Os esforços para racionalizar o investimento, já refletidos nas premissas do *guidance* para o ano, reforçam a disciplina em alocação de capital da Companhia, em um ciclo de aumento de taxa de juros e na iminência de aceleração dos investimentos para expansão da Rumo no MT. A redução reflete os menores níveis de investimento em locomotivas e em terminais da Malha Central, após o início da operação em São Simão e Rio Verde, além da disciplina na alocação de capital e da priorização de investimentos que propiciam ganhos de capacidade.

A Rumo segue implementando as obras do caderno de investimentos oriundos da renovação da Malha Paulista e da fase operacional da Malha Central, além da aquisição de vagões, obras de modernização na via permanente, duplicações e implantação do *Positive Train Control* - PTC. Esses projetos, além de aumentar a capacidade e promover maior nível de eficiência, permitem, entre outros ganhos, a redução do consumo de combustível, fundamental para redução de emissões específicas de gases de efeito estufa.

7. Fluxo de Caixa

Abaixo demonstramos o fluxo de caixa consolidado da Rumo. Os títulos e valores mobiliários foram considerados como caixa nesta demonstração.

	4T22	4T21	Fluxo de caixa indireto (Valores em R\$ MM)	2022	2021
	1.374	419	EBITDA	5.003	3.350
	(694)	305	Variações <i>working capital</i> e efeitos não caixa	(943)	(240)
	265	127	Resultado financeiro operacional	895	288
(a)	945	851	(=) Fluxo de caixa operacional (FCO)	4.955	3.399
	(740)	(701)	Capex	(2.718)	(3.453)
(b)	(336)	(304)	Recorrente	(1.165)	(1.122)
	(404)	(397)	Expansão	(1.553)	(2.332)
	-	-	Venda de ativos	1	3
	1.395	-	Caixa líquido na alienação de investimento	1.395	-
	(19)	-	Caixa movimentado para ativos mantidos para venda	(361)	-
	149	-	Dividendos recebidos	153	8
(c)	784	(701)	(=) Fluxo de caixa de investimento (FCI)	(1.530)	(3.442)
	454	1.514	Captação de dívida	693	7.891
	(743)	(399)	Amortização de principal	(4.460)	(7.074)
	-	-	Custos de transação relacionados a empréstimos e financiamentos	(94)	-
	(381)	(290)	Amortização de juros	(1.385)	(1.262)
	(1)	-	Dividendos pagos	(39)	(7)
	(10)	-	Integralização de capital	(9)	-
	-	-	Programa de recompra de ações	(25)	(30)
	(253)	527	Instrumentos financeiros derivativos	(664)	2.169
	(22)	1	Caixa restrito	(66)	57
	-	-	Aquisição de participação de não controlador	(0)	(389)
	(955)	1.353	(=) Fluxo de caixa de financiamento (FCF)	(6.050)	1.355
	(0)	94	Impacto da variação cambial nos saldos de caixa	(24)	387
	773	1.597	(=) Caixa líquido gerado	(2.649)	1.699
	7.452	9.278	(+) Caixa total (inclui caixa + TVM) inicial	10.874	9.175
	8.225	10.874	(=) Caixa total (inclui caixa + TVM) final	8.225	10.874
Métricas					
	609	547	(=) Geração de caixa após o capex rec. (a+b)	3.790	2.277
	1.729	150	(=) Geração (consumo) de caixa após o FCI (a+c)	3.425	(43)

8. Indicadores de Desempenho Operacional e Financeiro

Segue abaixo o comportamento histórico dos principais indicadores operacionais e financeiros.

Indicadores de Desempenho Operacional e Financeiro	4T22	4T21	Var. %	2022	2021	Var. %
Consolidado						
<i>Operating ratio</i>	80%	100%	-20,0%	73%	79%	-7,4%
Consumo de diesel (litros/ '000 TKB)	3,39	3,42	-0,9%	3,37	3,59	-6,1%
Acidentes ferroviários (MM AC/ trem x milha) ²¹	3,65	3,68	-0,8%	3,42	3,86	-11,4%
Acidentes pessoais (MM Acidentes/ HHT) ²²	0,34	0,27	25,9%	0,34	0,27	25,9%
Transit time Operação Norte²³						
Rondonópolis (MT) a Santos (SP) (horas)	101,9	87,5	16,5%	91,4	90,5	1,0%
Giro de Vagões²⁴						
Giro em Santos (SP) (horas)	18,4	19,6	-5,9%	17,7	19,7	-10,0%

Nota 21: Resultado em padrão internacional, adotando os critérios da FRA (Federal Railroad Administration), o que permitirá comparativo internacional entre ferrovias. A taxa de acidentes ferroviários reflete o número de descarrilamentos que resultaram em danos superiores a US\$11.300, dividido pelo total de milhas percorridas durante o período.

Nota 22: Considera a soma dos valores médios acumulados nos últimos 12 meses dos indicadores de acidentes com afastamento (CAF) e sem afastamento (SAF). A partir do 1T22, o indicador considera a Malha Central nos três trimestres comparados.

Nota 23: Considera o tempo de trânsito entre Rondonópolis (MT) e Santos (SP).

Nota 24: Compreende o período entre entrada e saída do Porto de Santos (SP).

Operating Ratio: O indicador que representa a parcela de custos e despesas como percentual da receita líquida apresentou melhora. Houve crescimento de 47% da receita líquida no 4T22 e 32% em 2022, superiores às altas dos custos incluindo depreciação, que foram de 18% e 23% no trimestre e no ano respectivamente.

Consumo de diesel: As melhoras de 1% no trimestre e 6% no ano refletem a maior eficiência no consumo unitário de diesel das locomotivas, em razão dos investimentos em tecnologia e inovação, da consolidação da operação dos trens com 120 vagões na Operação Norte, além das obras de revitalização da via permanente e da modernização da frota. Além disso, um mix com maior volume na Operação Norte ajudou a reduzir o consumo médio.

Acidentes ferroviários: O indicador, que segue os critérios da FRA (Federal Railroad Administration) para determinar a taxa de acidentes ferroviários com descarrilamentos e danos superiores a US\$11.300, em função da distância percorrida, se manteve estável no trimestre, enquanto no ano apresentou importante redução de 11%, como consequência da disciplina de execução do Plano Estratégico de Segurança pelas áreas de operação e manutenção da Companhia.

Acidentes pessoais: No quarto trimestre e em 2022, a taxa que aponta a quantidade de acidentes com afastamento (CAF) por homem hora trabalhadas foi de 0,20, enquanto a taxa para os acidentes sem afastamento (SAF) por homem hora trabalhadas, foi de 0,14. A taxa com a soma dos indicadores apresentou alta de 26% em relação ao ano anterior. A Companhia segue focada em manter a taxa de acidentes com afastamento (CAF) abaixo da tolerância média de 0,15 até 2025, conforme compromisso assumido em 2020.

Transit time na Operação Norte e giro de vagões em Santos (SP): Neste trimestre, o tempo de trânsito entre Rondonópolis (MT) e Santos (SP) teve crescimento de 17%, principalmente em função dos maiores volumes transportados e das manutenções realizadas no período. No resultado acumulado em 2022, o indicador apresentou alta de 1%. Quanto ao giro de vagões em Santos (SP), reduzimos em 6% o tempo médio, enquanto no acumulado, do ano, a evolução foi de 10%. A evolução deste indicador, mesmo com o maior volume performado, é consequência dos investimentos e das melhorias de gestão operacional implementadas.

9. Projeções e Premissas

9.1 Realizado 2022

No quadro abaixo, apresentamos o resultado apurado do exercício social de 2022 em comparação ao *guidance* para o mesmo ano.

	Realizado 2022	Guidance 2022
Volume (Bilhões TKU)	74,9	$74,5 \leq \Delta \leq 76,0$
EBITDA ¹ (R\$ MM)	4.534	$4.450 \leq \Delta \leq 4.600$
Capex (R\$ MM)	2.718	$2.700 \leq \Delta \leq 2.900$

9.2 Guidance 2023

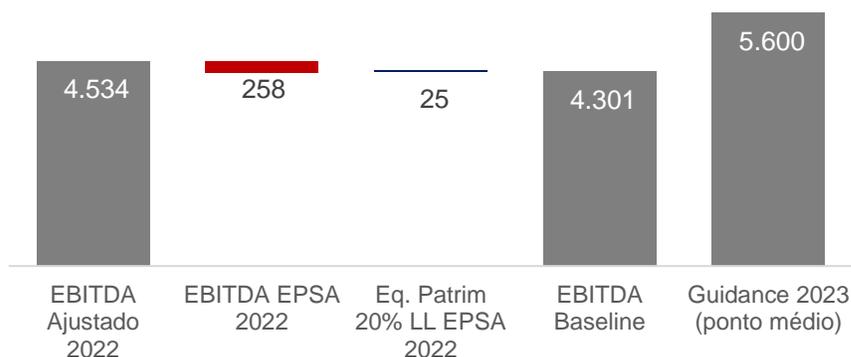
A Rumo apresenta aos seus acionistas e ao mercado em geral as projeções financeiras e operacionais referentes ao ano de 2023, conforme abaixo:

	Guidance 2023
Volume (Bilhões TKU)	$80 \leq \Delta \leq 83$
EBITDA comparável (R\$ MM)	$5.400 \leq \Delta \leq 5.800$
Capex (R\$ MM)	$3.600 \leq \Delta \leq 4.000$

Principais premissas consideradas:

- i. *Premissas macroeconômicas baseadas em dados de reconhecidas consultorias terceirizadas.*
- ii. *EBITDA Ajustado exclui efeitos de eventos não recorrentes, conforme apresentado no Release de Resultados.*
- iii. *As projeções de volume e EBITDA consideram o realizado do mês de janeiro e as restrições em função de eventos de furto e vandalismo no mês de fevereiro.*
- iv. *Capex inclui investimentos para a construção da 1ª Fase da Extensão da Rumo no MT.*
- v. *Não considera potenciais projetos de M&A ou novas concessões.*
- vi. *Valores projetados são apresentados em termos nominais.*

Para melhor comparabilidade do *guidance* de EBITDA Ajustado, em função da venda da participação de 80% da participação da Rumo nos terminais T16 e T19 em Santos, a Companhia apresenta o gráfico abaixo:



10. Anexos

10.1. Demonstrações Financeiras Rumo

10.1.1. Balanço Patrimonial

Balanço patrimonial (Valores em R\$ MM)	31/12/22	30/09/22
Ativo circulante	9.755	10.157
Caixa e equivalentes de caixa	7.385	6.589
Títulos e valores mobiliários	840	863
Contas a receber de clientes	562	635
Instrumentos financeiros derivativos	18	58
Estoques	226	219
Recebíveis de partes relacionadas	50	52
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	195	135
Outros tributos a recuperar	363	433
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	1	0
Ativos não circulantes disponíveis para venda	-	1.061
Outros ativos	115	112
Ativo não circulante	36.197	35.361
Contas a receber de clientes	17	20
Caixa restrito	93	71
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	309	350
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.870	1.748
Recebíveis de partes relacionadas	97	101
Outros tributos a recuperar	741	716
Depósitos judiciais	237	268
Instrumentos financeiros derivativos	857	826
Outros ativos	39	50
Investimentos em associadas	381	79
Imobilizado	17.049	16.527
Intangíveis	6.774	6.805
Direito de uso	7.732	7.799
Ativo total	45.952	45.519
Passivo circulante	5.690	5.562
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.357	1.386
Passivos de arrendamento	483	422
Instrumentos financeiros derivativos	1.021	970
Fornecedores	746	579
Ordenados e salários a pagar	297	265
Imposto de renda e contribuição social correntes	7	5
Outros tributos a pagar	50	48
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	132	8
Arrendamentos e concessões em litígio e parcelados	257	185
Pagáveis a partes relacionadas	298	305
Receitas diferidas	5	5
Outros passivos financeiros	788	890
Passivos não circulantes disponíveis para venda	-	227
Outros contas a pagar	249	266
Passivo não circulante	24.851	24.666
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15.401	15.395
Passivos de arrendamento	2.771	2.852
Instrumentos financeiros derivativos	392	227
Outros tributos a pagar	0	0
Provisão para demandas judiciais	725	718
Arrendamentos e concessões em litígio e parcelados	3.095	3.000
Outros passivos financeiros	30	30
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.368	2.358
Receitas diferidas	32	34
Outras contas a pagar	37	52
Patrimônio líquido	15.410	15.290
Passivo total	45.952	45.519

10.1.2. Demonstrativo do Resultado do Exercício

4T22	4T21	Var. %	Demonstração do resultado do exercício (Valores em R\$ MM)	2022	2021	Var. %
2.220	1.512	46,8%	Receita operacional líquida	9.842	7.440	32,3%
(1.635)	(1.371)	19,2%	Custo dos serviços prestados	(6.695)	(5.352)	25,1%
585	141	>100%	Lucro (prejuízo) bruto	3.146	2.088	50,7%
(152)	(144)	5,6%	Despesas comerciais, gerais e administrativas	(499)	(512)	-2,5%
442	(60)	>100%	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	349	(69)	>100%
14	1	>100%	Equivalência patrimonial	40	13	>100%
(625)	(445)	40,4%	Resultado financeiro, líquido	(2.329)	(1.360)	71,3%
(21)	123	>100%	Imposto de renda e contribuição social	(193)	(4)	>100%
243	(384)	>100%	Lucro (prejuízo) líquido	514	156	>100%
10,9%	-25,4%	36,3 p.p.	<i>Margem líquida (%)</i>	5,2%	2,2%	3,0 p.p.

10.1.3. Fluxo de Caixa

4T22	4T21	Fluxo de caixa contábil (Valores em R\$ MM)	2022	2021
264	(506)	Lucro (prejuízo) operacional antes do IR e CS	707	160
485	481	Depreciação e amortização	1.967	1.831
(14)	(1)	Equivalência patrimonial	(40)	(13)
58	56	Provisão para participações nos resultados e bônus	175	181
(2)	(27)	Resultado nas alienações de ativo imobilizado e intangível	2	(30)
95	58	Provisão de demandas judiciais	239	152
0	0	Ganho (perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	(0)	(0)
11	6	Transações com pagamento baseado em ações	29	25
(956)	-	Resultado na venda de Investimentos	(956)	-
(36)	(4)	Créditos fiscais extemporâneos	(98)	(50)
9	71	Provisão de <i>take or pay</i>	27	(54)
862	555	Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	3.100	1.589
343	0	Outros	342	(4)
1.120	689	(=) Ajustes	5.494	3.786
103	98	Contas a receber de clientes	(84)	8
(8)	10	Partes relacionadas, líquidas	72	(7)
(177)	(46)	Outros tributos, líquidos	(323)	(254)
(1)	15	Estoques	7	(5)
(25)	(33)	Ordenados e salários a pagar	(116)	(55)
38	47	Fornecedores	7	(23)
58	-	Arrendamento e concessões em litígio e parcelados a pagar	(111)	(52)
(65)	(32)	Provisão para demandas judiciais	(219)	(103)
(143)	-	Outros passivos financeiros	104	47
16	86	Outros ativos e passivos, líquidos	0	(2)
(204)	145	(=) Variações nos ativos e passivos	(663)	(446)
917	834	(=) Fluxo de caixa operacional	4.831	3.340
65	(475)	Títulos e valores mobiliários	535	30
(22)	1	Caixa restrito	(66)	57
149	-	Dividendos recebidos	153	8
(741)	(701)	Adições ao imobilizado e intangível	(2.718)	(3.453)
1.361	-	Caixa líquido na alienação de investimentos	1.208	-
-	-	Caixa recebido de venda de outros ativos permanentes	1	3
813	(1.175)	(=) Fluxo de caixa de investimentos	(886)	(3.355)
454	1.514	Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	693	7.891
(743)	(399)	Amortização de principal	(4.460)	(7.074)
(381)	(290)	Amortização de juros	(1.385)	(1.262)
-	-	Aquisição de participação de não controlador	(0)	(389)
(10)	-	Integralização de capital, líquido de custos de emissão de ações	(9)	-
-	-	Custos de transação relacionados a empréstimos e financiamentos	(94)	-
-	-	Programa de recompra de ações	(25)	(30)
(253)	527	Instrumentos financeiros derivativos	(664)	2.169
(1)	-	Dividendos pagos	(39)	(7)
(934)	1.352	(=) Fluxo de caixa de financiamento	(5.984)	1.298
(0)	94	Impacto da variação cambial nos saldos de caixa	(24)	387
796	1.106	(=) Acréscimo líquido em caixa	(2.063)	1.670
6.589	8.342	Saldo de caixa e equivalentes no início do período	9.448	7.779
7.385	9.448	Saldo de caixa e equivalentes no final do período	7.385	9.448

RUMO S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Rumo S.A. (“Rumo” ou “Companhia”) submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório do auditor independente, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A Companhia também disponibiliza uma versão detalhada das Demonstrações Financeiras e seu relatório de resultados no site: <http://ri.rumolog.com>

APRESENTAÇÃO

A Rumo S.A. é a maior operadora logística com base ferroviária independente da América Latina, oferecendo uma grande variedade de serviços logísticos, incluindo transporte ferroviário nacional, distribuição, transporte customizado de contêineres, elevação portuária e serviços de armazenagem. A área de atuação se estende pelos Estados de Mato Grosso, São Paulo, Goiás, Tocantins, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A ferrovia serve quatro dos portos mais ativos do país estão localizados e através do qual a maior parte da produção de grãos do Brasil é exportada.

A Rumo possui e opera uma grande base de ativos: 5 concessões que se estendem por cerca de 13.500 quilômetros de linhas, aproximadamente 1.400 locomotivas e 34.000 vagões, centros de distribuição e instalações de armazenagem. Além disso, imóveis arrendados, nos termos das concessões incluem propriedades que estão disponíveis para a construção e desenvolvimento de armazéns e terminais logísticos no Brasil.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS CEO

O ano de 2022 foi importante para a história da Rumo, operamos com excelência e alcançamos resultado operacional recorde, com 74,9 bilhões de TKU e R\$ 4,5 bilhões de EBITDA Ajustado. Renovamos o recorde de utilização de capacidade da Companhia, atingindo o patamar de 7 bi de TKU no mês de julho, suportamos 20,5 milhões de toneladas anuais em carregamentos de grãos no terminal de Rondonópolis e descarregamos 514 mil vagões no Porto de Santos no ano.

Reafirmamos o papel da ferrovia como solução logística mais competitiva para atender o agronegócio brasileiro, com crescimento de *market share* no Mato Grosso e nos portos de Santos, Paranaguá e São Francisco do Sul. Além disso, iniciamos nossas primeiras operações na Malha Central com fertilizantes em Rio Verde (GO) e no mercado de açúcar em Iturama (MG). Esses investimentos foram capazes de garantir para a Rumo um importante diferencial competitivo nestas regiões. Como consequência, a Rumo mais do que dobrou de tamanho na Malha Central, chegando a mais de 9 bi de TKU em 2022 e reforçando a nossa capacidade em originar cargas no interior.

O ano ficará marcado pelo início da construção da Expansão no MT, projeto transformacional para a Rumo e para a infraestrutura brasileira. Avançamos no processo de licenciamento e no plano de engenharia do projeto, e iniciamos as obras no mês de novembro. Temos a expectativa de iniciar as operações no Terminal de Campo Verde em 2026 e seguir com os trilhos rumo a Lucas do Rio Verde.

Do ponto de vista de alocação de capital, vendemos 80% de participação nos terminais T-16 e T-19 em Santos a um importante parceiro, que seguirá atendendo aos nossos clientes com excelência e investimento no crescimento das operações. Esse movimento de reciclagem de capital, aliado a melhora operacional registrada no ano, acelerou o nosso ritmo de desalavancagem financeira, que terminou o ano em 2x dívida líquida/EBITDA. Temos o balanço da companhia preparado para o ciclo de investimento que estamos iniciando, com patamar de alavancagem e liquidez forma prudente e responsável.

Todos os nossos avanços em expansão, modernização de infraestrutura e operações estão intimamente ligados ao cuidado que direcionamos para nossos processos de Segurança Ferroviária e Segurança do Trabalho. Em 2022, reduzimos em 25% a gravidade de acidentes, além de alcançarmos o menor tempo de interrupção comparado com as demais ferrovias, o que nos coloca entre as melhores ferrovias americanas Class One. Conseguimos reduzir em 20% a ocorrência de acidentes de trabalho, consolidando a Rumo como uma das 5 melhores ferrovias do mundo em segurança pessoal.

Durante o ano, crescemos de maneira sustentável, reforçando nosso compromisso de impactar positivamente a sociedade e o meio ambiente. Reconhecemos a pauta ESG como a única solução possível para a longevidade do nosso negócio, entendimento que nos direciona a demonstrar como questões ambientais, sociais e de governança agregam valor aos nossos projetos e operações. Por meio do Instituto Rumo, apoiamos projetos de voluntariado e de Investimento Social Privado, destinando mais de R\$ 4,3 milhões em ações para geração de impacto positivo na sociedade, que podem ser consultados em nosso primeiro Relatório Social. Todos esses esforços nos permitiram integrar novamente o Índice de Sustentabilidade da B3 (ISE), a principal ferramenta de referência no país para o reconhecimento de boas práticas empresariais em sustentabilidade.

Reforçamos nosso compromisso com o Pacto Global e os objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Destacamos também o desempenho dos nossos 10 compromissos e nossas metas, com o menor índice de acidentes de nossa história, a ampliação da eficiência energética no transporte ferroviário e a mitigação dos impactos atrelados às mudanças climáticas.

Nos orgulhamos das conquistas registradas até agora e, com uma visão construtiva para o ano que se inicia, nossa organização está focada em continuar avançando. Agradeço a todos nossos funcionários, parceiros e investidores que fizeram parte das nossas realizações de 2022

João Alberto Abreu
CEO

DESTAQUES DE 2022

Resultado Consolidado

Sumário das informações financeiras (Valores em R\$ MM)	2022	2021	Var.%
Volume transportado total (TKU milhões)	74.944	64.028	17,0%
Volume elevado total (TU mil)	10.794	12.493	-13,6%
Volume de solução logística (TU mil)	5.456	5.526	-1,3%
Receita operacional líquida	9.842	7.440	32,3%
Custo dos serviços prestados	(6.695)	(5.352)	25,1%
Lucro bruto	3.146	2.088	50,7%
<i>Margem bruta (%)</i>	<i>32,0%</i>	<i>28,1%</i>	<i>3,9 p.p</i>
Despesas comerciais, gerais e	(499)	(512)	-2,5%
Outras receitas (despesas) operacionais	349	(69)	>100%
Equivalência patrimonial	40	13	>100%
Lucro operacional	3.036	1.520	99,7%
Depreciação e amortização	1.967	1.831	7,4%
EBITDA	5.003	3.350	49,3%
<i>Margem EBITDA (%)</i>	<i>50,8%</i>	<i>45,0%</i>	<i>5,8 p.p</i>
Ajustes não recorrentes ¹	(469)	(53)	>100%
EBITDA Ajustado	4.534	3.297	37,5%
<i>Margem EBITDA ajustada (%)</i>	<i>46,1%</i>	<i>44,3%</i>	<i>1,8 p.p</i>
Lucro (prejuízo) líquido	514	156	>100%
<i>Margem líquida (%)</i>	<i>5,2%</i>	<i>2,2%</i>	<i>3,0 p.p</i>
Capex	2.718	3.453	-21,3%

Nota 1: Para melhor comparabilidade, o resultado foi ajustado por efeitos não-recorrentes, a saber: i) R\$ 955 milhões | ganho de capital na alienação da EPSA; ii) R\$ 437 milhões | eventos não-recorrentes, principalmente o encerramento de disputa arbitral com aquisição da Farovia; iii) R\$ 49 milhões | ajuste gerencial para melhor comparabilidade do resultado, consolidação dos resultados da EPSA de novembro e dezembro; e iv) R\$ 53 milhões | encontro de contas pela renovação da Malha Paulista em 2021.

- Volume transportado alcançou 74,9 bilhões de TKU em 2022, crescimento de 17%.
- Bom nível de competitividade, refletindo em ganho de *market share* na exportação de grãos no MT e no Porto de Santos ao longo do ano, sendo 44,7% e 60,7%, respectivamente.
- EBITDA Ajustado totalizou R\$ 4.534 milhões, crescimento de 38%.
- Conclusão da venda da participação acionária de 80% na Elevações Portuárias S.A. ("EPSA"), pelo montante de R\$ 1.400 milhões, somado ao recebimento de R\$ 150 milhões adicionais em proventos.
- Lucro líquido de R\$ 514 milhões, impulsionado pela melhora dos resultados operacionais e ganho de capital na alienação de participação acionária na EPSA.
- Redução da alavancagem financeira para 2,0x dívida líquida/EBITDA Ajustado vs. 2,8x no ano anterior.
- Capex totalizou R\$ 2.718 milhões em 2022.
- Maior eficiência energética, com redução no consumo relativo de combustível em 0,9% no trimestre e 6% no acumulado anual.

Unidades de Negócio

As unidades de negócio (segmentos reportáveis) estão assim organizadas:

- Operação Norte : Malha Norte, Malha Paulista, Malha Central e Operação Portuária em Santos¹
- **Operação Sul:** Malha Oeste e Malha Sul
- **Operação de Contêineres:** Operações de Contêineres, incluindo a Brado Logística

Resultado por Unidade de Negócio 2022	Operação Norte	Operação Sul	Operação Contêiner	Consolidado
Volume transportado (TKU milhões)	58.876	12.317	3.751	74.944
Receita operacional líquida	7.635	1.739	467	9.842
Custo de produtos e serviços	(4.615)	(1.645)	(436)	(6.695)
Lucro (prejuízo) bruto	3.020	95	31	3.146
<i>Margem bruta (%)</i>	39,6%	5,5%	6,7%	32,0%
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(375)	(80)	(45)	(499)
Outras receitas (despesas) operacionais e eq. Patrimonial	480	(103)	11	389
Depreciação e amortização	1.327	561	78	1.967
EBITDA	4.453	474	76	5.003
<i>Margem EBITDA (%)</i>	58,3%	27,3%	16,3%	50,8%
Ajustes não recorrentes	(490)	21	-	(469)
EBITDA Ajustado	3.963	495	76	4.534
<i>Margem EBITDA ajustada (%)</i>	51,9%	28,5%	16,3%	46,1%

Operação Norte

O volume total transportado na Operação Norte alcançou 58,9 bilhões de TKU em 2022, crescimento de 24%. O segmento de produtos agrícolas teve importante destaque, com alta de 25%, impulsionado pela normalização da safra de milho, pelo volume de farelo de soja e pelo *ramp-up* da Malha Central, que alcançou 9,1 bilhões de TKU. Nas cargas industriais, a migração de parte dos volumes de celulose da Operação Sul e o crescimento de biocombustíveis resultaram na alta de 20% em 2022.

O EBITDA Ajustado foi de R\$ 3.963 milhões em 2022, 44% de crescimento. O resultado reflete o momento favorável ao mercado de logística, após a recuperação da safra do milho, além do repasse do aumento do diesel, que propiciaram o crescimento das tarifas, de 17% no ano. A margem EBITDA ajustada, ainda impactada pelo maior preço do combustível, foi de 51,9% em 2022, 1,6 p.p. superior a 2021.

Operação Sul

A Operação Sul transportou 12,3 bilhões de TKU em 2022. A performance foi 8% abaixo do ano anterior, refletindo principalmente a quebra de safra de soja, mais concentrada no estado do RS, que reduziu o volume do produto em 52%, e foi parcialmente compensada pelo maior volume de milho. A queda dos produtos industriais se deu principalmente em função da migração de parte dos volumes de celulose para a Operação Norte.

O EBITDA Ajustado da Operação Sul totalizou R\$ 495 milhões em 2022, 1% de alta, impulsionado pelo crescimento de tarifa de 18%, principalmente em função das tarifas de cargas industriais, que em geral possuem contratos de longo-prazo com reajustes de inflação

¹ A Rumo concluiu a venda da participação de 80% na controlada Elevações Portuárias S.A. em 16 de novembro de 2022. Após a venda, a Companhia detém 20% de participação na operação de armazenagem e elevação portuária.

e diesel, além da melhora da condição de mercado para o segmento de produtos agrícolas.

Operação de Contêineres

O volume da Operação de Contêineres cresceu 13% em 2022, alcançando 3.751 milhões de TKU e superando pela primeira vez a marca de 100.000 contêineres no ano. O resultado se deve ao crescimento no segmento de exportação, com destaque para o algodão, além do maior volume de bobinas de papel do projeto Klabin e das cargas refrigeradas. O mercado interno apresentou boa performance em bens de consumo, milho, fertilizante e defensivos agrícolas.

A Operação de Contêineres apresentou EBITDA R\$ 76 milhões em 2022, alta de 53%. O resultado se deve às operações com cargas de maior valor agregado, como o algodão do mercado externo.

INVESTIMENTOS

O Investimento Total foi de R\$ 2.718 milhões em 2022, variação de -21%, em linha com o *guidance*. O Capex recorrente foi de R\$ 1.165 milhões, crescimento de 4%. O Capex de expansão alcançou R\$ 1.553 milhões.

A redução de 33% no Capex de expansão em 2022 se deve aos esforços para racionalizar os investimentos, já refletidos nas premissas do *guidance* para o ano, que reforçam a disciplina em alocação de capital da Companhia, em um ciclo de aumento de taxa de juros e na iminência de aceleração dos investimentos para expansão da Rumo no MT. A redução reflete também os menores níveis de investimento em locomotivas e em terminais da Malha Central, após o início da operação em São Simão e Rio Verde, além da priorização de investimentos que propiciam ganhos de capacidade.

A Rumo segue implementando as obras do caderno de investimentos oriundos da renovação da Malha Paulista e da fase operacional da Malha Central, além da aquisição de vagões, obras de modernização na via permanente, duplicações e implantação do *Positive Train Control* - PTC. Esses projetos, além de aumentar a capacidade e promover maior nível de eficiência, permitem, entre outros ganhos, a redução do consumo de combustível, fundamental para redução de emissões específicas de gases de efeito estufa.

ALAVANCAGEM

O endividamento abrangente bruto ao final de 2022 reduziu para R\$ 17,4 bilhões, assim como o endividamento líquido, que alcançou R\$ 9,1 bilhões. A redução do endividamento líquido, a melhora operacional do ano e a venda da operação de Elevações Portuárias, concluída no 4T22, reduziram para 2,0x a alavancagem financeira.

A dívida da Rumo possui custo médio ponderado de aproximadamente 103% CDI, com *duration* de 5,5 anos.

Endividamento total (Valores em R\$ MM)	4T22	4T21	Var.%
Bancos comerciais	874	891	-2,1%
NCE	567	663	-14,5%
BNDDES	2.503	3.061	-18,2%
Debêntures	8.493	8.081	5,1%
Senior notes	4.320	8.483	-49,1%
Endividamento bancário	16.758	21.179	-20,9%
Arrendamento financeiro ¹⁶	121	179	-32,4%
Instrumentos derivativos líquidos	538	(1.098)	>100%
Endividamento abrangente bruto	17.417	20.260	-15,0%
Caixa e equiv. de caixa e títulos e valores mobiliários	(8.226)	(10.874)	-24,4%
Caixa restrito vinculado a dívidas bancárias	(85)	-	n.a.
Endividamento abrangente líquido	9.106	9.385	-3,0%
EBITDA LTM ¹⁷ Ajustado	4.534	3.350	35,3%
Alavancagem (dívida abrangente líquida/EBITDA LTM Ajustado)¹⁸	2,0x	2,8x	-29,6%

Nota 16: Não inclui arrendamentos operacionais IFRS 16.

Nota 17: O EBITDA LTM refere-se à soma dos últimos doze meses do EBITDA.

Nota 18: A alavancagem deste quadro não representa a totalidade dos contratos que regem as dívidas da Companhia, os quais possuem interpretações variadas sobre eventos não-recorrentes a serem considerados no cálculo dos covenants financeiros.

A Rumo está sujeita a determinadas cláusulas contratuais restritivas referentes ao nível de alavancagem em alguns dos seus contratos. As disposições mais restritivas possuem verificação anual ao fim do exercício e referem-se ao endividamento abrangente líquido. Este inclui as dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis considerados como leasing financeiro, deduzidos de títulos e valores mobiliários, caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito vinculados a empréstimos e instrumentos derivativos. Os covenants para dezembro de 2022 são: alavancagem máxima de 3,5x (dívida líquida abrangente/EBITDA LTM) e índice de cobertura de juros mínimo de 2,0x EBITDA/Resultado financeiro.

PROPOSTA DE RETENÇÃO DE LUCROS

A Companhia apurou resultado positivo consolidado, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, no valor de 514.021.368,30 (quinhentos e quatorze milhões, vinte e um mil, trezentos e sessenta e oito reais e trinta centavos) sendo que o lucro líquido individual (excluindo acionistas não controladores) da Companhia perfaz R\$ 514.940.562,85 (quinhentos e quatorze milhões, novecentos e quarenta mil, quinhentos e sessenta e dois reais e oitenta e cinco centavos). A Companhia destinou 5% para reserva legal de R\$ 25.747.028,14 (vinte e cinco milhões, setecentos e quarenta e sete mil, vinte e oito reais e quatorze centavos) e apurou dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 122.298.383,68 (cento e vinte e dois milhões, duzentos e noventa e oito mil, trezentos e oitenta e três reais e sessenta e oito centavos) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Em 27 de abril de 2022, por meio da Assembleia Geral Ordinária, a Administração propôs a destinação do lucro líquido individual da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, sendo que o montante de R\$ 150.537.835,37 (cento e cinquenta milhões, quinhentos e trinta e sete mil, oitocentos e trinta e cinco reais e trinta e sete centavos) foi destinado da seguinte forma: **(i)** O montante de R\$ 7.526.891,77 (sete milhões, quinhentos e vinte e seis mil, oitocentos e noventa e um reais e setenta e sete centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, para a constituição de reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei das S.A.; **(ii)** O montante de R\$ 143.010.943,60 (cento e quarenta e três milhões, dez mil, novecentos e quarenta e três reais e sessenta centavos), correspondente ao lucro líquido ajustado do exercício, da seguinte forma: **a.** R\$35.752.735,90 (trinta e cinco milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, setecentos e trinta e cinco reais e noventa centavos), correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, distribuído aos acionistas a título de dividendo mínimo obrigatório, nos termos da Lei das S.A. e do artigo 38, do Estatuto Social da Companhia; e **b.** R\$107.258.207,70

(cento e sete milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, duzentos e sete reais e setenta centavos) será destinado para a constituição de Reserva Especial da Companhia, conforme previsto no artigo 38, do Estatuto Social da Companhia.

SUSTENTABILIDADE

Contribuindo para o crescimento do Brasil, e protagonismo para o desenvolvimento sustentável no setor ferroviário, a Rumo movimenta o setor agrícola ligando os grandes centros produtores do país aos principais portos exportadores de maneira eficiente e focada na segurança das operações.

Anualmente, o Relatório de Sustentabilidade (<https://rumolog.com/sustentabilidade/>) da Rumo é publicado, demonstrando não apenas os resultados financeiros, mas também os avanços nas práticas de sustentabilidade, por meio do estabelecimento de metas e compromissos, buscando a melhoria contínua e a eficiência da operação, consolidando as melhores práticas de gestão e cultura sustentáveis do negócio. Adicionalmente, os indicadores do Relatório Anual de Sustentabilidade são assegurados por terceira parte, reforçando a confiabilidade dos dados e o compromisso com a transparência da Companhia.

Fomos a primeira concessionária de ferrovias do país a ingressar no ISE, o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3, na carteira 2021/2022 e, pelo segundo ano consecutivo, nos mantivemos na carteira, demonstrando nosso comprometimento com as práticas de sustentabilidade e transparência.

O modelo de negócio da Rumo está pautado em relações éticas e transparentes. Somos uma empresa focada na adoção de práticas voltadas à promoção do desenvolvimento econômico e redução e mitigação de impactos ambientais, sempre atentos à saúde, segurança e bem-estar das comunidades e dos nossos colaboradores.

A estrutura de Governança Corporativa é formada por comitês de assessoramento atuantes, áreas de Compliance e Auditoria, ferramentas e canais de relacionamento, que asseguram a condução com a ética e transparência, além de seguir e adotar medidas legalmente estabelecidas.

Na agenda de mudanças climáticas, a Rumo segue comprometida com o crescimento sustentável e a eficiência energética de suas operações e reduziu o consumo relativo de combustível em 6% no ano de 2022, que contribui para o cumprimento das metas de redução de emissões de GEE da Companhia.

RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2022, contávamos com 8.314 empregados ativos em regime CLT.

A Companhia mantém relacionamento com Sindicatos de Trabalhadores que representam seus empregados, sendo que aproximadamente 24% destes empregados são sindicalizados. Os acordos e convenções coletivas das quais fazemos parte ou negociamos diretamente, geralmente têm duração de 12 meses. A Companhia preza pelo cumprimento da legislação trabalhista aplicável, além de cumprir rigorosamente todas as condições acordadas nos instrumentos coletivos celebrados com os sindicatos, aplicando-as igualmente aos empregados sindicalizados e não sindicalizados.

Oferecemos aos nossos empregados, incluindo nossos executivos, pacote de benefícios que incluem assistência médica, assistência odontológica, cesta alimentar ou vale-alimentação, seguro de vida em grupo, auxílio farmácia, plano de previdência privada, bolsa de estudos, dentre outros, aplicáveis aos seus diferentes públicos internos. Todos os nossos empregados fazem jus aos programas de participação nos resultados, customizados por área de atuação e desenvolvidos de acordo com a legislação aplicável, com a participação de comissões de trabalhadores e representantes dos sindicatos profissionais, cuja remuneração é baseada no atingimento de metas e desempenho operacional. Os membros do nosso Conselho de Administração não têm direito a esses benefícios

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A Rumo é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão) sob o ticker RAIL3. Em 31 de dezembro de 2022 o capital social estava representado por 1.854.158.791 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O relacionamento da Rumo com a comunidade financeira e com os investidores é pautado pela transparência e respeito aos princípios dos mais altos níveis de governança, legais e éticos. A área de Relações com Investidores realiza contatos frequentes com investidores e analistas de mercado através da participação em conferências, visitas a investidores, eventos promovidos para a divulgação de informações relativas ao desempenho da companhia e os mais diversos atendimentos diários respondendo às demandas do mercado. Além disto, mantém um site de relações com investidores com informações atualizadas, específicas, segmentadas e direcionadas para públicos distintos.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES EXTERNOS

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gestão no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

Em atendimento à Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022 (“[Resolução CVM nº 162/22](#)”), informamos que a soma dos outros serviços contratados junto aos nossos auditores independentes, E&Y Auditores Independentes e suas partes relacionadas, referente a outros serviços relacionados a auditoria, durante o exercício vigente, foi de 5,3% do valor total de seus respectivos honorários para o exame das demonstrações financeiras da Companhia e que não tiveram qualquer implicação no princípio de independência descrito no parágrafo acima.

Com base em referidos princípios, a E&Y Auditores Independentes informou que a prestação de tais serviços, conforme descritos acima, não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços prestados à Companhia.

AGRADECIMENTOS

A Administração da Rumo agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras pela colaboração e confiança depositados e, em especial, aos seus empregados pela dedicação e esforço empreendidos durante o ano de 2022.

Para detalhes da análise dos resultados de 2022, visite o nosso site: <http://ri.rumolog.com>.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Nos termos do artigo 27, parágrafo 1º, inciso “V” da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM nº 80/22”), a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com opiniões expressas no relatório do auditor independente emitido em 15 de fevereiro de 2023 pela ERNST & YOUNG Auditores Independentes, CRC – 2SP034519/O-6.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos do artigo 27, parágrafo 1º, inciso “VI” da Resolução CVM nº 80/22, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Curitiba, 15 de fevereiro de 2023.

RUMO S.A.
CNPJ/ME nº 02.387.241/0001-60
NIRE 413.000.19886

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO
REALIZADA EM 14 DE FEVEREIRO DE 2023

1. **Data, Horário e Local da Reunião:** Realizada no dia 14 do mês de fevereiro de 2023, às 15:00 horas, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4100, 15º andar, sala 13, Bairro Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (“Companhia”), e por meio de vídeo conferência Teams Meeting.

2. **Presenças:** Presentes em tempo integral os membros do Comitê de Auditoria da Companhia (“Comitê”), quais sejam: Maria Carolina Ferreira Lacerda, João Ricardo Ducatti e Felício Mascarenhas. Presentes em tempo integral os representantes da Companhia os Srs. Wagner De Cicco, Rafael Suzano, Willians Martins, Rafael Bergman, Roque Hulse e Paulo Roberto Belém. Presentes em tempo parcial os responsáveis pela auditoria independente Ernst & Young (“EY”): Srs. Clinton Fernandes, Leonardo Heron, Fabio Abibe, Giovanna Silvério, Pedro Conte e Eduardo Jones.

3. **Mesa:** Presidente: Maria Carolina Ferreira Lacerda; Secretário: Wagner De Cicco.

4. **Exposição dos Assuntos da Pauta de Reunião:** (a) Os representantes da Companhia, no âmbito das atribuições dos membros do Comitê, apresentaram os seguintes assuntos: (i) Plano de Trabalho e agenda de reuniões deste Comitê de Auditoria para o ano de 2023; (ii) Atualizações do Canal de Ética, incluindo informações acerca dos relatos e o status destes; (iii) Resultado do Plano de Auditoria Interna 2022, status de eventuais Planos de Auditoria Interna ainda em aberto e Plano de Auditoria Interna para 2023; (iv) Principais passos para Gestão de Riscos em 2023, incluindo engajamento e disseminação dos riscos para a alta gestão, sugestão de melhorias nos processos, incluindo a descentralização da matriz de risco para o negócio, entre outros; (v) Informações de que não houve incidentes cibernéticos no último trimestre da Companhia; (vi) Resultado financeiro

da Companhia em 2022 e perspectivas pra 2023; e (vii) Apresentação dos principais eventos financeiros do trimestre. **(b)** Os representantes da EY apresentaram a revisão das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

5. Deliberações: Os membros do Comitê, reunidos com os executivos da Companhia e com os responsáveis da EY, analisaram as informações da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e com base nos exames efetuados, considerando as informações e esclarecimentos prestados, bem como os documentos apresentados, recomendaram ao Conselho de Administração da Companhia, a aprovação das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e emitiram o parecer, que é parte integrante da presente ata como **Anexo I**.

6. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, encerraram a reunião e determinaram a lavratura da presente ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os membros do Comitê.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2023.

Maria Carolina Ferreira Lacerda
Presidente da Mesa e Coordenadora do Comitê de Auditoria

Felício Mascarenhas
Membro do Comitê de Auditoria

João Ricardo Ducatti
Membro do Comitê de Auditoria

Wagner De Cicco
Secretário do Comitê de Auditoria da Rumo S.A.

ANEXO I

RUMO S.A.

CNPJ/ME nº 02.387.241/0001-60

NIRE 413.000.19886

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Os membros do Comitê de Auditoria da Rumo S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer sem ressalvas dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, e considerando as informações e esclarecimentos prestados pela administração da Companhia e pela Ernst & Young Auditores Independentes, opinam, por unanimidade e sem ressalvas, que os referidos documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, e recomendam a aprovação, nos termos do artigo 10, Parágrafo único, III da Resolução CVM 81, de 29 de março de 2022, pelo Conselho de Administração da Companhia.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2023.

Maria Carolina Ferreira Lacerda
Coordenadora do Comitê de Auditoria

Felício Mascarenhas
Membro do Comitê de Auditoria

João Ricardo Ducatti
Membro do Comitê de Auditoria

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - 2022

Sobre o Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Rumo S.A é um órgão estatutário de funcionamento permanente, dentro das melhores práticas de Governança Corporativa.

Os membros do Comitê serão eleitos bianualmente pelo Conselho de Administração, podendo ter o mandato renovado, a critério do Conselho de Administração, por, no máximo, 10 (dez) anos, devendo ser igualmente observados os limites e requisitos de independência previstos no Regimento Interno do Comitê. Todos os membros são independentes, sendo que 1 (um) deles, a saber, a Sra. Maria Carolina Ferreira Lacerda, atua como conselheira de administração e o Sr. Felício Mascarenhas atua como especialista financeiro.

De acordo com Regimento Interno cabe ao Comitê zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis da Rumo S.A., pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente e da auditoria interna, assim como pela qualidade e efetividade do sistema de controles internos e da administração de riscos. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, dos gestores dos canais de denúncia e ouvidoria e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

A EY Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações contábeis conforme normas profissionais emanadas do Conselho Federal de Contabilidade – CFC - e certos requisitos específicos da Comissão de Valores Monetários – CVM. Os auditores independentes são igualmente responsáveis pela revisão especial dos informes trimestrais (ITRs) enviados para a Comissão de Valores Mobiliários - CVM. O relatório dos auditores independentes reflete o resultado de suas verificações e apresenta a sua opinião a respeito da fidedignidade das demonstrações contábeis do exercício em relação aos princípios de contabilidade oriundos do CFC em consonância com as normas emitidas pelo International Accounting

Standard Board (IASB), normas da CVM e preceitos da legislação societária brasileira. Com relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, os referidos auditores independentes emitiram relatório em 15 de fevereiro de 2023 contendo opinião sem ressalvas.

Os trabalhos de Auditoria Interna são realizados por equipe interna. O Comitê de Auditoria Estatutário é responsável pela aprovação do plano de auditoria interna que na sua execução é acompanhado e orientado pelo gerente da área de Auditoria e Riscos e desenvolve sua atuação de forma ampla, observando, principalmente, a cobertura das áreas, processos e atividades que apresentam os riscos mais sensíveis à operação e impactos mais significativos na implementação da estratégia da Companhia.

Atividades do Comitê de Auditoria em 2022:

O Comitê reuniu-se 9 (nove) vezes no período de fevereiro de 2022 a fevereiro de 2023.

Dentre as atividades realizadas durante o exercício e assuntos discutidos, cabe destacar os seguintes aspectos:

- a) aprovação e acompanhamento do Programa Anual de Trabalho da Auditoria Interna, inclusive quanto a integração com as demais atividades relacionadas à gestão de riscos e *Compliance*;
- b) tomar conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações decorrentes dos trabalhos da Auditoria Interna, bem como fazer o acompanhamento das providências saneadoras adotadas pela Administração;
- c) monitoramento do sistema de controles internos quanto a sua efetividade e processos de melhoria, do monitoramento de riscos de fraudes com base nas manifestações e reuniões com os Auditores Internos e com os Auditores Independentes, com a área de Controles Internos, *Compliance* e Ouvidoria;
- d) acompanhamento da metodologia adotada para gestão de riscos e dos resultados obtidos, de acordo com o trabalho apresentado e desenvolvido pela área especializada e por todos os gestores responsáveis pelos riscos sob sua gestão, com o objetivo de garantir a evidenciação dos riscos relevantes para Empresa;

e) análise, aprovação e acompanhamento do Programa Anual de Trabalho da Auditoria Independente e sua execução tempestiva;

f) das demonstrações financeiras por meio de reuniões com os administradores e com os auditores independentes para discussão das informações trimestrais (ITRs) e demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022;

g) acompanhamento do canal de denúncias, aberto a acionistas, colaboradores, estabelecimentos, emissores, fornecedores e ao público em geral, com responsabilidade da área de Auditoria no recebimento e apuração das denúncias ou suspeitas de violação ao Código de Ética, respeitando a confidencialidade e independência do processo e, ao mesmo tempo, garantindo os níveis apropriados de transparência;

h) realização de reuniões com os principais executivos da Empresa, a fim de tomar conhecimento das principais estratégias de negócio, bem como acompanhar as melhorias operacionais e sistêmicas para fortalecimento do processamento e segurança das transações;

i) avalia e monitora, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com as partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações

j) acompanhamento dos programas de *Compliance* Jurídico e do processo de gestão de riscos.

Conclusão:

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Rumo S/A, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do próprio comitê, procederam à análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório anual da administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Tomando em conta as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela EY Auditores Independentes, considerando que este reflete adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas, e recomendam, por unanimidade, a aprovação nos termos do artigo 10, Parágrafo único,

III da Resolução CVM 81, de 29 de março de 2022, pelo Conselho de Administração da Companhia.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2023.

Maria Carolina Ferreira Lacerda
Coordenadora do Comitê de Auditoria

Felício Mascarenhas
Membro do Comitê de Auditoria da Rumo S.A

João Ricardo Ducatti
Membro do Comitê de Auditoria da Rumo S.A